



Desenvolvimento rural em debate

Território, Cooperativismo e
Sustentabilidade –
Estudos de Caso



DARLAN ARIEL PROCHNOW

LIDIANE KASPER

TATIANE BATISTA BOENO PÊNO NOGUEIRA

GUILHERME LAU SANTIAGO

(ORGANIZADORES)



EDITORA
ILUSTRAÇÃO

DARLAN ARIEL PROCHNOW
LIDIANE KASPER
TATIANE BATISTA BOENO PÊNO NOGUEIRA
GUILHERME LAU SANTIAGO
(ORGANIZADORES)

DESENVOLVIMENTO RURAL EM DEBATE

TERRITÓRIO, COOPERATIVISMO E
SUSTENTABILIDADE – ESTUDOS DE CASO

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2026



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0>

Editor-gerente: Fábio César Junges

Capa: IA

Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

D451 Desenvolvimento rural em debate [recurso eletrônico] :
território, cooperativismo e sustentabilidade: estudos
de caso / organizadores: Darlan Ariel Prochnow. - Santo
Ângelo : Ilustração, 2026.
157 p. : il.

ISBN 978-65-6135-302-1

DOI 10.46550/978-65-6135-302-1

1. Desenvolvimento rural. 2. Cooperativismo. 3.
Sustentabilidade. I. Prochnow, Darlan Ariel (org.).

CDU: 338.43

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720



Crossref



E-mail: ilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial



Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Whatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánchez	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Edegar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Elizabeth Fontoura Dorneles	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Salete Oro Boff	ATITUS, Passo Fundo, RS, Brasil
Dr. Tiago Anderson Brutti	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc*.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
Darlan Ariel Prochnow	
Lidiane Kasper	
Tatiane Batista Boeno Peno Nogueira	
Guilherme Lau Santiago	
Capítulo 1 - PRODUTIVISMO OU SUSTENTABILIDADE? ANÁLISE DOS modelos DE AGRICULTURA INSTITUCIONALIZADOS NO ENSINO DA AGRONOMIA EM UNIVERSIDADES do NOROESTE GAÚCHO	11
Darlan Ariel Prochnow	
Lidiane Kasper	
Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira	
Euselia Pavaglio Vieira	
Capítulo 2 - SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO LEITEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ZOOTÉCNICO E FINANCEIRO.....	35
Guilherme Lau Santiago	
Capítulo 3 - DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E A VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ESPECÍFICOS: DA CONCEPÇÃO FRANCESA AO CASO DO PROJETO “TURISTANDO NA COLÔNIA”, NO MUNICÍPIO DE IJUÍ-RS	53
Darlan Ariel Prochnow	
Franciele Zientarski Engerhoff	
Euselia Pavaglio Vieira	
Tarcísio Dorn de Oliveira	
Capítulo 4 - INFLUÊNCIA DO ISOMORFISMO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR	67
Darlan Ariel Prochnow	
Nelson José Thesing	

Capítulo 5 - REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL E O PAPEL DA GOVERNANÇA TERRITORIAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TURÍSTICA DA REGIÃO NOROESTE COLONIAL.....	91
--	----

Darlan Ariel Prochnow

Lidiane Kasper

Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira

Euselia Paveglio Vieira

Jorge Oneide Sausen

Capítulo 6 - GOVERNANÇA CORPORATIVA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE CORONEL BICACO	107
---	-----

Cleiton Jardel Carneiro

Nelson José Thesing

Capítulo 7 - COOPERATIVISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERATIVA NATUAGRO, NO NOROESTE DO RS	123
---	-----

Darlan Ariel Prochnow

Nelson José Thesiong

Capítulo 8 - A GASTRONOMIA NO PRIMEIRO ACAMPAMENTO FARROUPILHA DE SÃO BORJA (RS): PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E TURISMO	139
--	-----

Leandro Santos de Deus

Aline Prestes Roque

Camila Nemitz de Oliveira Saraiva

APRESENTAÇÃO

Esta obra reúne estudos sobre o desenvolvimento rural, elaborados por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). Os estudos contemplam diferentes dimensões e perspectivas do desenvolvimento rural, abordando temas relacionados ao ensino, aos territórios rurais, ao turismo rural, ao cooperativismo, à agroindústria familiar e à gestão da pecuária leiteira. Ao reunir diferentes olhares e experiências de pesquisa, a obra busca contribuir para a compreensão dos desafios e das possibilidades de construção de um desenvolvimento rural sustentável, no qual a agricultura familiar desempenha papel fundamental na produção de alimentos, na geração de renda e na sustentabilidade econômica, social e ambiental do meio rural.

O primeiro capítulo, de autoria de Darlan Ariel Prochnow, Lidiane Kasper, Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira e Euselia Paveglia Vieira analisa quais são os modelos de agricultura institucionalizados na proposta pedagógica dos cursos de Agronomia, e quais alternativas sustentáveis se apresentam frente ao tradicional modelo de produção agropecuária. Para isso, os autores coletaram dados documentais em cinco universidades do Noroeste do Rio Grande do Sul, complementados por entrevistas semiestruturadas com estudantes dos cursos de Agronomia destas universidades.

O segundo capítulo, de autoria de Guilherme Lau Santiago, buscou desenvolver uma ferramenta para a gestão nutricional em sistemas de produção leiteira, que alie praticidade, eficiência, eficácia e rapidez, gerando resultados através de indicadores confiáveis para que técnicos e pecuaristas possam tomar decisões visando o aumento da rentabilidade da atividade.

No terceiro capítulo, os autores Darlan Ariel Prochnow, Franciele Zientarski Engeroff, Euselia Paveglia Vieira e Tarcísio Dorn de Oliveira, analisa como um roteiro de turismo rural, intitulado “Turistando na Colônia”, pode valorizar recursos específicos do município de Ijuí-RS e promover o desenvolvimento territorial.

No quarto capítulo, de autoria de Darlan Ariel Prochnow e Nelson José Thesing, analisa as implicações do isomorfismo na institucionalização

de práticas sustentáveis em quatro cooperativas de agricultores familiares, localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

No quinto capítulo, os autores Darlan Ariel Prochnow, Lidiane Kasper, Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira, Euselia Paveglío Vieira e Jorge Oneide Sausen analisa o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, com foco na região turística “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada no Noroeste Colonial do estado, investigando o papel da governança territorial na construção de sua identidade turística.

O sexto capítulo, de autoria de Cleiton Jardel Carneiro e Nelson José Thesing, analisa como se estrutura a Governança Corporativa nas agroindústrias familiares. Para dar resposta a questão de pesquisa proposta, o objetivo é analisar os mecanismos de governança presente na agroindústria da agricultura familiar no município de Coronel Bicaco/RS e analisar como a mesma está organizada, para além de compreender como ocorre a participação dos agentes envolvidos na produção e gestão da agroindústria.

No sétimo capítulo, de autoria de Darlan Ariel Prochnow e Nelson José Thesing, busca avançar nas discussões que englobam o cooperativismo enquanto ferramenta de sustentabilidade econômica, social e ambiental, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. Neste sentido, o objetivo da pesquisa é interpretar como ocorre o processo de institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O oitavo capítulo, de autoria de Leandro Santos de Deus, Aline Prestes Roque e Camila Nemitz de Oliveira Saraiva, analisa o papel da gastronomia no Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja (RS), realizado em agosto de 2025, investigando sua contribuição para a valorização cultural, o fortalecimento da identidade missioneira e fronteiriça, o turismo e o desenvolvimento local.

Espera-se que os estudos reunidos nesta obra contribuam para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, reconhecendo na agricultura familiar um elemento fundamental para a dinamização dos territórios, a valorização dos recursos locais, a conservação ambiental e a construção de formas de produção e de vida no campo socialmente inclusivas e economicamente viáveis.

(Organizadores)

Capítulo 1

PRODUTIVISMO OU SUSTENTABILIDADE? ANÁLISE DOS MODELOS DE AGRICULTURA INSTITUCIONALIZADOS NO ENSINO DA AGRONOMIA EM UNIVERSIDADES DO NOROESTE GAÚCHO

Darlan Ariel Prochnow

Lidiane Kasper

Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira

Euselia Paveglio Vieira

Introdução

O avanço argumentativo por uma “agricultura única” no Brasil, representada pela defesa do modelo intensivo do agronegócio e pelo afastamento da projeção do sistema socioproductivo representado pela agricultura familiar, faz crescer os debates acerca do papel das instituições na institucionalização do modelo intensivo de agricultura. Esse processo, iniciado nos anos 1970, revela que a visão moderna de ciência introduziu a perspectiva de que a produção do conhecimento era exclusivamente realizada em centros de pesquisa e laboratórios dentro das universidades. Desta forma, o conhecimento resultante do meio acadêmico passou a ser o único valorizado e certificado (Toledo; Zonin; Kroth, 2024).

Nesse processo de modernização dentro das ciências agrárias, o papel da extensão rural passou a ser considerado como um modo de levar o conhecimento científico até os agricultores. Assim, técnicos e engenheiros agrônomos teriam a função de replicar o conhecimento moderno e científico ao agricultor, no sentido do avanço tecnológico que levaria ao aumento da produção e dos lucros. Diante dessa concepção, os agricultores possuíam um conhecimento tradicional, considerado atrasado dentro do processo de desenvolvimento, que poderia ser revertido pela adoção dos preceitos científicos difundidos pela ação dos profissionais do

ramo da Agronomia, ou seja, a partir do avanço tecnológico decorreria o crescimento econômico (Cotrim, 2012).

Essa dinâmica de desenvolvimento rural, voltado ao produtivismo, teve apoio do Estado, por meio de políticas públicas de modernização da agricultura, especialmente até os anos 1990. Entretanto, a partir desta década, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural mudaram seu enfoque, originando novas abordagens que se desdobraram em políticas governamentais orientadas para a reforma agrária, o apoio aos territórios rurais, crédito para agricultura familiar, entre outras (Schneider, 2010). Porém, mesmo com as mudanças na abordagem do desenvolvimento rural por parte do Estado, a institucionalização da agricultura intensiva, no ensino da Agronomia, pode estar atrelada às pressões do mercado de trabalho e associações sindicais e/ou tradicionais da agricultura patronal, caracterizando a forma de institucionalização denominada de isomorfismo coercitivo (DiMaggio; Powell, 2005).

Portanto, o ramo da Agronomia passou a ser elemento de institucionalização do modelo de produção intensiva, apontado por diferentes pesquisadores como um modelo insustentável do ponto de vista social e ambiental, por gerar concentração de renda, êxodo rural e a destruição de florestas e da biodiversidade genética (Balsan, 2006; Breitenbach; Dallagnol e Troian, 2023; Santos, 2001). Além disso, Pompeia (2020) enfatiza que um dos efeitos mais significativos da mobilização da proposta totalizadora do agronegócio diz respeito aos pequenos produtores. Neste caso, o argumento provém da abrangência do conceito de agribusiness: sendo o termo “agro” sinônimo de “tudo relacionado à agropecuária”, ele também abrange a agricultura familiar.

Por conseguinte, diversos estudos reconhecem e compreendem que é fundamental pensar processos de desenvolvimento rural a partir da diversidade econômica e heterogeneidade social das diferentes categorias de agricultores, enfatizando os camponeses e agricultores familiares (Moura; Campos, 2022). A relevância da agricultura é destacada por Costa (2010), que aponta esta atividade como fornecedora de alimento e abrigo para a população humana, e, por isso, apresenta um papel maior se comparada aos demais setores econômicos, no caminho em direção ao desenvolvimento sustentável. Para Aguirre e Pereira (2023) a Agroecologia pode ser uma das alternativas de produção sustentável de alimentos, pois este modelo de agricultura vislumbra uma alimentação saudável que traz benefícios ao meio ambiente, preservando recursos naturais e a saúde humana.

Para enfrentar esses desafios e assumir o compromisso com o desenvolvimento territorial sustentável, as universidades necessitam incorporar as políticas de sustentabilidade em suas propostas pedagógicas, incluindo políticas que estimulem a preparação e formação profissional, uma educação focada na construção de uma sociedade mais sustentável, além de incluírem essas diretrizes em seus currículos, projetos de extensão e pesquisas (Borges *et al.*, 2022).

Neste sentido, o presente estudo objetivou analisar quais são os modelos de agricultura institucionalizados na proposta pedagógica dos cursos de Agronomia, e quais alternativas sustentáveis se apresentam frente ao tradicional modelo de produção agropecuária. Para isso, foram coletados dados documentais em cinco universidades do Noroeste do Rio Grande do Sul, complementados por entrevistas semiestruturadas com estudantes dos cursos de Agronomia destas universidades.

A primeira seção apresenta a fundamentação teórica sobre o ensino da Agronomia e suas interfaces com as abordagens do desenvolvimento rural no Brasil. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos da pesquisa, seguido pela apresentação e discussão dos resultados. Na última parte são apresentadas as considerações finais.

Ensino da Agronomia e abordagens do desenvolvimento rural no Brasil: do produtivismo agrário ao desenvolvimento territorial

A agricultura é uma atividade que permite ao Homem produzir alimentos e recursos renováveis e contribui, também, para o desenvolvimento do meio rural (Costa, 2010). No entanto, a noção de agricultura sustentável permanece cercada de imprecisões e de contradições, permitindo abrigar desde aquelas que se contentam com simples ajustes no padrão produtivo – visão economicista de sustentabilidade – até aos mais radicais que vêm nessa noção um objetivo de longo prazo que possibilite mudanças estruturais, não apenas da produção agrária, mas em toda a sociedade (Marzall, 1999).

Para a institucionalização de modelos sustentáveis de agricultura, o ensino da Agronomia se coloca em papel determinante. Jacobi (2004) destaca o papel desafiador da educação na busca de soluções para a crise ambiental. O autor aponta que é necessário incorporar questões relacionadas ao meio ambiente, o que exige o surgimento de novos conhecimentos que

possam suprir as demandas oriundas da questão ambiental. No entanto, o ensino da Agronomia, no Brasil, esteve por décadas vinculado ao modelo agroexportador, estimulado pelo próprio Estado.

O grande desafio do progresso agrícola no Brasil pode ser resumido ao mencionar que quase todas as políticas do setor apontam para a insustentabilidade e, simultaneamente, não se percebem sinais de alterações significativas no futuro próximo - exceto na consciência social, que começa a expressar inquietação com seus rumos (Novaes, 2001). A preocupação apontada por Novaes, há duas décadas, é hoje discutida em abordagens sustentáveis do desenvolvimento rural, como a abordagem centrada no território. Estas abordagens, centradas em modelos sustentáveis de agricultura, como a agroecologia, contrapõem o modelo de agricultura voltada ao produtivismo agrário que emergiu em meados do século XX.

A partir da década de 1950, com a acumulação gradual de inovações anteriores, surgiu uma “compreensão de agricultura” que se tornou predominante globalmente, não somente no âmbito científico, mas também nos diversos sistemas agrícolas dos países que a adotaram. Baseada no conceito genérico de “revolução verde”, ela se materializou sob um padrão tecnológico que, onde foi implementado de maneira significativa, rompeu de maneira drástica com o passado ao incorporar intensamente as famílias do campo em novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando a vida social e, em um processo histórico lento, rompendo a relativa autonomia setorial que a agricultura já teve em tempos passados (Navarro, 2001).

A propagação desse modelo na agricultura, conhecido desde então como “moderno”, transformou o mundo rural (e as atividades agrícolas em particular) em um elemento dependente de novos interesses, classes sociais e estilos de vida e consumo, predominantemente urbanos, que a expansão econômica do período promoveu, em diferentes proporções, em diversos países. Este período, que coincide com a espantosa expansão capitalista dos “anos dourados” (1950-1975), representa um marco também para as atividades rurais. O mundo rural (re) nasceria profundamente modificado, assim que os impactos dessa época de mudanças se concretizasse (Santos, 2001). Neste sentido, alguns dos impactos e desvantagens deste modelo de agricultura são esclarecidos na Figura 1.

Figura 1 - Desvantagens da agricultura convencional

Poluição do ambiente
Alterações negativas nas características físico-químicas do ar (emissão de gases com efeito de estufa, destruição da camada de ozono, emissão de amônia, redução do dióxido de carbono), do solo (desequilíbrio da constituição nutritiva do solo), e da água (acidificação e eutrofização das águas). Efeitos na saúde humana devido, essencialmente, aos altos índices de toxicidade provocados pelos agro-químicos, originando o desenvolvimento de doenças cancerígenas e degenerativas do sistema nervoso; problemas de infertilidade e respiratórios; a metemoglobinémia, o síndrome dos “bebês azuis”, ... e até a morte.
Esgotamento dos recursos ambientais
Consumo elevado de combustíveis fósseis; Consumo elevado de água; Salinização dos solos pela água do mar; Degradação do solo (destruição da estrutura e compactação; erosão e diminuição da fertilidade); Destruição de importantes ecossistemas devido à expansão da actividade agrícola; Degradação da paisagem; Destruição da biodiversidade; Declínio da agricultura diversificada; Descaracterização da agricultura e perda de práticas ancestrais de uma agricultura sustentável no tempo.
Êxodo rural
Despovoamento humano do meio rural, essencialmente de pequenos agricultores que não conseguem competir com os preços proporcionados pela agricultura intensiva; Destruição de espécies e habitats dependentes da continuação das práticas agrícolas para a progressão do seu ciclo de vida; Destruição de ambientes semi-naturais únicos cuja paisagem moldada pela agricultura depende da continuação desta actividade.
Outros
Produção de alimentos micro-desnutridos (com escassez de micro-elementos, tais como, ferro, manganês, zinco, cobre e outros) e intoxicados (com resíduos químicos); Endividamento e dependência do agricultor relativamente a factores de produção e subsídios.

Fonte: Costa, 2010.

Além dos inconvenientes mostrados na Figura 1, Siqueira *et al.* (2023) enfatizam que o modelo de agricultura convencional ou empresarial tem sido responsável pela situação em que a Amazônia se encontra, com ritmo acelerado de destruição, pela exploração degenerativa de modo que grande parte da destruição do bioma amazônico é vinculada a agropecuária.

Com a mecanização da agricultura, observou-se globalmente, e particularmente no Brasil, a diminuição do valor dos conhecimentos práticos dos agricultores familiares. Conhecimentos que, tradicionalmente, percorriam gerações. Portanto, muitos agricultores renunciaram aos 5 seus conhecimentos para se concentrarem no novo modelo de produção, onde a técnica contemporânea era sugerida pelo conhecimento técnico dos especialistas em extensão rural. Portanto, através da utilização intensiva de máquinas, produtos químicos e variedades de sementes geneticamente modificadas, um grande número de agricultores familiares se distanciou de práticas sustentáveis que se ajustavam ao ritmo natural e reconheciam a limitação dos recursos naturais (Abramovay; Magalhães; Schroeder, 2010).

Certamente, naqueles anos, o conceito de desenvolvimento rural foi influenciado pelo “espírito do tempo”, com o impulso modernizador (e

seus significados e trajetórias) guiando também as ações implementadas em prol do desenvolvimento rural. Por exemplo, nos anos 70, sob o comando dos governos militares, um conjunto de programas foi posto em prática nas áreas mais carentes, particularmente no Nordeste, sob a orientação do desenvolvimento rural (em oposição à “modernização agrícola” em outras áreas). Nesse cenário, a mudança social e econômica - e o aumento do bem-estar das comunidades rurais mais carentes - foram vistos como desdobramentos “naturais” do processo de transformação produtiva na agricultura. Este último foi simplesmente identificado como a incorporação das tecnologias emergentes ao padrão tecnológico vigente, resultando em incrementos na produção e produtividade e, conseqüentemente, uma suposta e benéfica relação com a elevação da renda familiar, que resulta na adoção do termo “desenvolvimento rural” (Navarro, 2001).

A partir da década de 80, políticas baseadas em uma perspectiva conhecida como neoliberalismo enfraqueceram consideravelmente a função do Estado na execução eficiente de suas políticas, além de excluir o desenvolvimento rural do centro das discussões. Portanto, o segundo momento em que o tema volta à tona é relativamente recente: após a transição que obscureceu as discussões sobre desenvolvimento, este novo período provavelmente começou por volta de meados dos anos 90. Nos últimos anos, as razões para o ressurgimento do debate sobre o desenvolvimento (e o desenvolvimento rural) sofreram uma mudança drástica, sendo mais marcadas, em contraste com o primeiro período, por uma visão da suposta inviabilidade do desenvolvimento ou, pelo menos, suas enormes dificuldades para se concretizar. Aliás, pode-se arriscar dizer que, a agitação social e política provocada pela propagação da descrença em relação ao futuro tenha, de fato, reacendido o interesse crescente pelo assunto do desenvolvimento (Schneider, 2010).

Desde a segunda metade da década de 1990, o governo brasileiro começou a formular um conjunto de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este procedimento esteve ligado à mobilização de entidades sociais rurais e ao acúmulo de pesquisas técnicas e científicas, que evidenciaram a relevância socioeconômica deste setor social (Hespanhol, 2010; Cazella *et al.*, 2016).

Entretanto, tais políticas não obtiveram apoio dos grandes produtores brasileiros, ao passo que estes atores dominantes argumentavam que seria inadequado dar preferência aos produtores familiares ou, até mesmo,

ignorar o “agronegócio”. Recentemente, outro impacto significativo ligado ao agenciamento da classificação que inclui a “agricultura familiar” no “agronegócio” ocorreu com a dissolução do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma entidade governamental dedicada a esse segmento, pelo presidente interino (naquele momento) Michel Temer (Pompeia, 2023).

Dentro deste modelo, ainda predominante na agricultura do Brasil, o engenheiro agrônomo tem realizado ações quase exclusivamente tecnicistas, dando ênfase a pacotes tecnológicos cada vez mais específicos e distribuindo, sem critério, receitas previamente definidas aos agricultores. Eles questionam, confiando no desconhecimento ou desprezo, as particularidades que surgem da conexão estreita entre o homem, a agricultura e a natureza, destacando o papel crucial da família do campo. Perdem o conhecimento local, que não é contrário, mas apenas distinto daquele produzido em ambientes acadêmicos (Casalinho; Cunha, 2016).

Por outro lado, participativamente na transformação da agricultura convencional para modelos mais sustentáveis requer, invariavelmente, alterações na visão de mundo, na sociedade e na vida. Essas são premissas fundamentais para uma compreensão mais aprofundada das relações entre o ser humano e a terra. As posturas de um profissional recém-formado são fortemente influenciadas pelo que a educação pode proporcionar ao longo de sua trajetória acadêmica (Casalinho; Cunha, 2016).

Mesmo com todas as dificuldades citadas, CostaBeber e Caporal (2003) defendem o desenvolvimento rural sustentável como um processo de transformação gradual que inclui a consolidação de processos educativos e participativos que unem as comunidades rurais, concebendo uma estratégia que estimula dinâmicas socioeconômicas mais alinhadas ao propósito ambiental e aos propósitos de igualdade social. Segundo esses autores, mesmo sem a adoção de um conceito exato de desenvolvimento rural sustentável, as seis dimensões da sustentabilidade estão interligadas: ecológica, econômica, social (nível inicial), cultural, política (nível subsequente) e ética (nível final).

Nota-se, também, que a preocupação ambiental, conhecida como ambientalização do ensino, vem ganhando cada vez mais relevância, seja em novos cursos que destacam e debatem a problemática ambiental, sugerindo práticas profissionais conscientes das questões ambientais, em eventos acadêmicos relacionados ao assunto, em projetos de pesquisa e

extensão, ou na administração das instituições educacionais (Wachholz, 2017).

Em cursos que preparam profissionais para trabalhar diretamente no campo, como a Agronomia, a abordagem da ambientalização curricular oferece uma formação voltada para questões sociais, ambientais e culturais, com uma perspectiva emancipatória que pode auxiliar no progresso rural sustentável. Portanto, ao estimular a reflexão acerca da questão ambiental, a ambientalização na proposta pedagógica curricular nos cursos de agronomia auxilia na construção de um indivíduo ecologicamente consciente, apto a enfrentar desafios que ultrapassam o saber técnico (Souza, 2006).

Nesta lógica, alguns modelos de agricultura se destacam na promoção do desenvolvimento sustentável. Entre eles, pode ser citado a agroecologia, caracterizada como uma orientação cujas metas e contribuições ultrapassam os aspectos puramente tecnológicos ou agrônômicos da produção agrícola e pecuária, englobando dimensões mais abrangentes e complexas que englobam tanto variáveis econômicas, sociais e ecológicas, quanto variáveis culturais, políticas e morais. A silvicultura é outra forma de produção sustentável que se refere às práticas de cultivo, gestão e preservação de florestas e recursos florestais (Moreira; Carmo, 2007).

Juntamente com a ideia de sustentabilidade, o conceito de desenvolvimento rural leva em conta o fato de se referir a um território, seja ele local ou regional, onde diversos atores e setores produtivos e de suporte cooperam, representando assim um desenvolvimento “multissetorial”. Simultaneamente, as regiões rurais exercem diversas funções (pluriatividade) no processo de desenvolvimento global e, ao longo dessa jornada, essas funções se transformam (Kageyama, 2004).

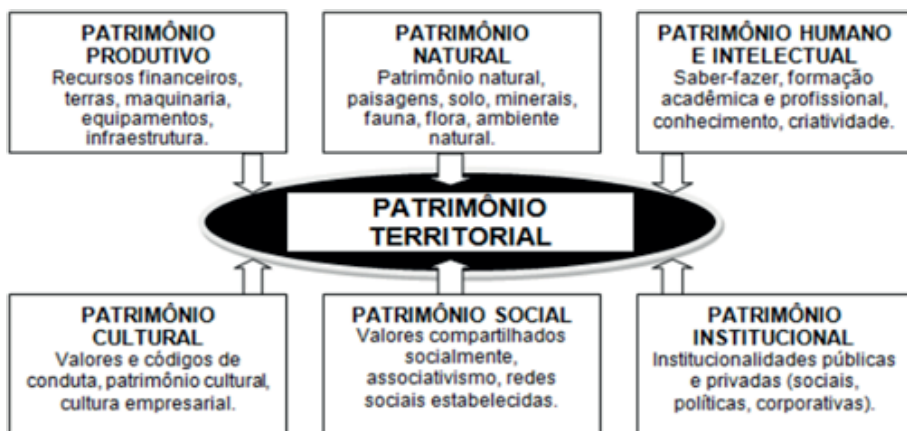
Favareto (2010), Saquet (2019), Dallabrida (2020) e Pecqueur (2024) defendem a abordagem territorial do desenvolvimento. Para estes autores, a descentralização das políticas e da atividade industrial, aliada à diminuição e a um certo redirecionamento da intervenção do Estado, favoreceu a criação de um padrão onde, ao invés de investimentos diretos e segmentados, o Estado deveria estabelecer condições e um ambiente propício para que os agentes privados pudessem, supostamente de forma mais eficaz, distribuir recursos humanos e materiais. De acordo com estes autores, os processos sociais e econômicos de caráter predominantemente territorial, e não mais setorial, e esse novo modelo são, em resumo, as razões primordiais para o surgimento e fortalecimento dessa nova perspectiva,

que não separa o rural e o urbano, mas adota uma abordagem integrada do desenvolvimento dos diferentes espaços que compõem o território.

Para Pecqueur (2024), um dos pioneiros na pesquisa sobre o desenvolvimento territorial, a valorização dos recursos específicos do território (paisagem, clima, patrimônio histórico e cultural, arquitetura, saber-fazer de determinado produto, entre outros) pode gerar uma renda de qualidade territorial. De acordo com este autor, tal renda é gerada por um valor adicional que provém fundamentalmente do fato de que o produto ou serviço, assim como o saber-fazer ou seu ambiente (no caso de uma paisagem ou patrimônio arquitetônico), se referirem à identidade do lugar onde se encontram bem como à especificidade que ele possui.

Na opinião de Dallabrida (2020) o desenvolvimento do território decorre da ativação do patrimônio territorial, definido pelo autor como um conjunto de ativos e recursos, tanto materiais quanto imateriais, que se acumularam ao longo do tempo num determinado território. Na figura 1 é possível compreender as dimensões do patrimônio territorial, sendo que as dimensões produtiva, natural e intelectual são diretamente relacionadas a área de Agronomia e o desenvolvimento rural.

Figura 2 – Dimensões do patrimônio territorial



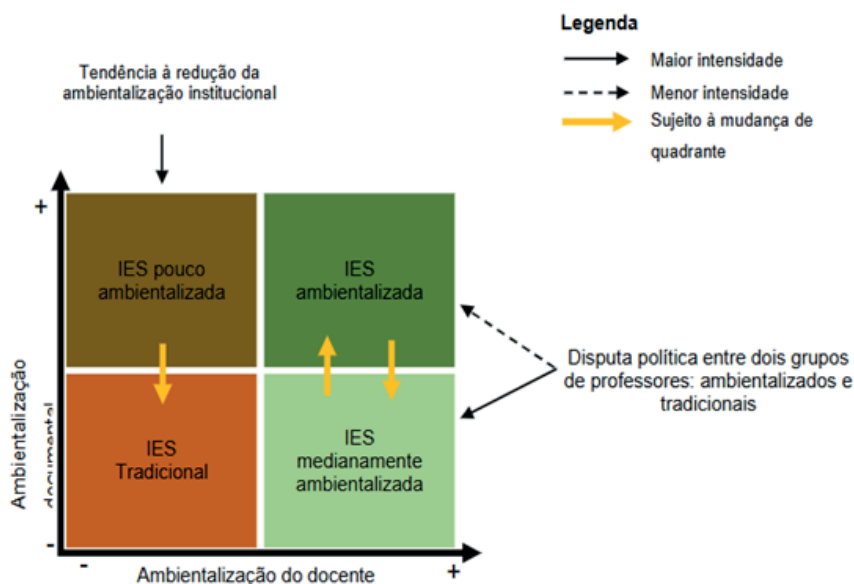
Fonte: Dallabrida, 2020.

Na abordagem territorial, a função produtiva, anteriormente limitada à agricultura intensiva, agora se estende a várias atividades, incluindo o artesanato e a transformação de produtos naturais pelas cooperativas e agroindústrias familiares, além de atividades relacionadas à conservação do meio ambiente e ao turismo rural (Marques; Teixeira,

2023). Ademais, a função populacional das regiões rurais, que durante os períodos de industrialização acelerada era fornecer trabalhadores para as metrópoles, se inverteu, resultando no decréscimo populacional dessas regiões. Portanto, é necessário o aprimoramento de infraestrutura, serviços e geração de empregos que assegurem a permanência da população no meio rural. A função ambiental começa a ser mais valorizada e requisitada pelo meio rural para a preservação e preservação de bens públicos, tais como a paisagem, as florestas e o meio ambiente como um todo (Kageyama, 2004).

Para a institucionalização de modelos sustentáveis de agricultura, a capacitação e prática docente são os alicerces para a previsão documental e gerencial nas instituições de ensino superior e nos seus cursos de Agronomia. Salienta-se que os professores enfrentam pressões externas relacionadas a aspectos tecnológicos, legais, ambientais, socioculturais e políticos que podem ou não incentivar uma atuação mais voltada para o meio ambiente. Portanto, nas Instituições de Ensino Superior podem surgir conflitos políticos que as orientam para projetos de desenvolvimento mais ou menos sustentáveis, resultando em quatro categorias de instituições: tradicionais, pouco ou moderadamente ambientalizadas, ou ambientalizadas (Borges, 2022).

Figura 3 - Graus de ambientalização



Fonte: Borges, 2022.

São entendidas como Instituições de Ensino Superior tradicionais aquelas que apresentam baixa ambientalização tanto no perfil docente quanto nos documentos, mantendo práticas conservadoras. As IES pouco ambientalizadas possuem documentos com alta ambientalização, mas um corpo docente que não reflete essa orientação, tornando a implementação frágil e sujeita a retrocessos. Já as IES moderadamente ambientalizadas revelam uma disputa intensa entre grupos docentes ambientalizados e tradicionais, resultando em um equilíbrio instável. Por fim, as ambientalizadas possuem um corpo docente e documentos alinhados à sustentabilidade, consolidando práticas institucionais voltadas ao desenvolvimento sustentável, embora ainda suscetíveis a pressões internas e externas (Borges *et al.*, 2022).

Procedimentos metodológicos

O estudo consiste em uma pesquisa descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando os procedimentos técnicos da pesquisa documental e de campo (Minayo, 2007; Gil, 2002). O caráter descritivo teve por objetivo detalhar como o ensino de Agronomia em universidades do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul contribui para a consolidação de modelos agrícolas. Por meio da abordagem qualitativa, o foco está na compreensão e na interpretação do impacto do ensino da Agronomia em diferentes modelos de agricultura.

Para garantir uma análise representativa e abrangente do ensino de Agronomia na região, optou-se por considerar as cinco das maiores universidades do Noroeste do Rio Grande do Sul (Figura 1). A seleção ocorreu com base em critérios de abrangência destas Universidades, tradição e infraestrutura consolidada na formação em Agronomia dos profissionais da região. Destas universidades, três são de iniciativa privada e duas mantidas pelo setor público.

Além da acessibilidade por parte dos pesquisadores, a escolha da região pesquisada levou em consideração os problemas do modelo de desenvolvimento rural adotado pela região Noroeste do Rio Grande do Sul, voltado ao agronegócio, não apenas no âmbito social, mas também de ordem ambiental. A lógica econômica que apoia este processo era visivelmente predatória em relação aos recursos naturais (Trennepohl; Macagnan 2008). Este aspecto denota a escolha pelo modelo produtivista

agrário e justifica a inserção de modelos sustentáveis de agricultura, como analisa o presente estudo.

Figura 4 - Mapa do Rio Grande do Sul, com destaque para a Região Noroeste



Fonte: Abreu, 2024.

Por meio da pesquisa documental foram examinadas informações públicas (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013) sobre as diretrizes pedagógicas, currículos e outras práticas relacionadas ao ensino da Agronomia, cujas informações foram obtidas nos endereços eletrônicos de universidades do noroeste do Rio Grande do Sul que ofertam o curso.

Complementar a isso, foram utilizados procedimentos técnicos da pesquisa de campo, por meio da coleta de dados junto a acadêmicos (cursando os semestres finais) e egressos do curso de Agronomia destas universidades, permitindo uma análise contextualizada da realidade local. Para isso, utilizou-se do instrumento de questionário semiestruturado, contendo questões abertas, para compreender as percepções e experiências destes sujeitos sobre o ensino e os modelos agrícolas apresentados durante o curso (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013).

Os dados coletados foram analisados por meio de análise temática de conteúdo, que funciona por operações de desmembramento do texto em categorias (Bardin, 2011). As categorias analisadas nesta pesquisa se referem às quatro categorias de instituições em relação à sua proposta pedagógica (Borges, 2022): tradicionais, pouco ambientalizadas, moderadamente ambientalizadas, ou ambientalizadas.

No desenvolvimento da pesquisa, considerando seus princípios éticos, a identidade dos sujeitos entrevistados foi mantida em anonimato, garantindo a confidencialidade das respostas que foram analisadas. Além disso, o nome das universidades participantes também foi omitido na discussão dos resultados, sendo utilizados termos genéricos para identificar as instituições, como Alpha, Beta, Gama, Delta e Ômega.

Resultados e discussão

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados da pesquisa baseada na análise dos modelos de agricultura presentes nas propostas pedagógicas dos cursos de Agronomia de cinco Universidades do RS, permitindo compreender como estas universidades estão formando profissionais para atuar no desenvolvimento rural.

Em um cenário onde o modelo tradicional, baseado na alta produtividade e no uso intensivo de recursos, começa a ser questionado, alternativas como a agroecologia, a silvicultura, o cooperativismo e a valorização da agricultura familiar ganham destaque. Portanto, parte-se inicialmente da identificação de como essas propostas pedagógicas estão incorporadas nos currículos e quais caminhos se apresentam para transformar a prática agrônômica, conciliando desenvolvimento econômico, responsabilidade social e proteção ambiental.

Análise das propostas pedagógicas

As informações analisadas sobre as abordagens pedagógicas adotadas pelas universidades para a formação de engenheiros agrônomos são sintetizadas no Quadro 1 e passam a ser discutidas.

Quadro 1 – Propostas pedagógicas dos cursos de Agronomia

Universidade	Proposta Pedagógica
Universidade Alpha	“Prepara o graduado para trabalhar o desenvolvimento agrário de maneira sustentável, com condições de conceber, elaborar e implantar projetos de desenvolvimento em suas dimensões ambientais, econômicas, sociais, culturais, éticas e políticas”.
Universidade Beta	“É capaz de vivenciar práticas, implantar e acompanhar experimentos e fazer pesquisas em parceria com as mais renomadas empresas e instituições públicas ou privadas, ao longo de toda sua formação. Este é o engenheiro agrônomo formado pela universidade Beta, capaz de melhorar e conservar a qualidade e a produtividade de plantações e rebanhos devido ao seu amplo conhecimento em técnicas de cultivo e criação em qualquer etapa da cadeia produtiva”.
Universidade Gama	Destina-se à formação de profissionais com capacidade técnico-científica e responsabilidade social, aptos a promover, orientar e administrar a utilização e otimização dos diversos fatores que compõem os sistemas de produção, transformação e comercialização, em consonância com os preceitos de proteção ambiental, além de planejar, pesquisar e aplicar técnicas, métodos e processos adequados à solução de problemas e à promoção do desenvolvimento sustentável”.
Universidade Delta	“Tem como objetivo formar Engenheiros Agrônomos com capacidade técnico-científica e responsabilidade social, aptos a promover, orientar e administrar a utilização e otimização dos diversos fatores que compõem os sistemas de produção, transformação e comercialização, em consonância com os preceitos de recuperação e proteção ambiental, além de planejar, pesquisar e aplicar técnicas, métodos e processos adequados à solução de problemas e à promoção do desenvolvimento sustentável com visão empreendedora e capacidade inovadora”.
Universidade Ômega	“Foi criado para atender a região onde a agricultura familiar é uma das principais características. Dessa forma, tem compromisso com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos, com atuação profissional crítica e criativa na identificação e resolução de problemas. Deverá formar agrônomos com uma visão interdisciplinar do seu campo de conhecimento, possibilitando a interação com outros profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. Assim, o curso contribuirá na formação de profissionais que promovam o manejo sustentável e a recuperação de ecossistemas e agroecossistemas, bem como a conservação e preservação dos recursos naturais”.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

A análise das propostas pedagógicas das cinco Universidades evidencia que, enquanto algumas propostas pedagógicas mantêm forte vínculo com o agronegócio convencional, há um movimento em direção a modelos mais inclusivos e sustentáveis, que valorizam práticas como a agroecologia, a agricultura familiar e a gestão ambiental.

Universidade Alpha

Observa-se que na proposta da Universidade Alpha faz-se referência ao desenvolvimento agrário sustentável em múltiplas dimensões, sugerindo um modelo institucional voltado para práticas integradas e sustentáveis.

Na grade de disciplinas da Universidade Alpha, o tema gerador do primeiro semestre tem, como abordagem, os agroecossistemas, com uma das disciplinas tratando da ecologia geral e da agroecologia. A importância de institucionalizar esta abordagem pode ser compreendida pelas ponderações de CostaBeber e Caporal (2003). Estes autores enfatizam que a agroecologia é a base para um modelo de agricultura com menor impacto ambiental, que fomenta a inclusão social e oferece melhores condições econômicas para os agricultores.

A análise da grade de disciplinas desta Universidade mostra também que, no nono semestre, os graduandos em Agronomia cursam o tema gerador em sistemas agroflorestais. Desta forma, fica evidenciado que, de acordo com a grade curricular do curso, os modelos mais sustentáveis de agricultura estão presentes na proposta pedagógica, institucionalizados nos temas geradores semestrais.

Assim, esta Universidade apresenta uma abordagem pedagógica fortemente orientada ao desenvolvimento agrário sustentável, com disciplinas que incorporam agroecossistemas e sistemas agroflorestais, que remetem a classificá-la como Ambientalizada (Borges *et al.*, 2022).

Universidade Beta

Diante da proposta da Universidade Beta percebe-se o foco na capacitação técnica para a cadeia produtiva tradicional, cujas práticas -de cultivo e criação- para melhorar a produtividade e qualidade ficam em evidência, sugerindo para uma proposta pedagógica que enfatiza um modelo que está mais alinhado ao agronegócio convencional.

Pela análise da grade de disciplinas do curso de Agronomia desta Universidade, foi possível notar a presença de variados modelos de agricultura. O modelo agropecuário tradicional encontra espaço em disciplinas como “Tecnologia de Aplicação de Defensivos Agrícolas”, “Controle de Plantas Invasoras”, “Produção e Manejo de Bovino de Corte”, “Produção e Manejo de Bovino de Leite”, ambas do sexto semestre.

Por outro lado, modelos mais sustentáveis também encontram espaço na grade curricular. Neste sentido, podem ser citadas as disciplinas “Manejo e Gestão Ambiental”, e “Olericultura”. Outra disciplina que recebe atenção é a de “Associativismo e Cooperativismo”, uma vez que, de acordo com Marques e Teixeira (2023) o cooperativismo é apontado como ferramenta para o desenvolvimento regional sustentável.

Neste aspecto, embora a Universidade Beta inclua disciplinas sustentáveis, como manejo ambiental, seu foco principal está na capacitação técnica para o agronegócio convencional, com ênfase em produtividade, característica que remete a classificação como Pouco Ambientalizada (Borges *et al.*, 2022)

Universidade Gama

Quanto à Universidade Gama, sua proposta pedagógica enfatiza a promoção do desenvolvimento rural sustentável. A grade curricular conta com disciplinas alinhadas aos modelos sustentáveis de produção rural, como “Silvicultura” e “Olericultura”. Já o modelo agropecuário está presente em disciplinas como “Bovinocultura de Corte e de Leite” e “Adubação e Corretivos”. Atrelado a isso, um banner que promove o curso na página institucional questiona “Você sabia que o engenheiro agrônomo é o grande protagonista quando se trata de relevância brasileira no agronegócio, em âmbito mundial?”. Esta forma de marketing ressalta um modelo de agronegócio produtivista, que não é apontado na proposta pedagógica do curso.

Visto isso, observa-se que a Universidade Gama busca equilibrar modelos sustentáveis e produtivistas, com disciplinas que abrangem tanto silvicultura quanto bovinocultura. A presença de elementos do agronegócio em seu marketing pode refletir uma disputa interna, tais constatações levam a classificar esta Universidade como Moderadamente Ambientalizada (Borges *et al.*, 2022).

Universidade Delta

Assim como evidenciado na proposta pedagógica da Universidade Gama, a Universidade Delta também inclui a promoção do desenvolvimento sustentável em sua proposta de curso. Pela análise da grade curricular, algumas das disciplinas alinhadas ao modelo mais sustentável são a “Fruticultura Básica” e a “Olericultura”. No entanto, não foram encontradas disciplinas que tratam da agroecologia, agricultura familiar e cooperativismo.

Tais aspectos destacam a promoção do desenvolvimento sustentável na proposta da Universidade Delta, mas carece de disciplinas específicas como agroecologia e cooperativismo, classificando esta Universidade como Moderadamente Ambientalizada (Borges *et al.*, 2022).

Universidade Ômega

A Universidade Ômega apresenta como característica diferencial o foco voltado à agricultura familiar da região, oferecendo uma proposta interdisciplinar e sustentável, promovendo alternativas ao modelo tradicional, como agroecologia e conservação de ecossistemas. Entre as Universidades analisadas, esta é a que apresenta proposta de curso mais alinhada aos preceitos de sustentabilidade.

Conforme exame das disciplinas do curso de Agronomia desta Universidade, foi possível notar que a preocupação com o desenvolvimento rural sustentável é institucionalizada em disciplinas como “Agroecologia: teorias e conceitos”, “Fundamentos de ecologia”, “Olericultura”, “Fruticultura” e “Silvicultura”.

Nesta Universidade, a grade curricular aponta também para a presença de disciplinas que tratam da história da região em que a Universidade se localiza. Nesse aspecto, para além de institucionalizar a responsabilidade socioambiental, a Universidade Ômega dialoga com a abordagem territorial do desenvolvimento, compreendida por Favareto (2010) como uma abordagem imprescindível no estudo do desenvolvimento rural.

O foco claro na agricultura familiar e interdisciplinaridade desta Universidade, promovendo alternativas sustentáveis como agroecologia e conservação de ecossistemas, remetem a classificação como Ambientalizada (Borges *et al.*, 2022).

O que dizem alunos e egressos? Relato de entrevistas com acadêmicos e graduados em Agronomia

A institucionalização de modelos de agricultura presentes nos cursos de Agronomia das Universidades pesquisadas, são evidenciadas também através das respostas dos questionários. A pesquisa foi respondida por alunos a partir do 5º semestre, abrangendo também egressos que já atuam na sua área de formação.

Ao questionar os entrevistados sobre quais as áreas de atuação o curso de Agronomia capacita os profissionais, em sua totalidade os respondentes sinalizaram que os cursos capacitam para atuar nas mais diversas áreas, formando profissionais com orientação sobre as produções agrícolas e agropecuárias, além da compreensão do envolvimento com o meio ambiente, relações de mercado e sociedade. Essa abrangência citada pelos respondentes ressalta a importância da amplitude do conhecimento a tudo o que está relacionado ao campo da agricultura e pecuária, porém é necessário que a mesma seja analisada com cautela a ponto de não cairmos em narrativas estratégicas que anunciam que o “agro é tudo”, como elucidado por Pompeia (2020), a ponto de criar uma percepção de caráter englobante de um “modelo único” representado pelo agronegócio.

Ainda, foi verificado se existe direcionamento predominante para algum modelo de agricultura nos cursos de Agronomia, neste item observa-se um destaque para agricultura familiar, onde 40% dos respondentes apontam este modelo como predominante, enquanto o agronegócio e a agroecologia foram elencados igualmente por 20% dos respondentes cada um, junto com outros modelos. Estes modelos de agricultura são abordados através de pesquisa, visitas a propriedades rurais e estágios curriculares. Tais evidências vão ao encontro da resignificação do papel socioprodutivo da agricultura familiar e sobre o desenvolvimento rural sustentável, citado por Toledo, Zonin e Kroth (2024).

Com relação a existência de disciplinas com foco no aumento da produtividade agrícola e/ou pecuária, todas as respostas foram positivas, indicam que os currículos dos cursos de Agronomia das universidades analisadas mantém elementos do enfoque produtivista convencional. No entanto, a presença de disciplinas que abordam a agricultura familiar, agroindústrias, agroecologia e o cooperativismo também foi unânime entre os respondentes, apontando para a incorporação, de forma branda ou mais intensa, de alternativas sustentáveis no processo de formação.

Questionados sobre as atividades práticas realizadas durante o curso e sua conexão com a pluralidade de modelos de agricultura, as respostas refletem, em alguma medida, essa pluralidade, aproximar os alunos a diferentes contextos e práticas agrícolas, como visitas a propriedades e acompanhamento de rotinas, além de atividades em diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul. Assim, a pluralidade nas atividades práticas é mencionada, porém sem detalhar os modelos pelos quais mais transitam, ou seja, atividades práticas inclinadas para modelos tradicionais (produtivismo) ou para as alternativas sustentáveis.

Como sugestões apontadas pelos entrevistados em relação às necessidades de mudanças na formação da Agronomia, visando atender às demandas do desenvolvimento rural brasileiro, as respostas vão no direcionamento da possibilidade de evolução do ensino agrônomo que atenda melhor às demandas atuais da área. Como caminhos, os respondentes destacam a inovação tecnológica da agricultura, digitalização de mercados, valorização da agricultura familiar e/ou pequeno produtor, e apoio ao empreendedorismo rural. Tais temas evidenciam uma preocupação com a modernização e diversificação da área, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância de fortalecer os pequenos produtores e suas comunidades locais, aproximando aspectos do desenvolvimento regional sustentável.

Em relação à trajetória profissional e a aplicação do conhecimento adquirido durante o curso de Agronomia, as percepções dos respondentes refletem de formas variadas no contexto rural, desde a produção até a pesquisa e a extensão rural, com destaque à extensão rural e assistência técnica, bem como na carreira acadêmica e a institucional. Essa diversidade de possibilidades profissionais recai sobre a necessidade de currículos flexíveis, mas também, que atendam as habilidades pessoais alinhadas às demandas do desenvolvimento rural sustentável brasileiro.

Nesta lógica, Borges *et al.* (2022) afirmam que a função das universidades na formação de indivíduos reflexivos, críticos, com base em conhecimentos contemporâneos, aptos a contribuir para uma participação ativa na comunidade em que estão inseridos, requer que essas instituições de ensino elaborem estratégias onde o estudante adquira conhecimento que promova a formação completa do indivíduo, consciente de sua responsabilidade política, social e ecológica.

Considerações finais

A presente pesquisa objetivou analisar quais são os modelos de agricultura institucionalizados na proposta pedagógica dos cursos de Agronomia, e quais alternativas sustentáveis se apresentam frente ao tradicional modelo de produção agropecuária. Desta forma, por meio de análise documental das propostas pedagógicas e entrevistas com alunos e egressos das universidades, foram examinados tanto o modelo tradicional, voltado ao produtivismo, quanto alternativas de modelos mais sustentáveis, como a agroecologia.

Com base na pesquisa documental sobre as propostas pedagógicas dos cursos de Agronomia, foi possível notar que predomina uma diversidade curricular, refletindo em diferentes níveis de integração da sustentabilidade em suas propostas pedagógicas, evidenciando o impacto das categorias de Borges *et al.* (2022). As Universidades Alpha e Ômega destacam-se como ambientalizadas, com currículos que incorporam práticas e valores alinhados ao desenvolvimento sustentável, como agroecologia e agricultura familiar.

Por outro lado, a Universidade Beta apresenta características de uma instituição pouco ambientalizada, com foco predominante no agronegócio tradicional e inserção limitada de práticas sustentáveis. Já as Universidades Gama e Delta configuram-se como moderadamente ambientalizadas, demonstrando equilíbrio instável entre práticas produtivistas e iniciativas sustentáveis. Essas classificações evidenciam a diversidade de abordagens no ensino da Agronomia, refletindo a coexistência de modelos tradicionais e sustentáveis no cenário educacional e agrícola do Noroeste do Rio Grande do Sul.

A percepção dos sujeitos em relação aos cursos de Agronomia analisados, revela a abordagem, por meio das disciplinas, de diferentes modelos de agricultura, voltadas tanto para o aumento da produtividade agrícola e pecuária quanto para temas como agricultura familiar, agroindústrias, agroecologia e cooperativismo. A predominância da agricultura familiar como o modelo mais presente, apontado por 40% dos respondentes sugere um alinhamento na formação acadêmica com as características locais e regionais. Apesar disso, a presença de disciplinas voltadas ao agronegócio e à agroecologia aponta para a atuação em diferentes cenários do rural brasileiro.

A região Noroeste do Rio Grande do Sul é caracterizada pela coexistência da agropecuária tradicional com a agricultura de base familiar e a forte presença de organizações cooperativas. Por isso, a institucionalização de diferentes modelos de agricultura, nos cursos de Agronomia das universidades examinadas, pode estar atrelado ao isomorfismo coercitivo, ou seja, uma forma de institucionalização centrada nas pressões formais e informais exercidas por outras organizações e pelas expectativas culturais da sociedade. Assim sendo, novos estudos podem analisar a influência do isomorfismo coercitivo na institucionalização de modelos de agricultura em regiões brasileiras com forte influência de determinado sistema produtivo agropecuário.

Por fim, como o estudo foi realizado apenas em universidades do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, limita a generalização dos resultados para outras regiões do Brasil, que possuem realidades socioeconômicas e agroecológicas distintas. Portanto, como proposição de estudos futuros sugere-se uma análise comparativa dos modelos de agricultura constantes nas propostas pedagógicas de curso de agronomia em diferentes regiões do Brasil, visando aprofundar a compreensão sobre a formação em Agronomia e a construção de currículos alinhados às demandas do desenvolvimento rural brasileiro.

Referências

BRAMOVAY, Ricardo; MAGALHÃES, Reginaldo; SCHRODER, Mônica. Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações brasileiras de agricultores familiares. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 24, p. 268-306, 2010.

ABREU, R. L. de. Lista de mesorregiões e microrregiões do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_do_Rio_Grande_do_Sul#/media/Ficheiro:RioGrandedoSul_Meso_NoroesteRioGrandense.svg. Acesso em: 1 dez. 2024.

AGUIRRE, J. M. T.; PEREIRA, M. T. Sustentabilidade e agricultura orgânica: uma revisão narrativa. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, v. 8, n. 1, p. 1-15, 2023.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**, v. 1, n. 2, p. 123-151, 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, C. L. P.; COSTA E SILVA, L.; CARNIATTO, I. Desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino superior: um estudo de caso em cursos de Agronomia em universidades paranaenses. **Ambiente & Educação: Revista de Educação Ambiental**, v. 27, n. 1, p. 1-31, 2022.

BREITENBACH, Raquel; DALLAGNOL, Roselaine Paula; TROIAN, Alessandra. “Decidi ficar”: aspectos emocionais como fatores determinantes do processo sucessório em Ipiranga do Sul/RS. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 1, p. 101-122, 2023.

CASALINHO, H. D.; CUNHA, M. I. Práticas interdisciplinares no ensino de agronomia: a metodologia de projetos em ação. **Cadernos de Educação**, n. 54, p. 1-19, 2016.

CAZELLA, Ademir Antonio et al. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política & Sociedade: Revista de Sociologia Política**, v. 15, p. 49-79, 2016.

COTRIM, Décio. Textos selecionados do 1º Seminário de Produção Acadêmica dos Empregados da ASCAR: programa de pós-graduação da instituição, 26 e 27 de setembro de 2012. Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR, 2012.

COSTA, A. A. V. M. R. Agricultura sustentável I: conceitos. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 33, n. 2, p. 61-74, 2010.

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NO MERCOSUL**. Santa Maria: UFSM/Pallotti, 2003. p. 157-194.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; ROTA, Edegar; BRUM, Argemiro Luís. O debate sobre abordagem territorial do desenvolvimento: uma apresentação do tema. **Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n. 61, 2024.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter W. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HESPAANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 123-147, 2010.

JACOBI, Pedro. Educação e meio ambiente: transformando as práticas. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, Brasília, n. 1, p. 28-35, 2004.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004.

MARQUES, Ana; TEIXEIRA, Carlos A. Vine and wine sustainability in a cooperative ecosystem: a review. **Agronomy**, v. 13, n. 10, p. 2644, 2023.

MARZALL, Katia. **Indicadores de sustentabilidade para agroecossistemas**. 1999. 224 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MOREIRA, Roberto Machado; CARMO, Maristela Simões do. A agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 37-56, 2007.

MOURA, J. E. A.; CAMPOS, K. C. Competitividade da agricultura familiar no sul brasileiro. **DRd – Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 12, p. 191-216, 2022.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 83-100, 2001.

NOVAES, Washington. Dilemas do desenvolvimento agrário. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 51-60, 2001.

PECQUEUR, Bernard. As abordagens do desenvolvimento territorial: origem e perspectivas recentes. **Desenvolvimento em Questão**, v. 22, n. 61, 2024.

POMPEIA, Caio. “Agro é tudo”: simulações no aparato de legitimação do agronegócio. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, n. 56, p. 195-224, 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Milton José dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos Avançados**, v. 15, p. 225-238, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **Informe GEPEC**, v. 23, p. 25-39, 2019.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SIQUEIRA, I. dos S.; RAPOSO, E. O.; FREITAS, N. M. da S. Agronegócio e Amazônia: ação pedagógica como agir comunicativo na leitura integrada de um mundo colonizado. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 28, n. 1, p. 281-302, 2023.

SOUZA, S. E. R. **A inserção da educação ambiental no currículo do curso de agronomia**: um estudo de caso na UFSM. 2006. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

TOLEDO, E.; ZONIN, V. J.; KROTH, D. C. O avanço do discurso da agricultura única e a urgência de ressignificação da agricultura familiar no Brasil. **Redes**, v. 29, n. 1, 2024.

TRENNEPOHL, Dilson; MACAGNAN, R. Impactos ambientais da dinâmica de desenvolvimento da região noroeste colonial do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 4, n. 1, p. 195-220, 2008.

WACHHOLZ, C. B. **Campus sustentável e educação**: desafios ambientais para a universidade. 2017. 180 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SUSTENTABILIDADE DA PRODUÇÃO LEITEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE APLICATIVO MÓVEL PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ZOOTÉCNICO E FINANCEIRO

Guilherme Lau Santiago

Introdução

Este trabalho buscou desenvolver uma ferramenta para a gestão nutricional em sistemas de produção leiteira, que alie praticidade, eficiência, eficácia e rapidez, gerando resultados através de indicadores confiáveis para que técnicos e pecuaristas possam tomar decisões visando o aumento da rentabilidade da atividade.

O Brasil possui como uma de suas principais atividades econômicas, a agropecuária leiteira e, segundo dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations*, é o quarto maior produtor mundial de leite, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, da Índia e da China. A pecuária leiteira é praticada em todo território nacional, porém há produtores de diversos níveis tecnológicos e organizacionais, sendo uns de agricultura familiar ou pequena cooperativa e outros com propriedades de elevado nível tecnológico (MULLER; REMPEL, 2021; VALEIRO; PINHEIRO, 2008).

Desta forma, a produção leiteira no Brasil caracteriza-se pela ocorrência de produção em todo o território nacional, porém com ausência de padronização, devido à falta de homogeneidade dos sistemas de produção existentes em todo o território nacional. A cadeia produtiva do leite é geradora de renda e tributos, sendo a bovinocultura leiteira um elo para o desenvolvimento do setor primário, tendo ainda importante função socioeconômica.

Neste contexto, a avaliação de desempenho é fundamental, pois propicia ao produtor o conhecimento da propriedade como um todo,

registra e controla atividades, analisa os resultados e planeja as ações necessárias. Assim, aspectos relacionados a como controlar os custos de produção, podem auxiliar em vários pontos, tais como avaliar o desempenho zootécnico e financeiro da atividade através de indicadores de rentabilidade e aumentar a margem de lucro. Esses elementos são fundamentais no processo de tomada de decisão por parte do técnico e produtor de forma segura e assertiva (BAMBINI *et al.*, 2014).

A eficiência de uma propriedade leiteira inicia pelo monitoramento dos custos, despesas e receitas, gerando lucro ou prejuízo. É comum, o produtor de leite se preocupar muito com o preço pago pelo produto (leite), porém o preço não justifica sucesso ou fracasso do negócio. O que interessa é todo o contexto, ou seja, custos e despesas em conjunto com o preço e renda, o que determinará o lucro propriamente dito (FARIA, 2005).

Nessa ótica, produzir leite a baixo custo, requer uma gestão eficiente do empreendimento, implicando na adoção de controles zootécnicos e financeiros. Sendo assim, avaliar o desempenho da pecuária leiteira permite identificar possíveis entraves ao seu desenvolvimento e falhas na condução do negócio, fornecendo subsídios à tomada de decisão do produtor.

A atividade leiteira obteve um grande crescimento nas últimas décadas, figurando como uma das atividades com grande contribuição para o desenvolvimento regional do noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS). O fato é que a grande demanda de tempo e esforço físico do produtor para cumprir todas as suas tarefas e atividades diárias, faz com que muitas vezes o planejamento, execução e avaliação da propriedade leiteira fique esquecida. Em muitos casos a baixa escolaridade também é destacada como um fator determinante.

Por se tratar de uma atividade onde vários fatores interferem na sustentabilidade do negócio, é de extrema importância que os produtores tenham ferramentas que compilem dados e gerem indicadores numéricos que possam auxiliar no monitoramento e solução de problemas para a tomada de decisão com segurança. Devido à falta de informações quanto a gestão dos alimentos, dieta e rebanho, a atividade fica muito susceptível às oscilações e dinâmicas do mercado.

Neste cenário, busca-se abordar quais informações e ferramentas de avaliação são capazes de auxiliar e mudar a realidade de produtores de leite, através da obtenção de índices que aumentem a sustentabilidade e rentabilidade dos sistemas de produção leiteira.

Fundamentação teórica: nutrição de precisão na bovinocultura leiteira

Existem basicamente dois tipos de manejo nutricional nas propriedades leiteiras, no primeiro os animais têm acesso à vontade aos alimentos volumosos e recebem complemento individual de concentrados, suplementos minerais vitamínicos e aditivos, também chamado de *Partial Mixed Ration* (PMR). E no outro, os alimentos compõem uma única mistura contendo todos os ingredientes, também chamado de *Total Mixed Ration* (TMR).

Em termos de requerimentos nutricionais, o primeiro sistema é baseado em exigências individuais e, no segundo, as vacas são separadas em lotes de produção homogêneos, em função dos dias em lactação, escore de condição corporal (ECC) e volume de produção de leite (TOMICH *et al.*, 2015).

Tanto as suplementações individuais quanto as dietas totais específicas para diferentes lotes de produção, sempre buscam equiparar os níveis nutricionais da dieta formulada aos requerimentos nutricionais exigidos pelos animais. É de suma importância o domínio, conhecimento e coleta de dados sobre o manejo dos animais por parte do técnico nutricionista, para que a interpretação e geração de indicadores possam nortear estratégias de manejo alimentar através de um ajuste fino na busca da prática da nutrição de precisão (TOMICH *et al.*, 2015).

Sabe-se que as variações no valor nutritivo dos alimentos da dieta afetam o desempenho produtivo dos animais. É muito comum o uso de programas de formulações de dietas para bovinos leiteiros, porém deve se tomar muito cuidado ao utilizá-los, pois eles não levam em consideração os fatores associados ao manejo dos alimentos na formulação e predizem os requerimentos nutricionais para a média das vacas, não considerando a variabilidade que existe entre indivíduos de um mesmo lote (ROSSOW; ALY, 2013).

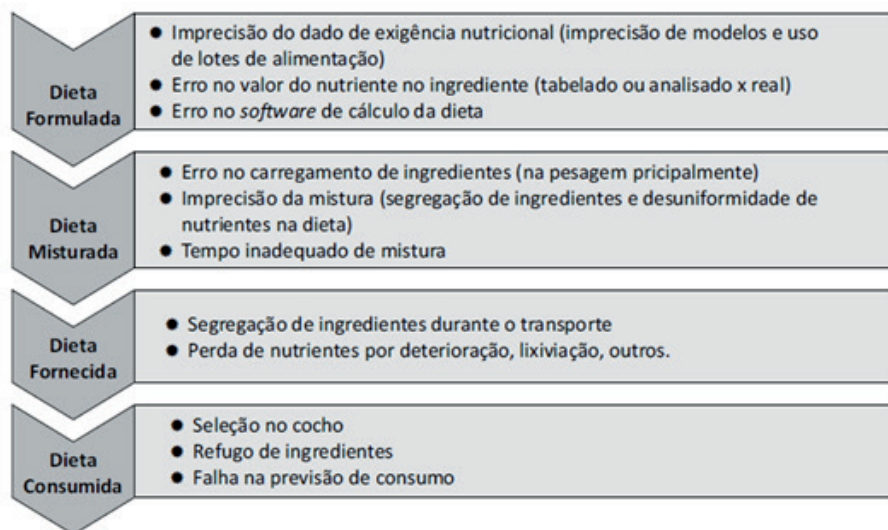
Outro ponto de atenção, é com relação a utilização de alimentos tabelados das bibliotecas dos programas de formulação, visto que os valores dos nutrientes desses alimentos afetam o teor final de nutrientes das rações prontas, por que esses valores tabelados podem não representar de fato a composição do alimento utilizado (ROSSOW; ALY, 2013).

Diante disso, considera-se que os nutrientes formulados não correspondem aos consumidos na dieta e ainda que os modelos de exigência

não são totalmente precisos, ou seja, existem pontos de estrangulamento no processo de manejo da alimentação que podem ser associados às falhas de precisão na nutrição.

Sabendo que podem haver diferenças entre a dieta formulada, a misturada, a fornecida e a consumida, deve-se aproximar ao máximo os níveis nutricionais utilizados na formulação à real composição dos alimentos (Figura 1).

Figura 1 - Fluxo da sequência de alimentação e exemplos que podem caracterizar falha na precisão para atendimento das exigências nutricionais.



Fonte: Tomich et al. (2015).

Como forma de evitar tais influências na precisão da nutrição, recomenda-se utilizar dados gerados por análises bromatológicas de amostras de alimentos coletados na própria propriedade leiteira. Existe uma rede de inúmeros laboratórios espalhados pelo Brasil, tanto públicos (universidades federais) quanto privados que prestam serviços de análise de alimentos para bovinos. Em função da logística de envio de amostras e a morosidade do processo de análise química nos laboratórios é frequente uma demora na geração dos laudos, o que pode inviabilizar o processo, em virtude de que o alimento já possa ter sido consumido pelos animais.

Por outro lado, o *Near Infrared Reflectance Spectroscopy* (NIRS) é uma ferramenta de determinação de parâmetros nutricionais através de espectroscopia de infravermelho, extremamente prática e que gera resultados em curto espaço de tempo. Isso permite um melhor planejamento

e execução da formulação das dietas para ruminantes através do emprego de análises bromatológicas sempre atualizadas e em consonância com os alimentos armazenados ou em uso na propriedade (TOMICH *et al.*, 2015).

A técnica NIRS emprega vantagens frente às análises tradicionais (químicas) pois não utiliza reagentes ou gera resíduos que podem ser poluentes ao meio ambiente, além de possibilitar várias análises bromatológicas com a mesma amostra e não destruir a amostra. Dessa maneira, permite amostragem em grande escala e rapidez para emitir os laudos. Essas características, principalmente, recentemente motivaram o lançamento do NIRS portátil para avaliação em tempo real dos alimentos que compõem as dietas de bovinos leiteiros (TOMICH *et al.*, 2015).

Uso muito importante na análise de alimentos volumosos, visto que o tempo de armazenamento e o estágio de desenvolvimento da planta são fatores de interferência sempre presentes. Nesse caso, a precisão da nutrição ocorre por permitir recalcular o peso dos alimentos que serão inseridos na dieta sempre que houver diferença entre o dado utilizado na formulação, estreitando a composição formulada daquela ofertada no cocho (TOMICH *et al.*, 2015).

O aumento da frequência de reformulação das dietas de acordo com as exigências nutricionais de vacas em lactação, principalmente no período de transição, é capaz de aumentar a ingestão de matéria seca (IMS) e consequentemente a produção de leite. Outro ponto de atenção é no momento da pesagem e mistura da dieta, sendo que falhas nesse processo pode representar um problema, distanciando a composição nutricional da dieta formulada em relação à dieta fornecida (TOMICH *et al.*, 2015).

Cada ingrediente que compõe a dieta dos bovinos leiteiros possui tamanho de partícula, umidade e densidade diferentes, o que pode influenciar na homogeneidade da mistura. É indicado incluir primeiro os alimentos com maior tamanho de partícula, como os volumosos, e na sequência os de menor tamanho de partícula. Umedecer a mistura pode favorecer a uniformidade e dificultar a separação dos ingredientes no transporte ou por seleção no cocho. Para alimentos incluídos em pequenos volumes na dieta, deve ser realizada uma pré-mistura junto com outro ingrediente da fórmula, e após diluído incluir na mistura total, garantindo uma melhor qualidade e homogeneidade. O tempo ótimo de mistura também deve ser respeitado para garantir o mínimo de variação da

composição da dieta e dificultando a possibilidade de seleção por parte dos animais (TOMIC *et al.*, 2015).

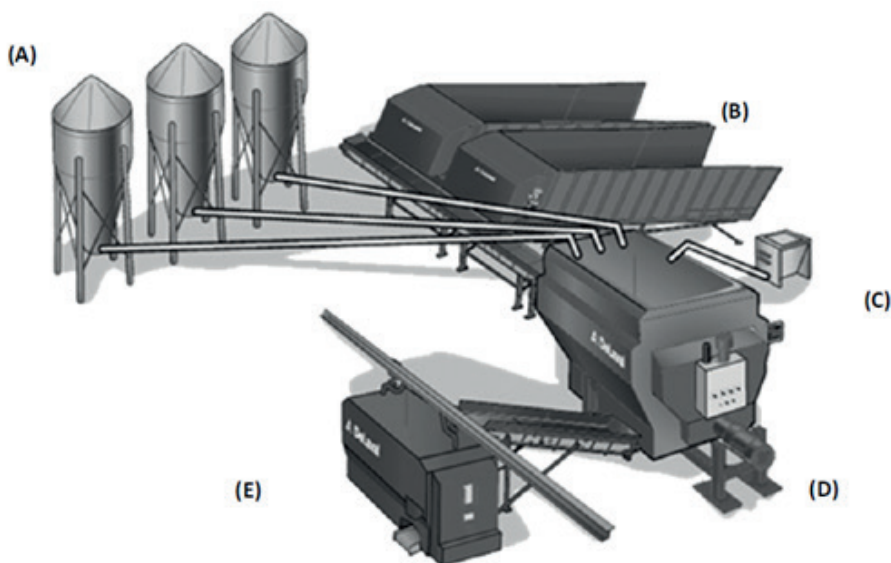
O fracionamento e aumento na frequência de fornecimento de alimento diário para vacas em lactação pode diminuir o índice de distúrbios digestivos, proporcionando uma melhor estabilidade de degradação da matéria orgânica fermentável no rúmen e consequentemente aumento na produção de leite.

De acordo com Hutjens (2011), espera-se entre 5% a 10% de sobras de alimento (no cocho) fornecido para o gado de leite, porém em propriedades com bom manejo nutricional, o ideal seriam sobras entre 2% e 5%. Dessa forma, a leitura de cocho deve ser uma prática rotineira na fazenda para avaliar a IMS e adotar medidas corretivas quando for o caso.

Usualmente, as propriedades leiteiras separam as vacas em lactação em lotes de produção e o balanceamento das dietas é baseado em atender os requerimentos nutricionais dos animais mais exigentes do lote. Mesmo assim, podem acontecer situações de superalimentação ou subalimentação, pois os animais mais exigentes do lote representam de 20% a 30% do total. Uma alternativa é aumentar o número de lotes para melhorar a eficiência na utilização dos nutrientes, porém essa medida de manejo necessita de maior mão de obra, o que acaba tornando-se uma prática inviável nas propriedades (SNIFFEN; CHALUPA, 2015).

Alimentadores automatizados ou robôs (Figura 2) realizam um controle preciso no fornecimento de dietas conforme as exigências nutricionais dos animais, permitindo o monitoramento de todas as atividades de alimentação. Esses equipamentos são programados para funcionar durante 24 horas por dia, processando inúmeros alimentos em horários programados de mistura e fornecimento, reduzindo mão de obra, diminuindo sobras ou perdas de alimentos no cocho e favorecendo maior precisão da nutrição.

Figura 2 - Sistema automatizado de alimentação de bovinos leiteiros, composto por (A) silos para concentrados, (B) compartimentos para deposição de forragens, (C) recipiente para armazenagem de aditivos, minerais e vitaminas, (D) misturador e (E) vagão para distribuição de ração.



Fonte: Tomich et al. (2015).

Sistemas informatizados de geração de dados de produção, composição do leite, peso corporal dos animais, entre outras características, podem servir de base para apontar as exigências nutricionais individualizadas dos animais e facilitar o agrupamento e separação em lotes homogêneos com dietas específicas calculadas à custo mínimo. Em termos nutricionais, ferramentas de precisão que mensuram a ruminação e o controle de pH do rúmen, podem gerar dados indicativos do funcionamento dos processos digestivos da matéria orgânica fermentável no rúmen e sinalizar a necessidade de ajustes na formulação da dieta.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva (GIL, 2014), contando com abordagem quantitativa (VERGARA, 2008).

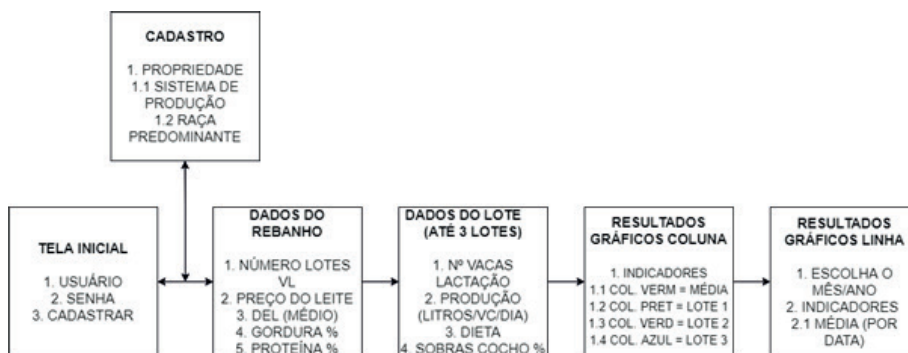
O aplicativo móvel é uma ferramenta de gestão da nutrição de vacas leiteiras, através da coleta de dados e geração de resultados (indicadores zootécnicos e financeiros) para a melhor tomada de decisões por parte do

produtor de leite. O aplicativo foi desenvolvido utilizando o *software Visual Studio 2019 (Microsoft®)*, que fornece variadas ferramentas necessárias para a criação de aplicativos para dispositivos móveis que operam no sistema operacional Android. Foi utilizado um banco de dados online, gerenciado pela plataforma Microsoft Azure, para o armazenamento de dados e resultados gerados a partir de fórmulas de cálculos previamente definidas.

Utilizou-se duas linguagens de programação em conjunto para o desenvolvimento do aplicativo. A primeira linguagem é a Xamarin, utilizada para a estruturação da questão gráfica e a segunda linguagem é a C# (CSharp), responsável pela lógica de programação, ou seja, refere-se à programação das fórmulas de cálculos dos indicadores zootécnicos e financeiros e a mecânica lógica do aplicativo.

Foram previstas 6 telas no aplicativo (Figura 3), a primeira é a tela inicial de *login* que permite também aos novos usuários terem acesso à tela de cadastro. A seguir, o usuário parte para a tela de inserção dos dados do rebanho, que são informações médias de todas as vacas em lactação do rebanho. Na sequência ocorre a inserção dos dados do lote, específicos para cada um dos lotes, sendo possível informar até no máximo 3 lotes de vacas em lactação. Na prática, os lotes são divididos conforme a produção de leite, dias em lactação (DEL) e escore de condição corporal (ECC) das vacas. O passo posterior é a geração dos resultados, através dos indicadores de desempenho zootécnicos e financeiros que são expressos em gráficos de coluna.

Figura 3 - Diagrama simplificado de telas e funcionalidades do aplicativo.



Fonte: Autores.

A primeira coluna representa a média dos lotes; a segunda coluna representa o lote 1; a terceira coluna representa o lote 2 e a quarta coluna

representa o lote 3. Por fim, escolhe-se o mês/ano que pretende consultar e gera os mesmos resultados relacionados apenas à média entre os lotes 1, 2 e 3, por data de inserção/atualização de dados, sendo estes apresentados através de gráficos em linha.

Buscando uma interface simples, interativa e de fácil visualização, as quatro primeiras telas (Tela inicial, Cadastro, Dados do rebanho e Dados do lote) possuem caixas de inserção de texto sem formato específico ou apenas números, onde os dados e informações são inseridas. As telas são de orientação vertical, com barra de rolagem quando necessário pelo elevado número de informações, nas cores padrão (branco, preto, azul e cinza), conforme a tela.

Por outro lado, as telas seguintes (Resultados gráficos coluna e Resultados gráficos linha) apresentam resultados de cálculos de 13 indicadores zootécnicos e financeiros, baseados em fórmulas previamente cadastradas no sistema.

Resultados e discussão

Resultados

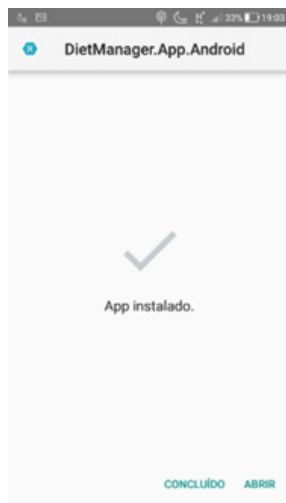
O aplicativo criado é chamado de *DietManager* que significa “Gerenciador de dieta”, foi desenvolvido para uso em dispositivos móveis (smartphones) que operam com o sistema operacional Android. O sistema é de fácil compreensão e uso, sendo que o usuário transita pelo aplicativo clicando em botões interativos que o direcionam para a sequência operacional de telas programadas. O usuário necessita estar conectado à internet para o correto funcionamento e conexão aos bancos de dados online.

Para fazer o abastecimento de dados no sistema o produtor precisará ter em mãos informações como: usuário e senha de acesso ao sistema, dados cadastrais do produtor e da propriedade, histórico de informações zootécnicas e produtivas do rebanho de vacas em lactação, histórico das divisões do(s) lote(s) das vacas em lactação, formulação das dietas do(s) lote(s) de vacas em lactação e informações financeiras relativas à nutrição.

Ao utilizar o aplicativo pela primeira vez é recomendável que o produtor procure o auxílio e/ou suporte de um profissional técnico da área de nutrição de bovinos leiteiros.

O primeiro passo é transferir o arquivo “com.luiz.DietManager.app.apk” para o smartphone. Aparecerá uma tela com o aviso “Este arquivo APK pode conter conteúdo não seguro. Certifique-se de que você confia no remetente antes de fazer a instalação”, logo abaixo, clique em abrir. Um aviso que o aplicativo foi instalado com sucesso será apresentado na tela. Após, o usuário deve clicar em Abrir (Figura 4).

Figura 4 - Tela de aviso que o aplicativo foi instalado com sucesso.



Fonte: Autores.

Mostrará a tela do *login* que significa “conectar-se”, dessa forma, o aplicativo está pronto para ser usado (Figura 5).

Figura 5 - Tela de login e acesso ao cadastro

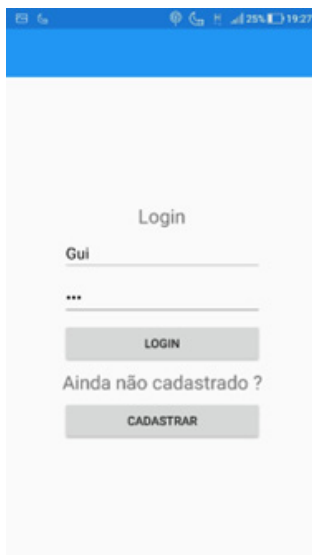


Fonte: Autores.

Clicando no botão Cadastrar, abrirá as novas telas, onde o produtor de leite informará os seus dados pessoais, da propriedade e dos animais. Ao clicar em “Sistema de produção” e “Raça predominante” abrem novas telas com opção de escolha.

Finalizado o cadastro, retornará para a tela inicial e digitará o seu usuário e senha para fazer o *login*. Clique no botão *login* (Figura 6).

Figura 6 - Entrando no aplicativo com o usuário e senha.



Fonte: Autores.

Será apresentada a tela com as opções “Visualizar resultados” e “Calcular resultado”. Clique em “Calcular resultado”. Na sequência informará o número de lotes de vacas em lactação da propriedade, sendo que é possível cadastrar no máximo até 3 lotes e clique em “Avançar”.

A próxima tela solicita o preenchimento dos dados gerais referente à todo o rebanho de vacas em lactação, conforme segue: preço do leite (R\$/litro), dias em lactação (DEL) geral do rebanho, % de gordura do leite do tanque e % de proteína do leite do tanque. Após preenchido, clique em “Avançar” (Figura 7).

Figura 7 - Tela de dados gerais do rebanho.

Fonte: Autores.

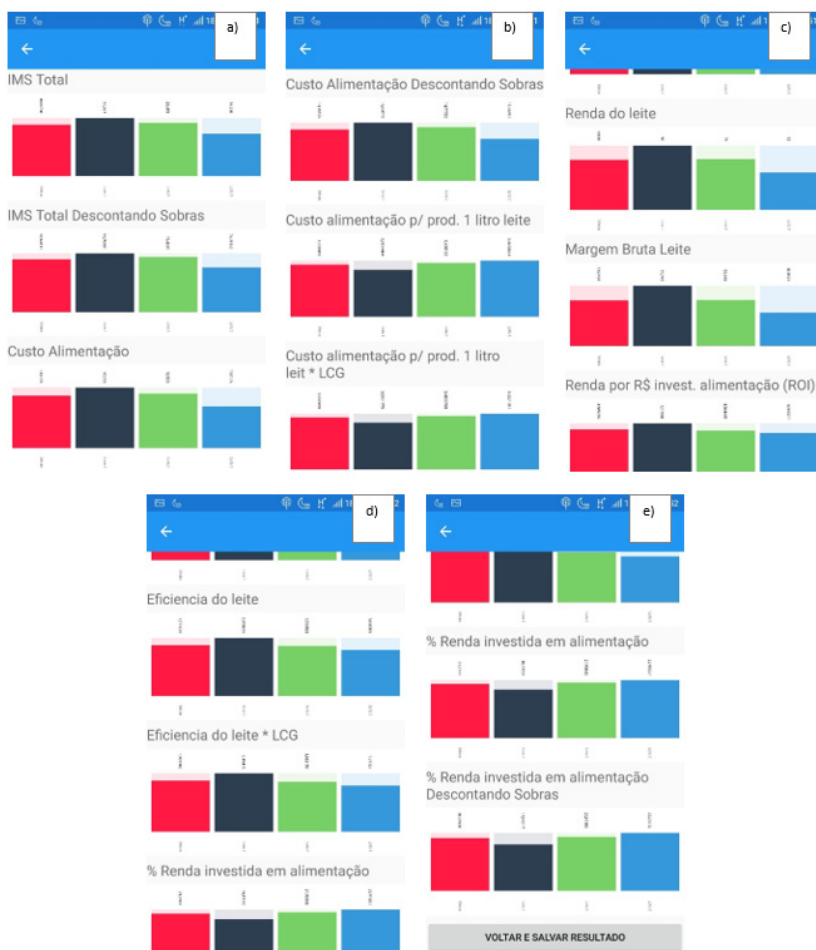
A seguir, para cada novo lote de vacas em lactação (limite de 3 lotes), preencher os dados do número de vacas em lactação, produção média em litros de leite/vaca/dia, a composição da dieta através das quantidades de alimentos e o % de sobras de alimento no cocho. Ao final do preenchimento de cada lote, clique em “Avançar”.

Gerando os resultados: gráficos em coluna e gráficos em linha

A geração dos resultados (indicadores zootécnicos e financeiros) ocorre de forma automática, através dos cálculos das fórmulas previamente cadastradas no sistema, de acordo com as 13 equações utilizadas neste trabalho.

Segue abaixo a apresentação dos resultados em gráficos de colunas, onde as colunas em vermelho representam a média dos valores de todos os lotes, as colunas em preto representam os resultados do lote 1, as colunas em verde representam os resultados do lote 2 e as colunas em azul representam os resultados do lote 3. Após, clique em “Voltar e salvar resultado” (Figura 8).

Figura 8 - Telas de resultados (indicadores zootécnicos e financeiros) apresentados através de gráficos em coluna: a) Tela na posição 1; b) Tela na posição 2; c) Tela na posição 3; d) Tela na posição 4; e) Tela na posição 5.



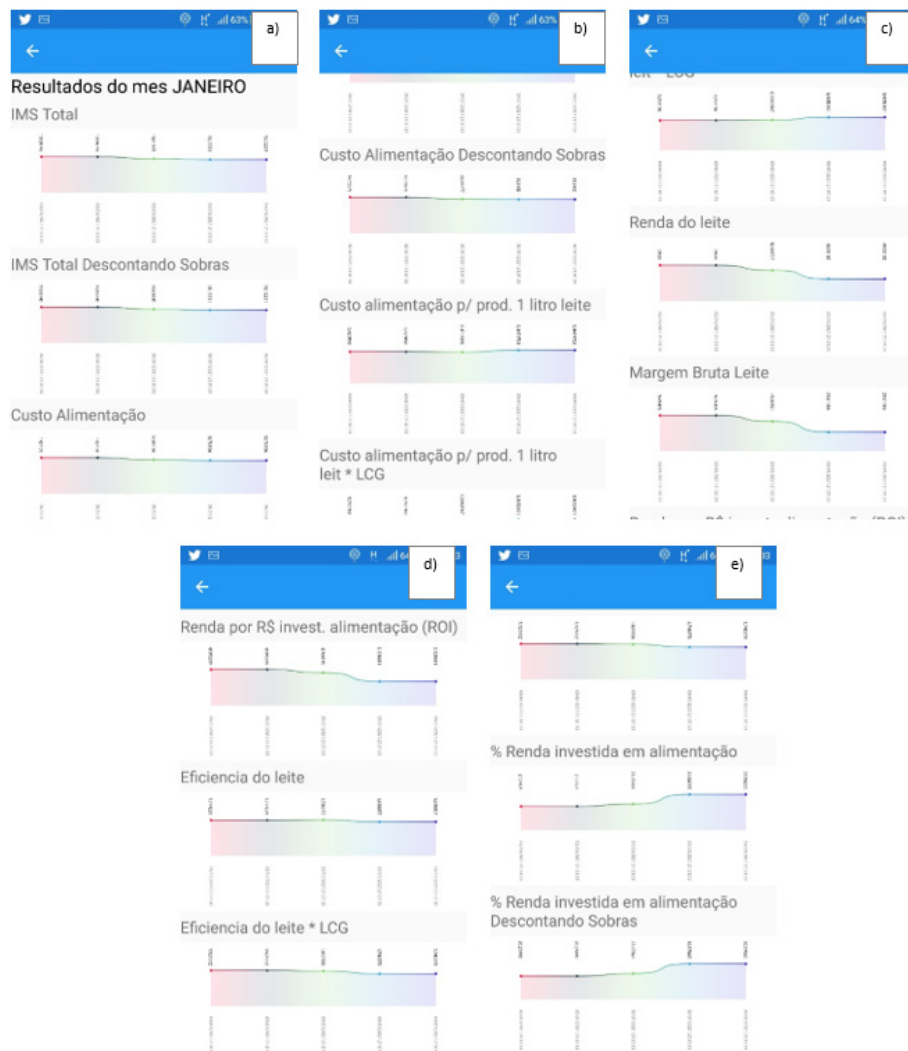
Fonte: Autores.

Na sequência aparecerá a mensagem “Ok | Resultado salvo com sucesso”, clique em “Ok”, em vermelho. Na tela seguinte, clique em “Visualizar resultados”, depois, escolha o mês referente à consulta, clique em “Pesquisar”, nesse caso foi selecionado o mês de Janeiro de 2021 e clique em “Pesquisar” novamente.

Posteriormente, são geradas as telas com os resultados referente à média de cada uma das 13 fórmulas, ou seja, os indicadores zootécnicos e financeiros, que equivalem aos mesmos valores apresentados anteriormente nas colunas em vermelho dos gráficos em coluna.

Por outro lado, cada novo número gerado na linha dos gráficos abaixo representam uma nova inserção ou entrada de informações que foi feita nas telas anteriores de dados gerais do rebanho e dos lotes (Figura 9).

Figura 9 - Telas de resultados (indicadores zootécnicos e financeiros) referente somente aos valores da média (mês de Janeiro), apresentados através de gráficos em linha: a) Tela na posição 1; b) Tela na posição 2; c) Tela na posição 3; d) Tela na posição 4; e) Tela na posição 5.



Fonte: Autores.

Discussão

O uso de ferramentas digitais como *softwares* para computadores pessoais e aplicativos para dispositivos móveis (*smartphones* e/ou *tablets*) já fazem parte da realidade da pecuária leiteira brasileira. Existem algumas opções comerciais disponíveis no mercado que trazem praticidade e agilidade na tomada de decisão na propriedade rural.

No Brasil, as universidades geram uma grande quantidade de informações importantes através da pesquisa, mas a comunicação com a comunidade e produtores rurais acaba sendo ineficiente e grande parte das inovações tecnológicas não chegam ao campo, dificultando a otimização da produção nos estabelecimentos rurais (VALEIRO; PINHEIRO, 2008). Algumas tecnologias de informação desenvolvidas e disponibilizadas aos produtores e público em geral são planilhas eletrônicas (AFFONSO *et al.*, 2015), softwares e aplicativos móveis (BAMBINI *et al.*, 2014), entre outros.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem se destacado no desenvolvimento de *softwares* e aplicativos móveis para utilização na agropecuária. Um exemplo é o aplicativo Suplementa Certo, desenvolvido pela Embrapa Gado de Corte em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e lançado em 2013. O propósito é auxiliar o pecuarista na avaliação do custo/ benefício de alternativas de suplementação do rebanho no período da seca (MEDEIROS *et al.*, 2014). Também o *software* para análise de risco de desenvolvimento de resistência parasitária e anti-helmínticos em ovinos foi desenvolvido em 2014, como resultado de várias pesquisas da Embrapa Pecuária Sudeste e da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Segundo Rosso (2014), refere-se a um *software* de apoio na identificação dos fatores de risco de manejo nas propriedades quanto a nematoides gastrintestinais em ovinos.

Entretanto, dentre todos os aplicativos investigados na pesquisa bibliográfica e de mercado, nenhum deles foca somente no gerenciamento e tomada de decisão referente à nutrição animal, que representa o maior e principal custo de produção do leite (entre 40 a 60% dos custos totais).

Durante a pesquisa bibliográfica também foi possível conhecer os conteúdos necessários para o delineamento do estudo, sobre a criação das fórmulas e indicadores necessários para garantir exatidão nos cálculos e um resultado confiável. Ao longo do desenvolvimento do aplicativo, foram realizados testes funcionais ou de caixa preta, que se baseia nos requisitos

funcionais do app. Esta técnica não se preocupa com o comportamento interno do sistema durante a execução do teste, mas sim com a verificação da saída dos resultados usando entradas de dados de vários tipos. Ficou claro que o app gera resultados corretos e confiáveis quando comparado à resultados obtidos em simulação idêntica em planilha de Excel.

Dessa forma, é possível afirmar que o aplicativo desenvolvido *DietManager* posiciona-se como uma proposta de inserção de tecnologia com grande potencial de aplicabilidade no campo. Por não existir atualmente soluções similares em desenvolvimento ou disponíveis comercialmente, a avaliação comparativa fica comprometida, mas garante ao aplicativo *DietManager* os adjetivos de inovador e inédito. O aplicativo também possui grande potencial de crescimento em termos de novas funcionalidades e abrangências, principalmente, através da disponibilização de versões para outros sistemas operacionais como o iOS® e o *Windows Mobile*®.

Considerações finais

Ao aprofundar o estudo de avaliação do desempenho zootécnico e financeiro em dieta de vacas leiteiras, considerando que a nutrição representa o maior dos custos de produção do leite (40 a 60%), é possível verificar que muitas vezes a gestão nutricional das vacas em lactação é realizada de forma empírica, pela falta de conhecimento e/ou condições de investimento em novas tecnologias e inovação. A grande maioria dos produtores de leite utilizam como parâmetro a sua experiência, conhecimentos compartilhados por outros produtores e também técnicos, informações obtidas em cursos/treinamentos ou buscas realizadas na internet.

Visando disponibilizar uma solução para preencher essa lacuna e profissionalizar o produtor de leite, este estudo cumpre com o propósito de desenvolver um aplicativo móvel gratuito para *smartphones* e/ou *tablets* com sistema operacional Android. Serve como ferramenta para a melhor tomada de decisão no contexto da gestão da nutrição de vacas em lactação, contribuindo para o crescimento e maior rentabilidade da atividade leiteira.

Destacando a importância da produção e uso de alimentos volumosos de boa qualidade, o correto balanceamento das dietas de vacas em lactação e a gestão nutricional das vacas leiteiras, através da tabulação de dados produtivos, visando a busca constante pela melhor eficiência alimentar, através da conversão do alimento em litros de leite produzidos.

O aplicativo *DietManager* destaca-se pela sua interface simples e de fácil manuseio, através de uma linguagem objetiva que proporciona um rápido entendimento. Dessa forma, como resultado desse trabalho, o aplicativo desenvolvido pode tornar-se um importante aliado do produtor de leite. Auxiliando-o de forma efetiva na correta avaliação do desempenho de indicadores zootécnicos e financeiros em dieta total de vacas leiteiras e por fim promovendo o desenvolvimento rural.

Referências

- AFFONSO, E. P.; HASHIMOTO, C. T.; SANT'ANA, R. C. G. Uso de tecnologia da informação na agricultura familiar: Planilha para gestão de insumos. **Biblios: Journal of Librarianship and Information Science**, n. 60, p. 45-54, 2015.
- BAMBINI, M. D.; LUCHIARI-JUNIOR, A.; ROMANI, L. A. S. Mercado de aplicativos móveis (Apps) para uso na agricultura. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE INSTRUMENTAÇÃO AGROPECUÁRIA, 2014, São Carlos, SP. **Anais [...]**. São Carlos, SP: Embrapa Instrumentação, 2014.
- FARIA, V. P. Desempenho zootécnico-econômico: Como avaliar. **Balde Branco**, São Paulo, n. 486, p. 26-29, 2005.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014.
- HUTJENS, M. F. Changes in feeding dairy cows during the last 20 years and what's ahead. *In*: TRI-STATE DAIRY NUTRITION CONFERENCE, 2011, Indiana, EUA. **Proceedings [...]**. Indiana: Tri-state Dairy Nutrition Conference, 2011.
- MEDEIROS, B. B. L.; MOURA, D. J.; MASSARI, J. M.; CARVALHO, T. M. R.; MAIA, A. P. A. Uso da geoestatística na avaliação de variáveis ambientais em galpão de suínos criados em sistema “wean to finish” na fase de terminação. **Engenharia Agrícola**, Campinas, v. 34, n. 5, p. 800-811, 2014.
- MULLER, T.; REMPEL, C. Qualidade do leite bovino produzido no Brasil—parâmetros físico-químicos e microbiológicos: uma revisão integrativa. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 9, n. 3, p. 122-129, 2021.
- ROSSO, G. Software orienta produtores no controle de verminose em ovinos. Embrapa, Brasília, ago. 2014. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/1938550/software-orienta-produtores-no->

-controle-de-verminose-em-ovinos. Acesso em: 20 ago. 2023.

ROSSOW, H. A.; ALY, S. S. Variation in nutrients formulated and nutrients supplied on 5 California dairies. **Journal of Dairy Science**, v. 96, n. 11, p.7371-7381, 2013.

SNIFFEN, C. J.; CHALUPA, W. Targeted Feeding to Save Nutrients. *In*: Western Dairy Management Conference, 2015, Nevada. **Proceedings** [...]. Nevada, 2015.

TOMICH, T. R.; MACHADO, F. S.; PEREIRA, L. G. R.; CAMPOS, M. M. Nutrição de precisão na pecuária leiteira. **Embrapa Gado de Leite**, Juiz de Fora, 2015.

VALEIRO, P. M.; PINHEIRO, L. V. R. Da comunicação científica à divulgação. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 159-169, 2008.

VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL E A VALORIZAÇÃO DE RECURSOS ESPECÍFICOS: DA CONCEPÇÃO FRANCESA AO CASO DO PROJETO “TURISTANDO NA COLÔNIA”, NO MUNICÍPIO DE IJUÍ-RS

Darlan Ariel Prochnow
Franciele Zientarski Engerhoff
Euselia Pavaglio Vieira
Tarcísio Dorn de Oliveira

Introdução

Em um mundo globalizado, a habilidade de um território em gerir seus próprios recursos econômicos, para uma população localizada em uma área geográfica específica, tende a se debilitar. Portanto, os territórios precisam descobrir sua vocação e se envolver em estratégias de especificidade ou diferenciação. Não se trata mais de imitar o território vizinho, se possível de forma mais barata, mas sim de produzir o que o vizinho não consegue produzir (Pecqueur, 2020).

Com este entendimento, os paradigmas mais recentes do desenvolvimento regional têm priorizado a valorização das características endógenas do território, que surgem como determinantes no desenvolvimento das regiões, onde atores locais desempenham um papel essencial e são chamados a identificar novas formas de organização da produção (Natário; Braga; Rei, 2010). Neste contexto, o paradigma tradicional de modernização, que adotou uma abordagem exógena e setorial para o desenvolvimento dos espaços rurais, foi substituído por um novo paradigma, compreendendo uma natureza mais local, endógena e integrada (Guinjoan; Badia; Tulla, 2016).

Portanto, o processo de desenvolvimento territorial caracteriza-se por uma reconfiguração dos recursos agrícolas e territoriais, sendo

normalmente analisado sob duas perspectivas. O setor agroalimentar, onde estão em evidência estratégias de diferenciação, através do fornecimento de produtos de qualidade, do encurtamento da cadeia de abastecimento alimentar, etc. E o espaço rural, entendido como o espaço de produção e de consumo, que promove estratégias de desenvolvimento territorial baseadas na oferta de uma cesta composta de alimentos e serviços (Pecqueur; De Rosa; Zumpano, 2024).

Compreendendo uma análise do atual paradigma de desenvolvimento territorial, o presente estudo pretende analisar como um roteiro de turismo rural, intitulado “Turistando na Colônia”, pode valorizar recursos específicos do município de Ijuí-RS e promover o desenvolvimento territorial. Como base teórica, o estudo contempla a noção de recurso territorial (Pecqueur, 2005).

O projeto Turistando na Colônia se trata do principal roteiro de turismo rural do município que, no ano de 2022, foi reconhecido como a “Capital Mundial das Etnias” pela Organização Internacional de Folclore e Arte Popular, credenciada pela UNESCO. Neste sentido, a certificação de Capital Mundial das Etnias relega a Ijuí um importante recurso específico, uma vez que nenhum outro município dispõe desta certificação. Por conseguinte, a atividade turística se mostra um meio de valorizar as características específicas do território. Isso porque o turismo constitui uma forma particular de valorizar os recursos: o turismo pode promover produtos e saber-fazer (por exemplo, visitas a moradias rurais), um patrimônio cultural (um ecomuseu, um festival tradicional, visitar um sítio, entre outros), ou um patrimônio natural (rios, cachoeiras) (Janin; Perron, 2020).

Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2012), os pesquisadores empregam a pesquisa qualitativa focados no aprofundamento, na extensão e na diversidade no processo de entendimento, seja de um grupo social, uma organização, uma instituição, uma política ou uma representação, analisando esses diversos aspectos à luz das teorias que embasam suas perguntas. Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa e descritiva (Vergara, 2003) examinou, por meio de revisão de literatura e observação participante, como um roteiro de turismo rural pode valorizar recursos específicos e promover o desenvolvimento territorial.

A escolha cuidadosa de uma revisão de literatura relevante para o problema implica familiarizar-se com textos e, através deles, identificar os autores e o que já pesquisaram sobre o problema em questão (Trentini; Paim, 1999). Assim sendo, a revisão de literatura abordou a noção de recurso territorial, de forma destacada pela concepção do pesquisador francês Pecqueur (2005).

Em relação ao objetivo do método de observação participante, busca entender as pessoas e suas atividades no contexto da ação, possibilitando uma análise indutiva e compreensiva. Realiza-se através do contato direto do pesquisador com os atores sociais em seus contextos culturais, utilizando o próprio investigador como meio de coletar informações. Implica ao pesquisador saber ouvir, ver, escutar, fazendo uso de todos os sentidos (Correia, 2009; Valladares, 2007).

A observação teve como locais os destinos turísticos do roteiro “Turistando na Colônia”, no município de Ijuí-RS. Foi realizado o mesmo percurso que, mensalmente, percorrem os turistas, com saída do centro da cidade e posterior ida aos locais no interior do município. Durante as observações, foram coletados relatos dos guias de turismo da agência que opera o projeto, assim como depoimentos de agricultores que recebem os visitantes em suas propriedades. Além disso, foram registradas fotografias dos locais que recebem os visitantes, conforme autorização dos proprietários.

O conteúdo das observações, relatos de participantes do projeto e fotografias foram analisados com base na noção teórica de recurso territorial (Pecqueur, 2005), a qual se inscreve na abordagem territorial do desenvolvimento e é descrita na próxima seção.

Abordagem territorial do desenvolvimento e a noção de recurso específico

Até os anos 1980, os estudos sobre o desenvolvimento rural entendiam os territórios como locais de suporte para as atividades agrárias. Nessa abordagem, o uso dos recursos naturais explicaria a especialização na produção de commodities, desconsiderando as características locais e o protagonismo dos atores na construção social de mercados. Entretanto, estudos pioneiros, com destaque para o “descobrimento” das formas territorializadas de produção que caracterizaram os distritos industriais da chamada “Terceira Itália” (Bagnasco, 1977), e os estudos da “escola de

Grenoble”, comprovaram a necessidade de se incorporar, ao sentido de desenvolvimento territorial, os elementos sociais, políticos, ambientais e culturais do espaço geográfico (Carrière; Cazella, 2006).

Este novo entendimento do desenvolvimento territorial foi o ponto de partida para a concepção de uma nova abordagem teórica, consolidada a partir de hipóteses defendidas por pensadores contemporâneos, como Sen (1999) e Sachs (2002). Pecqueur (2005), um dos teóricos desta nova abordagem do desenvolvimento, aponta que o território é resultado do encontro e da mobilização de atores sociais de um dado espaço geográfico que procuram identificar e resolver problemas comuns.

Neste contexto, o paradigma tradicional de modernização, que adotou uma abordagem exógena e setorial para o desenvolvimento das zonas rurais, foi substituído por um novo paradigma, compreendendo uma natureza mais local, endógena e integrada. Com esse propósito, o novo conceito de desenvolvimento territorial põe fim à dicotomia entre espaços rurais/urbanos, priorizando análises integradas do território. Na abordagem territorial, nota-se o crescente protagonismo dos atores locais nas dinâmicas de desenvolvimento, vinculado às capacidades de mobilização e de elaborar os seus próprios projetos, onde a cooperação entre os atores representa um elemento chave da sua resiliência (Guinjoan; Badia; Tulla, 2016; Pachoud; Coy, 2018).

Para Pecqueur (2005), o desenvolvimento territorial compreende todo processo de mobilização dos atores que propicie à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, com base na identificação coletiva de uma cultura e um território. Para o mesmo autor, o mecanismo de territorialização tem, como base, o princípio de especificação dos ativos, ou seja, a busca pelos recursos próprios ao território, que permitirão a este se diferenciar em relação ao seu vizinho, antes de envidar esforços pelo aumento da escala e produtividade de produtos padronizados.

Em seu artigo intitulado “O Desenvolvimento Territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul” Pecqueur (2005) defende a abordagem territorial como uma questão pertinente a ser aprofundada, não somente em países industrializados, mas também para aqueles em desenvolvimento localizados no Sul global. Neste contexto, o autor busca demonstrar como economias em desenvolvimento podem concretizar um modelo de desenvolvimento territorial a partir de um sistema de atores locais engajados na especificação de recursos.

Ao definir a dinâmica territorial de desenvolvimento, Pecqueur (2005) aborda duas definições distintas de “território”, o “dado” e o “construído”. O território dado é a porção de espaço que é objeto da observação. Neste caso, postula-se o território como preexistente e analisa-se o que aí acontece. É, de qualquer forma, o território a priori; não se procura analisar sua gênese e as condições de sua constituição; é apenas um suporte. Trata-se, geralmente, do território institucional: a região, o distrito, a província, etc. (Pecqueur, 2005, p. 12-13).

Já na perspectiva de território construído,

[...] o território é o resultado de um processo de construção pelos atores. O território não é postulado, é constatado a posteriori. Isto significa dizer que o território construído não existe em todo lugar; podemos encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios (Pecqueur, 2005, p. 13).

Os dois conceitos de território são muitas vezes confundidos e não se deve excluir um em favor de outro. Assim, o território é, ao mesmo tempo, uma delimitação do espaço geográfico e o resultado do processo de construção de um conteúdo. Da mesma forma, os recursos territoriais também podem ser considerados como dados ou construídos. Como recurso dado podem ser citados os recursos naturais. Já um recurso construído resulta do acúmulo de experiências, do modo de fazer ou da produção de bens de características específicas. Neste contexto, a dinâmica de desenvolvimento territorial depende da disponibilidade e do tipo de recurso disponível (Pecqueur, 2005).

[...] a noção de recurso territorial leva-nos para além da noção de atratividade – o que pode atrair pessoas de fora para os nossos territórios? – para desenvolver a de especificidade: o que pode vir da geografia do território para valorizar uma produção original? Compreende-se, portanto, que o contexto territorial, a história e a cultura do lugar, o conhecimento acumulado e mesmo a própria paisagem constituem um todo que modifica diretamente o valor da produção local (Pecqueur, 2020, p. 10).

Portanto, a especificidade é a primeira característica do recurso territorial. Isso implica que o ambiente geográfico, entendido em sua essência como lugar, história e cultura, terá influência no valor daquilo que produzido. De fato, as condições externas de produção - como patrimônio, história, reputação, saber fazer, entre outros - são determinantes para o consentimento do consumidor em pagar pela especificidade do produto ou serviço com estas características (Pecqueur, 2024).

A tipologia de recursos territoriais proposta por Pecqueur (2005) distingue, de um lado, os ativos dos recursos, e de outro, o tipo de recurso ou ativo de acordo com sua natureza, sendo ela genérica ou específica. Por ativos, entende-se os fatores “em atividade”, enquanto que os recursos são fatores a explorar, organizar, ou ainda, revelar. Os recursos, diferentemente dos ativos, constituem uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode se transformar em ativo se as condições de produção ou de criação de tecnologia o permitirem (Pecqueur, 2005).

Ativos ou recursos genéricos se definem pelo fato que seu valor ou seu potencial independem de sua participação em qualquer processo de produção. Desta forma, os ativos ou recursos são totalmente transferíveis, seu valor é um valor de troca. O local dessa troca é o mercado. O preço é o critério de apreciação do valor de troca, o qual é determinado por uma oferta e uma demanda de natureza quantitativa. Em outros termos, um fator genérico é independente das características ou particularidades do local onde é produzido (Pecqueur, 2005).

Por outro lado, os ativos específicos existem como tais, porém seu valor se dá em função das condições de seu uso. Enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico gera um custo de transferência mais ou menos alto e irrecuperável. O qualificativo de “específico” abrange o conjunto dos fatores, comparáveis ou não, cujo valor, ou cuja produção, é ligado (a) a um uso particular (Pecqueur, 2005). Assim, recursos específicos tornam-se ativos específicos mediante a ação coletiva de atores territoriais no processo de valorização da qualidade de produtos e serviços, a exemplo da certificação de Indicação Geográfica (Cazella *et al.*, 2020).

Em resumo, os ativos específicos contribuem para o desenvolvimento territorial ao fortalecer a capacidade de um território em utilizar seus recursos de maneira eficiente e inovadora. Eles representam a base sobre a qual as estratégias de desenvolvimento podem ser construídas e introduzidas. Um território pode se diferenciar por seus ativos específicos, que não existem fora das condições em que são produzidos (Ramos *et al.*, 2024).

Essa perspectiva é essencialmente válida para as áreas rurais do sul global que, fora das ilhas de modernidade, têm como principal maneira de produção a comercial familiar, independentemente do tipo de atividade, como agricultura, artesanato, comércio, transporte ou serviços. Neste contexto, os itens produzidos são gerais e uniformes, e cabe ao mercado

determinar os preços, sem permitir que o produtor tenha qualquer influência sobre essa definição (Pecqueur, 2024).

Em contrapartida, ao se valorizar um novo aspecto identitário, como paisagens, patrimônios e história, surge a venda de produtos ou serviços que antes não eram oferecidos ou são comercializados a preços superiores em relação ao produto correspondente que é “genérico” ou “padronizado”. Dessa forma, encontramos um valor extra que resulta, em grande parte, do fato de que a mercadoria ou serviço, assim como o conhecimento ou o seu contexto (no caso de um patrimônio arquitetônico ou de uma paisagem), carregam ou se relacionam com a identidade do local onde estão situados e com a particularidade que ele apresenta (Pecqueur, 2024).

O caso do projeto “turistando na colônia, no município de Ijuí-RS

O município de Ijuí tem sua origem numa colônia oficial, fundada em 1890, dentro da nova política de colonização, perante o controle dos governos estaduais, num modelo de colônias mistas compostas por imigrantes recém chegados da Europa (alemães, italianos, poloneses, teuto-russos, letos, austríacos, húngaros, suecos, franceses, espanhóis, etc.), descendentes de colonos excedentes das colônias velhas (São Leopoldo, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul, etc.) e povos nativos (caboclos, mestiços e posseiros diversos) (Trennepohl; Macagnan, 2008).

A partir disso, a colonização do município deriva da concepção de que não poderiam se formar no estado colônias de uma mesma etnia. Nesse sentido:

No início de 1890, a delegacia de terras e colonização, através de seu diretor Augusto Pestana, encarregava o engenheiro José Manuel de Siqueira Couto, chefe da Comissão de Terras, para proceder a medição de lotes e prepara-los para o recebimento dos imigrantes ao núcleo de “Ijuhy Grande”. A intenção de misturar imigrantes de várias etnias foi levada ao extremo. Era política do governo estadual evitar a criação de núcleos com etnias puras (Lucchesse, 2004, p. 12).

Entretanto, mesmo com a ideia da miscigenação de povos na colonização do município, ocorreu a concentração de algumas etnias em pontos específicos do território ijuicense. Alguns exemplos pertinentes são que o distrito Santana em sua maioria era habitado por descendentes de poloneses e o distrito da Colônia Santo Antônio por descendentes de

italianos. Portanto, o território de Ijuí foi sendo colonizado pelas diversas etnias, mas que se concentram em pontos específicos.

Com o rápido crescimento, a colônia Ijuí foi elevada à condição de município já no ano de 1912, com uma população de 28 mil habitantes naquele ano. Constituiu-se em município mãe de uma série de municípios novos criados mais recentemente, a partir da emancipação dos anteriormente distritos de Coronel Barros, Augusto Pestana, Ajuricaba e Nova Ramada (Schneider, 2008).

A reconhecida multiplicidade étnica de Ijuí foi contemplada, pela Organização Internacional de Folclore e Arte Popular, credenciada pela UNESCO, com o título de “Capital Mundial das Etnias” e, desta forma, o município compreende uma distinção fundamentada em recursos específicos que podem apoiar o desenvolvimento territorial. Essa dinâmica é retratada pela pesquisa do projeto de turismo rural “Turistando na Colônia”. O roteiro percorrido pelos turistas é demonstrado pela Figura 1.

Figura 1 - Rota de turismo rural “turistando na colônia”



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

O ponto de encontro dos turistas, para a respectiva saída para as visitas, ocorre em frente ao prédio da prefeitura municipal de Ijuí-RS, localizado no centro da cidade. O primeiro local de visita do roteiro contempla o sítio “Águas do Aconchego”. Neste local foi servido café da manhã, que incluía bolo de butiá (fruta típica da região), bolo de quesmier (bolo de queijo de origem alemã), bolo de alfajor e um

bolo de melado que não contém o açúcar branco tradicional. Também são empregadas frutas de época como laranja e bergamota na confecção dos bolos. Além disso, no sítio busca-se fazer receitas que lembrem as etnias de Ijuí, como o strudel alemão, bem como receitas que recordem aspectos afetivos da infância dos visitantes. Além do café da manhã, os visitantes podem interagir com animais da propriedade, como as ovelhas.

Seguindo o roteiro de turismo rural, a próxima etapa da visita ocorre na degustação de vinhos na casa da família Lorenzoni. Nesta propriedade, são produzidos e disponibilizados para degustação o vinho branco Niágara, vinho tinto Bordô, vinho Cabernet Sauvignon, além de espumantes. Um dos integrantes da família Lorenzoni relatou que a uva é produzida e beneficiada na própria propriedade. Durante a degustação dos vinhos e espumantes, os proprietários explicaram todo o processo de produção. Além da visita e degustação, os visitantes podem adquirir garrafas de vinho e espumante produzidos no local.

A próxima parada do roteiro foi para o almoço, realizado na propriedade rural “Querência amada”. Neste local, foram servidos pratos típicos italianos, como a polenta, acompanhada por bebidas como o suco de uva. Após o almoço, os visitantes puderam fazer uma pausa para descanso na área verde da propriedade. Próximo ao local do almoço fica o destino turístico seguinte do roteiro. Se trata do “Museu do Colonizador”, um espaço localizado no centro do distrito de Santo Antônio, o qual conta com acervo da época de colonização deste local por imigrantes vindos, em sua grande maioria, da Itália.

O acervo do museu conta com ferramentas utilizadas na agricultura, vestimentas, utensílios domésticos, material utilizado em celebrações católicas, entre outros. Aproveitando a parada no museu, também foram visitados locais próximos que são pontos de referência da colonização italiana daquele distrito. Se trata do monumento “Colonizador”, uma estátua em bronze que retrata uma família de imigrantes italianos, e a Igreja Católica do distrito de Santo Antônio.

Encerradas as visitas nestes espaços, o roteiro partiu para seu último destino, a visita na propriedade que produz o “Azeite Tramonto”. Neste local, a família de proprietários explicou aos visitantes sobre o processo produtivo do azeite de oliva. Em seguida, foi servido lanche com bolos e geleias produzidas pela família de proprietários. A visita encerrou com visita ao pomar de oliveiras da propriedade e posterior retorno ao centro do município de Ijuí-RS.

Na Figura 2 são mostrados alguns dos registros fotográficos do roteiro de turismo rural “Turistando na Colônia”.

Figura 2 - Registros fotográficos do passeio “turistando na colônia”



Fonte: Dados da pesquisa, 2025.

Conforme observado na Figura 2, os visitantes podem apreciar uma variedade de produtos e paisagens ao longo do passeio. A especificidade dos produtos e serviços oferecidos possuem, na maioria dos casos, um vínculo étnico ou ainda relacionado ao saber fazer. Neste aspecto reside um dos principais elementos da noção de recurso territorial, o vínculo com as características do território e a agregação de valor pela especificidade ou diferenciação (Pecqueur, 2024).

As características coloniais, vínculo étnico ou o saber fazer agregam valor aos produtos que são produzidos nas propriedades rurais que integram o projeto “Turistando na Colônia”. Desta forma, as famílias buscam uma renda superior àquela obtida pelo tradicional comércio de grãos como a soja e o trigo, embora na maioria dos casos as iniciativas coexistam, ou seja, as famílias produzem as culturas tradicionais de grãos, mas, por outro lado, desenvolvem alternativas de acréscimo na renda pela produção de outros produtos de características específicas.

Conforme relatado pelas famílias que integram o projeto, o curso de turismo rural oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) foi o ponto de partida para a qualificação das famílias e o início das atividades. Aliado a isso soma-se a parceria com a agência de turismo que promove o roteiro, disponibilizando ônibus e guias turísticos que acompanham os visitantes em todo o percurso do passeio. Assim, o projeto de turismo rural não se trata de uma iniciativa isolada, mas sim da colaboração entre diferentes setores.

Considerações finais

A pesquisa teve por objetivo analisar como um roteiro de turismo rural, intitulado “Turistando na Colônia”, pode valorizar recursos específicos do município de Ijuí-RS e promover o desenvolvimento territorial, tendo como referência teórica a noção de recurso territorial.

A noção teórica de recurso territorial se inscreve na atual abordagem territorial do desenvolvimento, na qual os territórios passam a valorizar características endógenas, como a cultura, história, patrimônio arquitetônico e paisagem natural. Desta forma, os territórios não mais competem pela otimização dos custos de produção de produtos padronizados, mas buscam a diferenciação pela especificidade de seus atributos de qualidade e valor diferenciados pelas características peculiares do território.

Em se tratando do caso do projeto “Turistando na Colônia”, o componente étnico/cultural foi o principal recurso territorial observado no roteiro Turistando na Colônia. Neste projeto, são valorizados os elementos históricos da colonização de Ijuí, a exemplo de produtos com receitas tradicionais das etnias alemã e italiana. A qualificação dos agricultores por meio de curso do SENAR e a parceria com agência de turismo foi essencial para a consolidação do projeto.

Embora ainda conte com poucas famílias participantes, o sucesso do projeto possibilita a inserção de novas propriedades rurais em uma estratégia de desenvolvimento centrada na valorização dos recursos específicos do território. Assim, os agricultores familiares não passam a depender exclusivamente da produção mecanizada e padronizada, mas passam a obter renda pela diferenciação de produtos com características históricas e culturais com um saber fazer que ultrapassa gerações.

Como o estudo analisou o caso único de um município, novos estudos podem analisar a valorização de recursos específicos do território em outras localidades brasileiras, com objetivo de examinar como as características de especificidade agregam valor aos produtos da agricultura familiar. Nesta perspectiva, a noção de recurso territorial é especialmente válida como referência teórica para estudos que objetivem examinar as características de qualidade e diferenciação de um território específico.

Referências

BAGNASCO, A. **Tre Italie**: la problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Società Editrice il Mulino, 1977.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, 2006.

CAZELLA, A. A.; MEDEIROS, M.; DESCONSI, C.; SCHNEIDER, S.; PAULA, L. G. N. O enfoque da 'Cesta de bens e serviços territoriais': seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v.16, n.3, p.193-206, 2020.

CORREIA, M. da C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar enfermagem**, v. 13, n. 2, p. 30-36, 2009.

GUINJOAN, E.; BADIA, A.; TULLA, A. F.; O novo paradigma do desenvolvimento rural. Considerações teóricas e reconceituação utilizando a web rural. **Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles**, v. 71, p. 495-500, 2016.

LUCCHESI, C. L. de S. **TIRO DE GUERRA 337: um bem a ser preservado**. 2004. Dissertação (Mestrado em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.

Ciência & saúde coletiva, v. 17, p. 621-626, 2012.

NATÁRIO, M. M. S.; BRAGA, A. M. M.; REI, C. M. A valorização dos recursos endógenos no desenvolvimento dos territórios rurais. In: PLURIS2010 4o CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL 2010, Faro. **Anais...** Faro: Universidade do Minho, 2010. Disponível em: <http://pluris2010.civil.uminho.pt/actas.zip>

PACHOUD, C. COY, M. Relações de proximidade entre atores locais e as dinâmicas de desenvolvimento territorial: análise da cadeia produtiva do queijo artesanal serrano nos campos de cima da serra/rs. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 2, 2018.

PECQUEUR, B. As abordagens do desenvolvimento territorial: origem e perspectivas recentes. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 22, n. 61, p. e16213, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.61.16213.

PECQUEUR, B.; DE ROSA, M.; ZUMPARO, C. The territorial approach to the crisis in the global food system. **Italian Review of Agricultural Economics (REA)**, v. 79, n. 1, p. 3-4, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36253/rea-15321>

PECQUEUR, B. 2020. *In*: JANIN, C.; PERRON, L. **Valorizar os recursos territoriais: chaves para a ação - guia metodológico**. Florianópolis, SC: Epagri, 2020. 147 p. (Epagri, Documentos, 304). Tradução de: Domitila Madureira.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. DOI: 10.37370/raizes.2005.v24.243.

RAMOS, I. da S.; TURNES, V. A.; CAZELLA, A. A.; PECQUEUR, B. Renda de qualidade territorial: da teoria francesa aos estudos brasileiros. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 22, n. 61, p. e16116, 2024.

SCHNEIDER, D. **A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil: o caso da Colônia Ijuí**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

TRENNEPOHL, D.; MACAGNAN, R. Impactos ambientais da dinâmica de desenvolvimento da região noroeste colonial do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2008.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem**. Uma modalidade conver gente-assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 22, p. 153-155, 2007.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

INFLUÊNCIA DO ISOMORFISMO NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS EM COOPERATIVAS DE AGRICULTURA FAMILIAR

Darlan Ariel Prochnow

Nelson José Thesing

Introdução

Nas últimas décadas, o cooperativismo tem sido apontado como uma estratégia relevante para a promoção do desenvolvimento territorial e para a superação da pobreza, por meio da mobilização de recursos territoriais, principalmente no meio rural. É no cooperativismo que a agricultura familiar tem buscado um espaço diferenciado para a concepção de estratégias para sua reprodução social e econômica. Nesse contexto, é fundamental a produção de pesquisas que demonstrem as potencialidades, os limites e os desafios dos formatos cooperativos adotados pelos agricultores familiares em uma perspectiva de desenvolvimento territorial (Anjos *et al.*, 2020).

A importância de estudos com este enfoque se dá pelo potencial que a organização cooperativa possui de auxiliar na construção de uma identidade para a agricultura familiar, aumentando o fluxo e o alcance da produção ao consumidor final, bem como prestando consultoria para que os produtores estejam em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e comercial de suas atividades de produção. Deste modo, compreende-se que a organização cooperativa apresenta um duplo objetivo além da simples viabilidade econômica, mas também o anseio de buscar a reprodução social de seus associados, juntamente com o cuidado ao meio ambiente. Portanto, a prática dos princípios do cooperativismo são indutores de práticas sustentáveis, as quais geram benefícios tanto para a própria cooperativa, quanto para as comunidades onde estas estão inseridas (Yamaguchi *et al.*, 2020).

Por conseguinte, a adoção de práticas sustentáveis pelas cooperativas está fortemente relacionada com as expectativas dos atores internos e externos às próprias organizações, sendo esses pressupostos relacionados a Teoria Institucional, cuja abordagem pretende explicar fenômenos e padrões organizacionais resultantes da interação com o ambiente social (Pereira, 2012). Assim, segundo a Teoria Institucional, as organizações buscam a conformidade e a adaptação com os procedimentos, costumes e regras institucionalizadas em um mesmo ambiente, condição que as tornam mais similares entre si, caracterizando o isomorfismo (Garrido; Saltorato, 2015).

Deste modo, a Teoria Institucional, em particular o isomorfismo, se apresenta como um referencial importante para estudar os fatores que estimulam as empresas a uma eventual incorporação de práticas sustentáveis nas suas operações (Leal, 2011). Estudos que analisam a teoria institucional no âmbito do cooperativismo, como Meyr e Carpes (2023) que objetivaram analisar como ocorre a adoção de práticas de contabilidade gerencial sob ótica do isomorfismo institucional, nas cooperativas agropecuárias, recomendando estudos mais amplos sobre o tema. Ademais, Silva Prado *et al.* (2023) realizaram um estudo bibliométrico sobre a Teoria Institucional focada no Sistema do Agronegócio, revelando enfoques na governança, custos de transação, gestão da cadeia produtiva, apontando como recomendação para estudos futuros temas relacionados ao cumprimento da Agenda 2030 e para o desenvolvimento sustentável.

Diante do exposto, a abordagem deste estudo se difere dos apresentados, colaborando no campo teórico e prático com a ampliação das discussões sobre o referencial teórico do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis, com foco em cooperativas de agricultores familiares, permitindo identificar tendências e possibilidades de incorporação destas práticas consideradas singulares no desenvolvimento territorial. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar as implicações do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis em quatro cooperativas de agricultores familiares, localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O presente artigo se estrutura da seguinte forma. Após esta breve introdução, é apresentado o referencial teórico da pesquisa, o qual contempla dois eixos temáticos centrais do estudo. O primeiro trata das cooperativas de agricultura familiar e seu aporte ao desenvolvimento territorial. O segundo eixo trata do isomorfismo como fator de homogeneidade entre organizações

cooperativas. Após, são descritos os procedimentos metodológicos, seguidos pelos resultados do estudo multicaso e as considerações finais.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta a fundamentação teórica da pesquisa. Inicialmente é destacado o papel das cooperativas de agricultura familiar na promoção do desenvolvimento territorial. Em seguida, é apresentado o isomorfismo como fator de homogeneidade organizacional.

Cooperativas de agricultura familiar e seu aporte ao desenvolvimento territorial

A abordagem territorial do desenvolvimento fundamenta-se como uma alternativa de superação de análises de recortes espaciais, sejam eles rurais ou urbanos, centrados em procedimentos disciplinares e/ou setoriais, além de apresentar-se como uma condição para a realização de estudos que assumam a perspectiva interdisciplinar, multidimensional, multiescalar, da totalidade e da complexidade (Dallabrida; Rotta; Büttgenbender, 2021). Os mesmos autores reafirmam que

[...] a abordagem territorial considera o território como parte da totalidade espacial, em que se expressa a diversidade, a relacionalidade e interação entre atores, a interdependência entre as dimensões tanto materiais quanto imateriais e o *locus* de manifestação de sistemas produtivos territoriais, de mediação e interdependência entre seres humanos e demais espécies de vida. (Dallabrida; Rotta; Büttgenbender, 2021, p. 269).

Na opinião de Favaretto (2006, p. 123) “Não há dúvida de que para o estudo dos fenômenos relativos ao desenvolvimento torna-se imprescindível uma abordagem territorial”. Para Dallabrida *et al.*, (2023) esta abordagem atende ao princípio central de ser uma alternativa de superação de análises com recortes espaciais voltados ao rural ou urbano, apresentando-se como uma condição fundamental para a realização de pesquisas orientadas para a sustentabilidade territorial, as quais assumam a realidade tendo em vista as dimensões socioeconômica, cultural e ambiental.

Entre as organizações presentes no território analisado nesta pesquisa e com capacidade de promover o desenvolvimento territorial, estão as cooperativas de agricultura familiar. Isso se dá na medida em que os associados dessas cooperativas recebem formação com base nos princípios

cooperativistas, sendo assim educados e motivados para não desperdiçar os recursos que lhes são disponíveis, não destruírem o potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras (Schneider, 2015; Prochnow *et al.*, 2022).

Em âmbito geral, a história do cooperativismo normalmente está vinculada à fundação, em 1844, da Cooperativa de Rochdale, no Reino Unido, onde se originaram os princípios cooperativistas. Porém, a experiência cooperativa é anterior a esta, estando atrelada a Robert Owen que a influenciou ou a Fourier na França, considerados socialistas utópicos que inspiraram o movimento cooperativo (Webering, 2020).

Pinho (1966) define as cooperativas como sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só suprir seus membros de bens e serviços, mas também realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômicos e sociais. Entre os tipos de cooperativas, esta pesquisa deposita sua ênfase nas cooperativas de agricultura familiar.

As origens das cooperativas rurais e agrícolas encontram-se, em parte, relacionadas às experiências coletivistas de ajuda mútua no campo e, em parte, às condições da agricultura moderna, tendo se desenvolvido desde que a economia rural passou a estar relacionada ao mercado – seja pela necessidade de crédito, da aquisição de adubos, sementes, entre outros, seja pela necessidade de comercialização da produção (Webering, 2020).

Historicamente, no Brasil, a cooperação agrícola não recebeu estímulos por parte dos governos. A cooperação era fruto das iniciativas autônomas dos agricultores e promovidas por seus intelectuais orgânicos (agentes religiosos, lideranças etc.) que viam na cooperação uma forma essencial de organizar a vida nas colônias e comunidades rurais. Somente a partir da tipificação e inserção do cooperativismo na legislação nacional começam a surgir políticas públicas voltadas a fomentar a cooperação, ao menos em algumas de suas formas modernas, como o Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), e o Programas de Aquisição de Alimentos (PNAE) (Christoffoli, 2015).

Portanto, os programas federais passaram a dar atenção aos empreendimentos cooperativos, destacadamente os que são comprometidos com a agricultura familiar. Esse movimento se justifica, uma vez que estes empreendimentos já são e podem ser cada vez mais meios de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável, por desempenharem importante papel na transmissão da responsabilidade social, bem como na

conscientização para o uso eficiente dos recursos naturais às várias gerações (Schneider, 2015).

Soares *et. al* (2019, p. 4) indicam que as cooperativas de agricultores familiares “defendem a produção diversificada de alimentos, a produção orgânica, agroecológica e a permanência das famílias no campo, valorizando as diversidades regionais e promovendo a segurança alimentar”. Desta forma, encontra-se na cooperativa de agricultores familiares a perspectiva de sustentabilidade, tanto econômica, quanto social e ambiental.

A atenção da cooperativa com o meio ambiente é da própria natureza institucional, ao trabalhar diretamente com os recursos naturais, cujos produtos e serviços são oriundos da agricultura familiar. Dessa forma, a busca por práticas sustentáveis na agricultura, a redução de impactos ambientais negativos das produções sobre o ambiente, além da melhoria da qualidade de vida dos cooperados, compõem o direcionamento para um desenvolvimento sustentável local (Schneider, 2015).

Assim, de acordo com o sétimo Princípio do Cooperativismo, as cooperativas têm, como responsabilidade, o Interesse pela Comunidade, o que as credencia para o processo de desenvolvimento sustentável, nos ambientes onde estão inseridas. Para além, os objetivos de desenvolvimento sustentável elaborados pela ONU, por meio da Agenda 2030 (ONU, 2024) apontam a agricultura sustentável como objetivo número 2, o que privilegia o estudo das práticas sustentáveis em cooperativas da agricultura familiar.

Portanto, considerando os atributos presentes na natureza do movimento cooperativista, as cooperativas, por meio de seus atores sociais, assumem papel de destaque na promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, através da institucionalização de práticas sustentáveis. As cooperativas tornam-se decisivas tanto na definição de práticas e estratégias de curto, médio e longo prazos, que possam contribuir com a geração de benefícios sociais, econômicos, ambientais e políticos, tanto para a população quanto para um processo de conscientização, transformação e mudança cultural dos indivíduos, de modo que possam repensar a ação e o papel desempenhado no mundo (Hocayen-Da-Silva; Hocayen Da Silva, 2021).

Isomorfismo como fator de homogeneidade entre organizações cooperativas

A teoria institucional contemporânea propõe o entendimento das mudanças estruturais nas organizações, não mais pela eficiência ou concorrência, mas motivada por outros fatores que tornam as organizações similares (Caldas; Fachin; Fischer, 2007). Segundo a perspectiva institucionalista, diante da busca pela conformidade com os procedimentos, costumes e regras institucionalizadas em um mesmo ambiente, as organizações tendem a se tornar mais similares entre si. Esta questão da similitude é definida como isomorfismo, um princípio institucional referente à homogeneidade existente entre as organizações (Garrido; Saltorato, 2015).

Desta forma, a globalização obriga as cooperativas a se adaptarem aos diferentes ambientes, tornando-as semelhantes em relação aos processos organizacionais (Souza, 2023). No entender de Peci (2006), as organizações que são influenciadas por seu ambiente institucional (via profissionalização e papel dos agentes estatais) apresentam similaridades nas suas estruturas e processos, dentro de um mesmo ambiente institucional, caracterizando assim o isomorfismo. Ainda, para a autora, esse é um conceito importante para compreender as organizações modernas, em um contexto pós-weberiano.

Entre os pressupostos conceituais atribuídos à teoria institucional, destaca-se a relevância dos valores externos para as organizações, considerando que o ambiente seja capaz de gerar visões compartilhadas coletivamente sobre a maneira pela qual as organizações deveriam atuar, dando legitimação sobre as ações organizacionais, pois ressaltam a necessidade de aceitação. A incorporação de práticas gerenciais, bem como de outros aspectos operacionais que sejam de conhecimento comum, compartilhadas por organizações pertencentes a um mesmo setor, se constituem em generalizações pautadas pela busca por legitimidade (Callado; Callado; Almeida, 2014).

Assim, salienta-se que a abordagem institucional amplia consideravelmente as possibilidades de ação gerencial no que se refere, por exemplo, à compreensão e à intervenção em processos de mudança organizacional ao introduzir a noção de movimento e de dinâmica de conjuntos de organizações por meio do conceito de isomorfismo (Carvalho; Vieira, 2003).

O isomorfismo como elemento de institucionalização, para Kelm et al. (2014, p. 408), significa que “os modelos instituídos em um setor são adotados pela maioria, com o principal intuito de sobrevivência, tendendo à homogeneização dessas estruturas depois de certo tempo, até que outra inovação seja implantada e realmente esse ciclo”.

No entendimento de DiMaggio e Powell (2005) o isomorfismo é o conceito que melhor define o processo de homogeneização das organizações. De acordo com os autores, existem três mecanismos de mudança isomórfica institucional, os quais são detalhados pelo Quadro 1.

Quadro 1: Processos de Isomorfismo

PROCESSOS DE ISOMORFISMO INSTITUCIONAL	
Isomorfismo Coercitivo	Resulta tanto de pressões formais quanto de pressões informais exercidas sobre as organizações por outras organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam.
Isomorfismo Mimético	A incerteza constitui força poderosa que encoraja a imitação. Quando as metas são ambíguas ou o ambiente cria uma incerteza simbólica, as organizações podem vir a tomar outras organizações como modelo. Tomar outras organizações como modelo constitui uma resposta à incerteza.
Isomorfismo Normativo	Deriva principalmente da profissionalização dos membros de uma categoria profissional. Quanto maior for a participação dos membros de uma organização em associações profissionais, maior será a similaridade de condições e métodos de trabalho entre as organizações.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de DiMaggio e Powell (2005).

O isomorfismo coercitivo se caracteriza pela adaptação a pressões formais ou informais praticadas por organizações que exercem domínio de recursos limitados, especialmente financeiros. O isomorfismo normativo deriva da profissionalização que delimita e institui um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades específicas. O isomorfismo mimético se caracteriza pelo uso de modelos testados e bem-sucedidos em organizações semelhantes (Carvalho; Vieira; Goulart, 2005; Inglat; Santos; Júnior, 2017).

Metodologia

A pesquisa possui natureza aplicada e abordagem qualitativa, visando analisar tendências e atitudes por meio da percepção e linguagem dos sujeitos (Creswell, 2010). Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, por possuir como objetivo principal a descrição das características que envolvem o isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis em cooperativas, investigando as opiniões, atitudes e crenças de dirigentes das cooperativas objeto de estudo.

O campo de estudo compreendeu quatro cooperativas de agricultura familiar, localizadas nos municípios de Ijuí, Panambi e Jóia, no estado do Rio Grande do Sul. A escolha dessas cooperativas se deu por serem referência na agricultura familiar no território abrangido, sendo ainda aliados aspectos de acessibilidade para obtenção dos dados.

Como estratégia de pesquisa utilizou-se o estudo de caso, que segundo Yin (2001) busca investigar fenômenos sociais complexos. Nesta pesquisa, foram selecionados os casos de quatro cooperativas, caracterizando um estudo de casos múltiplos. Essa escolha vai ao encontro do que aponta Creswell (1998), uma vez que este autor sustenta que, em relação ao método de estudo de caso, o número de até quatro casos seria recomendável.

Como técnicas de coleta de dados, a pesquisa utiliza a entrevista em profundidade e a observação não participante. A entrevista em profundidade é uma entrevista não estruturada, direta, pessoal, em que um respondente de cada vez é sondado por um entrevistador habilitado a revelar motivações, crenças, atitudes e sentimentos sobre um determinado assunto (Malhotra, 2019). Os sujeitos entrevistados foram os dirigentes das cooperativas, sendo um dirigente em cada cooperativa. O áudio das entrevistas foi transcrito para, posteriormente, ser feita a análise categorial de conteúdo (Bardin, 2011).

As categorias de análise foram estabelecidas a priori, com base no objetivo da pesquisa. Nesta pesquisa, as categorias de análise foram construídas com base no estudo de Alves, Castro e Souto (2014), destacando os três tipos de isomorfismo, conforme apresenta o Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias de análise

FENÔMENO	CATEGORIA	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
ISOMORFISMO	Isomorfismo Coercitivo	Processo de homogeneização resultante de pressões formais e informais exercidas sobre as organizações.	(DiMaggio e Powell, 1983).
	Isomorfismo Mimético	É uma resposta da organização às incertezas de mercado, tomando como modelo as organizações que percebem ser mais legítimas.	
	Isomorfismo Normativo	A homogeneização derivada do profissionalismo.	

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

A observação adotada é do tipo não participante, onde o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado (Gil, 2014). As observações foram realizadas nos prédios das cooperativas, em dias úteis onde a rotina de trabalho era efetuada normalmente. Foram tiradas fotos no ambiente interno e externo das cooperativas, como meio de registro das observações, para a posterior análise de seu conteúdo.

Resultados e discussão

Esta seção contempla a apresentação e discussão dos principais resultados obtidos a partir do estudo de caso nas cooperativas de agricultura familiar.

Caracterização das cooperativas objeto de estudo

Fundada no ano de 2005, a Cooperativa Alfa, localizada no Município de Ijuí/RS, possui 32 associados ativos. Atua no comércio local

de alimentos, destacadamente no ramo de panificados e hortigranjeiros. A figura 1 apresenta o ambiente interno da cooperativa.

Figura 1: Ambiente interno da cooperativa Alfa



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Outra cooperativa analisada foi a cooperativa Beta. Fundada no ano de 2004, a cooperativa localiza-se no município de Panambi/RS. Possui 33 associados, e atua na industrialização e comércio de frutas *in natura* e sucos de frutas, especialmente laranja e bergamota. Sua área de atuação compreende, além do município de Panambi, outros municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul. Na figura 2 é possível observar instrumentos para a pesagem e embalagem das frutas *in natura*.

Figura 2: Pesagem e embalagem de frutas



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Em relação à cooperativa Gama, esta foi fundada no ano de 2001. Localiza-se no município de Ijuí/RS. Possui 85 associados, os quais são responsáveis pela criação dos peixes em suas propriedades. Quando os peixes atingem o porte ideal para o abate, são transportados até a sede da cooperativa, onde se realiza o abate e posterior processamento da carne. Os principais produtos comercializados são o peixe congelado, peixe fresco e o filé de tilápia. Os associados da cooperativa possuem propriedades de diversos tamanhos, podendo, em alguns casos, chegar ao limite de quatro módulos fiscais. A figura 3 apresenta o prédio sede da cooperativa Gama, local em que os associados dispõem de equipamentos necessários ao processamento da carne dos peixes.

Figura 3: Prédio cooperativa Gama



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A cooperativa Delta foi fundada no ano de 2009. Localizada no município de Jóia/RS, possui, como atividades principais, a prestação de serviços com máquinas agrícolas, industrialização e embalagens de grãos. São destacados os serviços de silagem, bem como a industrialização e embalagem de feijão. A cooperativa possui 86 associados, sendo que a grande maioria são agricultores com propriedades de até 15 hectares, os quais residem em assentamentos no município de Jóia/RS. Na figura 4 se observa o trabalho da cooperativa na produção de silagem.

Figura 4: Produção de silagem pela cooperativa



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A próxima seção apresenta e discute os resultados do estudo de caso das quatro cooperativas objeto de estudo.

Apresentação e discussão dos resultados

Isomorfismo coercitivo

O isomorfismo é o conceito que define, da melhor forma, a homogeneização entre as organizações (Dimaggio; Powell, 2005). Este conceito é subdividido pelos autores entre as categorias coercitivo, mimético e normativo.

Quanto ao isomorfismo coercitivo, o mesmo se caracteriza pela adequação a pressões formais ou informais, exercidas por organizações que exercem domínio de recursos escassos, especialmente financeiros (Carvalho; Vieira; Goulart, 2005). Neste aspecto, na cooperativa Alfa as práticas sustentáveis foram adotadas por duas razões distintas: pela influência de entidades reguladoras e pela vontade da própria cooperativa. Destaca-se que a comunidade local não exerceu influência sobre esta decisão, mas sim as entidades reguladoras como a prefeitura municipal, a vigilância sanitária e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que tiveram seu grau de influência apontados pela cooperativa para a adoção de

práticas sustentáveis. Sobre a influência da Vigilância Sanitária, o dirigente entrevistado informou que:

No decorrer desses anos muitas coisas aconteceram. Antigamente se você tinha uma mesa que era de madeira ela teve que ser substituída por uma mesa de inox. Um exemplo simples é uma parede que não tinha azulejo tem um piso que não era de lá. Isso aconteceu lá na unidade de produção de cada associado. Ele teve também que fazer adequações. Ele foi cobrado (Dirigente cooperativa Alfa).

A cooperativa Beta informou que adotou as práticas sustentáveis devido a exigências de órgãos reguladores, e também por consciência dos seus dirigentes e associados. A preocupação expressa pelos membros da cooperativa com o compromisso com o desenvolvimento sustentável, além de um dos princípios ligados ao cooperativismo, também é uma característica importante do desenvolvimento territorial, por meio da promoção de economias locais resilientes e a melhoria da qualidade de vida das pessoas, visto que, segundo Dallabrida, Büttgenbender e Rotta, (2021) a abordagem territorial considera o território como parte da totalidade espacial, em que se expressa a relacionalidade e interação entre atores.

Os principais órgãos reguladores com influência nesta cooperativa são o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a prefeitura do município de Panambi/RS. Este resultado pode ser entendido através da fala de um dos dirigentes da cooperativa

Nós temos uma série de exigências junto ao MAPA, Ministério da Agricultura. Que tem que ser atendidas. Se você não atender elas está sujeito a receber uma visita da fiscalização. Esses fiscais não estão longe de nós, estão em Santa Maria. [...] Então assim, a primeira ideia de você trabalhar, é você estar adequado dentro das exigências do MAPA e da prefeitura. Porque, a primeira ideia que surge ao constituir uma cooperativa, uma associação, é atender aos mercados institucionais que hoje estão aí (Dirigente cooperativa Beta).

Em relação a cooperativa Gama, esta sofreu influência de entidades reguladoras, especialmente a vigilância sanitária, uma vez que a carne do peixe é altamente perecível, condição que exige algumas práticas especiais relacionadas ao controle de qualidade.

A cooperativa Delta tem presente, em suas práticas sustentáveis, o isomorfismo coercitivo. Isso se deve pela influência da prefeitura do município de Jóia/RS e da EMATER. Estas entidades são importantes na

institucionalização de práticas como “promoção de ações que ampliem a lucratividade por unidade produzida” e “realização de cursos de capacitação ou atualização para seus associados”, uma vez que a EMATER e a prefeitura auxiliam tanto na realização de cursos e treinamentos, como na elaboração da tabela dos preços e serviços ofertados pela cooperativa.

A presença de assistência técnica com regularidade, para cooperativas de agricultura familiar, foi também identificada no estudo de Anjos *et al.* (2020). Estes autores apontaram o esforço das políticas públicas no Território do Sisal, na Bahia, no fortalecimento das atividades produtivas das organizações coletivas da agricultura familiar.

Outras entidades, como Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros efetuam fiscalizações na cooperativa Delta, porém sem interferência direta na realização das práticas sustentáveis. Já a comunidade local possui uma relação próxima com a cooperativa, sendo que é observada a presença de um local de confraternização próximo ao prédio da agroindústria da cooperativa. Este fato, segundo dirigente da cooperativa, gera o envolvimento da comunidade durante o processo de agroindustrialização do feijão preto, sendo observada assim a prática sustentável “participação em atividades religiosas, esportivas e/ou culturais da comunidade” e “a comunidade sabe dos resultados alcançados pela cooperativa”.

Isomorfismo mimético

O isomorfismo mimético é caracterizado pela adoção de modelos testados e bem-sucedidos em organizações similares (Carvalho; Vieira; Goulart, 2005). A cooperativa Alfa informou não haver esta inspiração em outras cooperativas para a adoção das práticas sustentáveis. A explicação é a de que a criação da cooperativa é um projeto único da EMATER na localidade, diferente das demais cooperativas já existentes.

A cooperativa Beta apontou, através de seu dirigente, haver uma “inspiração” em outra cooperativa do mesmo município, para adoção das práticas sustentáveis. Segundo o dirigente, a cooperativa observada serve como exemplo, devido suas práticas gerarem resultados satisfatórios, que contribuem para o sucesso da cooperativa.

Em relação a cooperativa Gama, esta não possui nenhuma outra cooperativa como modelo na realização de práticas sustentáveis, até porque, segundo dirigente, não existe, na região outras cooperativas que realizam o processamento da carne de peixe. No entanto, a cooperativa Gama

buscou informar-se sobre o processo produtivo de duas agroindústrias de pescados, uma de Santa Catarina e outra do Rio Grande do Sul. Deste modo, o processo de produção da cooperativa Gama foi influenciado pelas agroindústrias citadas.

O isomorfismo mimético é identificado de forma mais restrita nas práticas da cooperativa Delta. Por ser uma cooperativa de um ramo muito específico na região, a cooperativa Delta não encontra outras cooperativas que possam inspirar a realização de práticas sustentáveis em seu processo de produção. Apenas o sistema de gestão financeira, segundo dirigente, é compartilhado por diversas cooperativas, sendo importante no controle operacional da mesma.

Isomorfismo normativo

O isomorfismo normativo está ligado à profissionalização, no que se refere ao compartilhamento de normas e métodos de trabalho pelos membros de cada segmento ocupacional (Inglat; Santos; Júnior, 2017). Os associados da cooperativa Alfa participam das atividades da EMATER, bem como são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Ijuí. Estas entidades são importantes na adoção de práticas sustentáveis voltadas ao campo da agricultura familiar, principalmente as práticas na dimensão econômica, uma vez que oferecem cursos de capacitação em gestão para os associados da cooperativa, disseminando práticas e estruturas comuns que tendem a favorecer as cooperativas dentro de seu campo de atuação.

A importância dos cursos de qualificação foi destacada por dirigente da cooperativa Alfa. O mesmo afirmou que “Ele (o agricultor cooperado) vem com um produto de mais qualidade, mas aqui também se tenta manter aquele padrão original do produto como aquela bolacha colonial”. Deste modo, o dirigente da cooperativa deixa claro a busca pela qualidade do produto, mas sem deixar de lado suas características coloniais, agregadoras de valor.

Os associados da cooperativa Beta participam das atividades da EMATER, bem como boa parte dos (das) mesmos (as) são sócios do Sindicato dos Trabalhadores Rurais dos municípios onde residem, especialmente em Panambi/RS. Estas atividades não chegam a interferir diretamente na realização das práticas sustentáveis na cooperativa.

O isomorfismo normativo não se faz presente na cooperativa Gama. Segundo um dos dirigentes, “O pessoal que é sócio da cooperativa também é sócio de outras instituições [...]”. Esta fala se refere ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, EMATER e Secretaria Municipal da Agricultura. No entanto, a participação em tais entidades não possui interferência em nenhuma prática da cooperativa, contrastando assim com o resultado obtido na cooperativa Alfa. De acordo com dirigente entrevistado

Em relação à cooperativa Delta, o isomorfismo normativo é presente de forma indireta nas práticas sustentáveis da cooperativa Delta. Os associados participam do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estas entidades orientam os associados sobre os seus direitos e oportunidades enquanto agricultores familiares, na defesa de seus direitos, entre outras questões sociais e econômicas.

Sistematização do isomorfismo de práticas sustentáveis nas cooperativas

Os achados sobre as implicações dos três tipos de isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis, em quatro cooperativas de agricultura familiar, localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul, foram sistematizados no Quadro 3:

Quadro 3 - Sistematização do isomorfismo de práticas sustentáveis nas cooperativas.

Coope- rativas	Local	Ramo	Coercitivo	Mimético	Normativo
ALFA	Ijuí	Panificados e Horti-granjeiro	Prefeitura municipal; Vigilância Sanitária; EMATER	Não houve inspiração em outras cooperativas	EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais
BETA	Panambi	Frutas <i>in natura</i> Sucos de frutas	MAPA Prefeitura municipal	Houve inspiração em outra cooperativa	EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Coope- rativas	Local	Ramo	Coercitivo	Mimético	Normativo
GAMA	Ijuí	Abate e processamento de peixes	Vigilância Sanitária;	Processo de produção foi influenciado por agroindústrias do estado e fora dele	Não foi identificada interferência de entidades em nenhuma prática da cooperativa
DELTA	Jóia	Industria- lização e embalagens de silagem e grãos	Prefeitura Municipal e EMATER;	Não houve inspiração em outra cooperativa	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Em relação ao isomorfismo coercitivo, observa-se que as quatro cooperativas objeto deste estudo sofrem algum tipo de influência de outras organizações, especialmente órgãos de atuação local como, prefeitura e EMATER. No estudo de Freitas e Freitas (2013) estas forças são exercidas, não só pela necessidade de adequação e conformidade normativa, mas também pela busca da legitimidade em seu campo de atuação.

Quanto ao isomorfismo mimético, houve uma divisão entre as cooperativas, sendo que duas delas manifestaram terem sido influenciadas ou inspiradas por outras organizações, ao passo que as outras duas cooperativas apontaram não ter havido essa inspiração no mercado. Tal constatação nos revelam caminhos para o isomorfismo mimético, de modo que, por tratarem-se de cooperativas da agricultura familiar, voltadas ao ramo alimentar, a busca no mercado por modelos e técnicas de produção e qualidade, podem contribuir para o desenvolvimento do ambiente institucional, assim como apontado no estudo de Meyer e Carpes (2023) onde cooperativas agropecuárias realizaram a busca por qualidade por meio da observância de práticas de contabilidade gerencial adotadas no mercado e por outras empresas do ramo.

Tratando-se do isomorfismo normativo, três das quatro cooperativas estudadas apontam ter havido busca por apoio técnico, indo ao encontro dos achados de Freitas e Freitas (2013) que identificaram a busca por parte das cooperativas de apoio técnico, evidenciando a valorização da introdução de novas técnicas e da melhoria contínua.

Considerações finais

Considerando o cooperativismo como elemento de desenvolvimento territorial, a partir de cooperativas constituídas por agricultores familiares, o presente artigo teve, como objetivo, investigar as implicações do isomorfismo na institucionalização de práticas sustentáveis, em quatro cooperativas de agricultura familiar, localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul. O estudo teve por embasamento teórico a concepção de isomorfismo de DiMaggio e Powell (2005), sendo que, segundo estes autores, existem três tipos de isomorfismo: coercitivo, mimético e normativo. Para alcançar o objetivo proposto, foram realizadas entrevistas com os dirigentes das cooperativas e observação não participante.

Os resultados do estudo revelam a presença dos três tipos de isomorfismos (coercitivo, mimético e normativo) na institucionalização de práticas sustentáveis, em quatro cooperativas de agricultura familiar, localizadas na região Noroeste do Rio Grande do Sul, mostrando-se mais expressivo o isomorfismo coercitivo, identificado nas práticas das quatro cooperativas, revelando a legitimidade quanto a pressão de outras entidades sobre as cooperativas.

Assim, quanto ao isomorfismo coercitivo, as quatro cooperativas objeto deste estudo sofrem algum tipo de influência de outras entidades para, a partir disso, introduzirem e institucionalizarem práticas sustentáveis. As principais entidades com influência são a Vigilância Sanitária, EMATER, prefeituras municipais e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Como o isomorfismo coercitivo trata de aspectos de conformidade regulatória, práticas ou restrições operacionais específicas, a sua adequação em termos de práticas sustentáveis tende a aumentar a credibilidade e confiança da cooperativa junto aos *stakeholders*, na busca de acessar mercados institucionais, embora também possa haver a incorporação de custos adicionais.

O isomorfismo mimético é resultante de práticas sustentáveis adotadas por inspiração em outras cooperativas ou organizações. Deste modo, o estudo mostrou menor intensidade desta prática, de modo que dois entrevistados relataram não ter havido inspiração em outra cooperativa, um dos entrevistados relatou uma inspiração fora da região e do estado, ao passo que apenas um dos entrevistados destacou possuir outra cooperativa do mesmo município como um “modelo” para a realização de suas práticas,

cuja excelência nos processos tem sido motivo para tê-la como referência em práticas sustentáveis.

Em relação ao isomorfismo normativo, este decorre da profissionalização que demarca e institui um conjunto de normas e procedimentos correspondentes a ocupações ou atividades específicas. Assim, os associados das cooperativas estudadas são filiados aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos respectivos municípios onde atuam. Os sindicatos, bem como a EMATER, colaboram para a institucionalização de práticas sustentáveis, como a realização de cursos e treinamentos referentes à gestão das cooperativas. Nota-se que tais práticas têm a colaborar na melhora do desempenho institucional, quando adequadas para as necessidades da cooperativa, evitando a reprodução de práticas obsoletas ou que fogem das demandas do mercado.

Quanto aos mecanismos de isomorfismo normativo, apenas uma das cooperativas informa não ter sido influenciada pela atuação técnica, de modo que as outras três cooperativas revelaram o apoio da EMATER e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse tipo de isomorfismo pode contribuir para o fortalecimento da cooperativa dentro do seu ramo de atuação da agricultura familiar, bem como pode levar a cooperação entre as cooperativas do mesmo ramo, repercutindo no território abrangido.

Neste contexto, o estudo considera que a abordagem territorial do desenvolvimento é imprescindível no estudo do cooperativismo. No caso desta pesquisa, faz-se alusão às práticas sustentáveis em cooperativas de agricultura familiar, adotadas por intermédio do fenômeno denominado isomorfismo. Considera-se a atuação destas cooperativas como elemento de sustentabilidade e perpetuação de suas funções econômicas, sociais e ambientais, por meio do estímulo à economia local, gestão responsável dos recursos naturais e a promoção da inclusão social, fomentando assim o processo de desenvolvimento do território em que as cooperativas estão inseridas.

Por fim, a adoção de práticas sustentáveis em cooperativas de agricultura familiar, por meio do isomorfismo, além de uma característica desejável, mostra-se como um caminho para a construção de territórios equilibrados e sustentáveis e que beneficiam a comunidade como um todo.

No que tange às limitações do estudo, destaque para o fato de considerar a abordagem do isomorfismo somente no que se refere às práticas de sustentabilidade junto às cooperativas estudadas. Foi a opção desta delimitação do estudo. Certamente um olhar dos mecanismos isomórficos

que influenciam as ações e decisões como um todo nestas cooperativas, traria uma contribuição mais substancial à gestão em cooperativas da agricultura familiar, sob a perspectiva da teoria institucional e da abordagem territorial do desenvolvimento. Fica, portanto, a sugestão para a ampliação deste enfoque em futuros estudos.

Referências

ALVES, R. R.; CASTRO, C. C. de; SOUTO, C. L. Processo de institucionalização do curso de administração pública a distância em uma Universidade Federal. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 20-36, fev. 2014.

ANJOS, E. G. dos, ROCHA, A. G., SILVA, D. O. da, SIMÃO, F. S. 2022. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista De Gestão E Organizações Cooperativas**, 7(14), p. 89–101, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043241123>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; ALMEIDA, M. A. Isomorfismo e Práticas de Gestão de Custos: Um estudo empírico entre empresas do porto digital a partir da teoria institucional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 1, p. 204–217, 2014.

CALDAS, M., FACHIN, R., FISCHER, T. (Orgs. da edição brasileira). CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R., (Orgs. da edição original). Handbook de Estudos Organizacionais – **Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais**, v. 1, São Paulo: Atlas, 2007.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: **Questão agrária, co-operação e agroecologia**. (p. 169-188). São Paulo, Outras Expressões, 2015.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849 a 874, jan. 2005.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. (org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional / organizadores. Recife: EDUFEPE, 2003, 366p.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quanti-

tativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

CRESWELL, J. W. **Qualitative inquiry and research design: choosing among five traditions**. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

DALLABRIDA, V. R.; MUELLER, A. A.; ANDRADE, A. A. V DE; CARNIELLO, M. F; BÜTTENBENDER, P. L.; GUMIERO, R. G.; DENARDIN, V. F; ROTTA, E.; MENEZES, E. C. DE O. Índice Multidimensional da Ativação do Patrimônio Territorial: Uma proposta de referencial metodológico para estudos territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 21, n. 59, p. e14586, 2023. DOI: 10.21527/2237-6453.2023.59.14586. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/14586>. Acesso em: 19 ago. 2023.

DALLABRIDA, V. R.; ROTTA, E.; BÜTTENBENDER, P. L. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 2, 2021.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. A Gaiola de Ferro Revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **RAE**, vol. 45, nº2, abr./jun. 2005.

FAVARETO, A. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão: do agrário ao territorial**. 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-24042008-113514/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FREITAS, A. F.; FRETAS, A. F. Análise Institucional De Mudanças Organizacionais Em Um Sistema Cooperativo De Crédito Solidário Em Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**. 47 (4) . Ago 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000400009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/PmXjmKFHnQxpg4bhbGgYzNB/#>

GARRIDO, Giovanna; SALTORATO, Patrícia. Isomorfismo, Eficiência Simbólica e Legitimidade Social na Institucionalização da Sustentabilidade Socioambiental nas Organizações Contemporâneas. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 5, n. 2, p. 69-82, 22 dez. 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014. 6. ed.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; SILVA, A. H. da. Protagonismo das Cooperativas na Promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Reflexões Teóricas e Agenda de Pesquisa. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 19, n. 54, p. 83–103, 2021.

INGLAT, L. P. D. S.; SANTOS, E. T. P. D.; JUNIOR, C. D. S. P. Isomorfismo normativo: influência das instituições na construção do perfil do Administrador. **Revista Foco**, v. 10, n. 2, p. 11-28, 2017.

KELM, M. L.; RENZ, C. L. da S.; ALLEBRANDT, S. L.; SAUSEN, J. O. Institucionalização das iniciativas socioambientais das organizações: interfaces entre a teoria do desenvolvimento social de Habermas e o isomorfismo da teoria institucional. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 12, n. spe, p. 401-415, ago. 2014.

LEAL, L. G. **Teoria Institucional e fatores determinantes da ação de práticas sustentáveis pelas empresas**. 2011. 108f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MEYR, C. E.; CARPES, A. M. da S. Isomorfismo institucional na adoção das práticas de Contabilidade Gerencial nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 28, n. 2, p. 24-38, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas Brasil, 2024. Disponível em: < <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs> >. Acesso em 07 mai. 2024.

PECI, A. A nova teoria institucional em estudos organizacionais: uma abordagem crítica. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 01-12, Mar. 2006.

PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, v. 8, n. 16, p. 275- 295, 2012.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PROCHNOW, D. A.; THESING, N. J.; CARNEIRO, C. J.; NOGUEIRA, T. B. Institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar. **COLÓQUIO-Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, abr./jun., p. 200-219, 2022.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, 9(16):94-104, janeiro-junho 2015.

SILVA PRADO, A., HOSKEN GUSMÃO, A. K., DE MORAIS, R., CARLOS DOS SANTOS, A.; TERUEL REZENDE, T. Teoria Institu-

cional Aplicada ao Agronegócio: Um Estudo Bibliométrico. **Revista FSA**, v. 20, n. 5, 2023.

SOARES, C. M. T.; HORT, J. V.; BEJAMINI, R.; BASSO, D. A Percepção do Cooperativismo Pelos Agricultores Familiares Associados da Cooperativa Mista Agrofamiliar de Vera Cruz do Oeste – A Tulha. **Revista Orbis Latina**, vol.9, nº 1, Foz do Iguaçu/ PR (Brasil), janeiro – junho de 2019.

SOUZA, V. G DE. isomorfismo institucional, estratégias, sustentabilidade e suas relações. **Revista Estudos e Pesquisas em Administração**, [S. l.], v. 7, n. 2, 2023. DOI: 10.30781/repad.v7i2.15884.

WEBERING, S. I. Cooperação Cooperativa: o Ser, o Fazer e o Devir. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 24, n. 6, p. 567-581, 2020.

YAMAGUCHI, C. K.; STEFENON, S. F.; RAMOS, N. K.; DOS SANTOS, V. S. ; FORBICI, F.; KLAAR, A. C. R.; FERREIRA, F. C. S.; CASOL, A.; MARIETTO, M. L.; YAMAGUCHI, S.K.F.; DE BORBA, M. L. Young People's Perceptions about the Difficulties of Entrepreneurship and Developing Rural Properties in Family Agriculture. **Sustainability**, 12 (21): 8783, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO NO RIO GRANDE DO SUL E O PAPEL DA GOVERNANÇA TERRITORIAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TURÍSTICA DA REGIÃO NOROESTE COLONIAL

Darlan Ariel Prochnow

Lidiane Kasper

Tatiane Batista Boeno Pêno Nogueira

Euselia Pavaglio Vieira

Jorge Oneide Sausen

Introdução

Oturismo, enquanto atividade socioeconômica estratégica, tem assumido um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento regional, especialmente quando articulado a partir de políticas de regionalização que prevê a descentralização da gestão das instâncias de governanças locais, com olhar para as singularidades históricas, culturais e naturais de cada território (Rodrigues; Souza, 2015). Para a Organização Mundial do Turismo (2003) as atividades turísticas buscam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e de qualidade de vida, preservando simultaneamente os recursos naturais e a integridade cultural da comunidade local.

As atividades turísticas, assim como demais atividades que envolvem o consumo de bens privados, preponderam com a origem em regiões mais ricas, entretanto, em termos relativos, a renda proveniente do turismo pode ser mais relevante nas regiões menos desenvolvidas e que não apresentam a mesma diversidade de atividades produtivas. Portanto, a diminuição de desigualdades regionais de renda é um dos significativos benefícios atribuídos aos investimentos em turismo (Rabahy, 2020).

O potencial da atividade turística em promover o desenvolvimento sustentável vem sendo fortalecido no Estado do Rio Grande do

Sul, mediante o mapeamento de regiões turísticas de acordo com as peculiaridades e características de cada região, destacando-se os aspectos históricos, culturais, arquitetônicos e naturais. Ao todo o estado gaúcho conta com vinte e sete regiões turísticas, incluindo a região objeto deste estudo, denominada “Rota das Águas, Culturas e Sabores (Rota ACS)”, a qual compreende onze municípios localizados no Noroeste Colonial gaúcho. O projeto da Rota ACS conta com a colaboração de diferentes entidades, como a Associação dos Municípios da Região do Planalto Médio (AMUPLAM), Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial (COREDE NorC) e Prefeituras Municipais (Rio Grande do Sul, 2025).

Nesse contexto, a governança territorial emerge como elemento central para a cooperação entre diferentes setores e instituições, contribuindo para a construção da identidade turística da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. Por governança territorial, compreende-se o processo de articulação de atores no âmbito de um território, de forma colaborativa, envolvendo os agentes governamentais e representantes dos setores associativos, empresariais e universitários, em relações pautadas pela prática democrática, objetivando a resolução de problemas de ordem pública, bem como no planejamento do futuro pretendido no território (Dallabrida, 2015).

Diante disso, o presente estudo tem por objetivo analisar o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, com foco na região turística “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada no Noroeste Colonial do estado, investigando o papel da governança territorial na construção de sua identidade turística.

Do ponto de vista teórico, este estudo contribui para a compreensão da governança territorial como um instrumento de fortalecimento da identidade turística regional, articulando conceitos de desenvolvimento sustentável, planejamento territorial e políticas públicas de turismo. Em termos práticos, a pesquisa oferece subsídios que possam orientar gestores públicos, consórcios regionais e demais atores envolvidos na organização do turismo regional, especialmente em territórios que buscam alavancar o desenvolvimento por meio da valorização de seus recursos locais.

Estruturalmente, o artigo está organizado em cinco seções além desta introdução: a primeira descreve os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; na segunda e terceira parte, é discorrido sobre o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, e a governança

territorial; por conseguinte, são discutidos os resultados obtidos na análise, abordando o papel da governança territorial na construção da identidade turística da região noroeste colonial gaúcha. Por fim, a última seção traz as considerações finais, destacando os principais achados, limitações e possíveis desdobramentos futuros.

Procedimentos metodológicos

Em termos metodológicos, este estudo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, voltada para a compreensão das dinâmicas que envolvem o processo de regionalização do turismo e o papel da governança territorial na construção da identidade turística da região denominada “Rota das Águas, Culturas e Sabores” (Rota ACS), no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, uma das vinte e sete regiões turísticas do estado. Por meio da pesquisa qualitativa é possível uma análise aprofundada dos significados atribuídos pelos atores sociais envolvidos, além de captar as complexidades do contexto territorial e institucional estudado (Sampieri; Collado; Lúcio, 2013).

A escolha da Rota ACS, como área de estudo, se justifica como relevante ao escopo da pesquisa. Primeiramente, trata-se de uma região turística em desenvolvimento, que oferece um cenário propício para investigações que envolvam o turismo sustentável, o desenvolvimento regional e a valorização de identidades locais. Além disso, a região possui potencial turístico ainda pouco aproveitado em relação a outras rotas consolidadas do Rio Grande do Sul, sendo uma oportunidade para o fortalecimento do turismo e de geração de valor para os atores locais. Aspectos logísticos e de viabilidade de coleta de dados também foram considerados na delimitação territorial do estudo focado na Rota ACS.

Quanto aos procedimentos, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevista em profundidade, pesquisa bibliográfica e pesquisa documental, caracterizando uma triangulação metodológica, usada para aumentar a validade e confiabilidade dos resultados (Minayo, 2001).

Vale destacar que o Ministério do Turismo reconhece estruturas de governança com diferente caráter jurídico como por exemplo: associações, fóruns, conselhos, comitês, consórcio e outros colegiados (Rodrigues; Souza, 2015). Com base nesse reconhecimento, optou-se por realizar uma entrevista em profundidade com a interlocutora regional da Rota das Águas, Culturas e Sabores, que também exerce a função de secretária administrativa

da Associação dos Municípios do Planalto Médio (AMUPLAM), entidade considerada uma das estruturas de governança da rota.

A escolha metodológica por uma única entrevista se justifica pelo papel estratégico da entrevistada, que, em virtude de sua posição institucional, possui uma visão abrangente e articulada das dinâmicas e atores envolvidos no processo de governança. A entrevista, com duração aproximada de duas horas, proporcionou dados suficientes para compreender os principais aspectos investigados e objetivados com este estudo. Dada a profundidade das informações obtidas e a centralidade da entrevistada no contexto analisado, considerou-se que novas entrevistas não seriam necessárias para alcançar os objetivos propostos neste estudo.

Complementar a isso, realizou-se uma pesquisa documental que compreendeu a análise de documentos oficiais, planos de desenvolvimento e materiais de divulgação da Rota ACS, os quais contribuíram para a caracterização do processo de regionalização e das práticas de governança adotadas. De modo paralelo, a pesquisa bibliográfica permitiu a fundamentação teórica do estudo, com foco em obras e artigos científicos sobre turismo regional, governança territorial e desenvolvimento sustentável.

A metodologia de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016), foi empregada na análise, exploração e compreensão do estudo em sua totalidade permitindo a compreensão crítica sobre o papel da governança na conformação da identidade turística regional e seus desdobramentos para o desenvolvimento local. Esta análise de conteúdo envolve uma série de métodos de análise das comunicações, com o objetivo de obter a descrição das mensagens e expressões deste conteúdo, possibilitando a inferência de saberes.

A metodologia de Análise de Conteúdo foi estruturada em três eixos cronológicos, conforme delineado por Bardin (2016). A primeira etapa, a pré-análise, consistiu na leitura flutuante e exploratória do material coletado, incluindo entrevistas, documentos institucionais e referências bibliográficas, com o intuito de identificar conteúdos relevantes, organizar as unidades de registro e definir os critérios de categorização. A segunda etapa, denominada exploração do material, foi marcada pela codificação sistemática e pela categorização temática, com a aplicação rigorosa dos critérios estabelecidos, permitindo a organização dos dados em categorias analíticas coerentes com os objetivos da pesquisa. Por fim, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação envolveu a análise crítica e integrada

dos dados, destacando regularidades, contradições e sentidos emergentes. Essa etapa possibilitou a formulação de interpretações consistentes e a construção de inferências que subsidiam as conclusões sobre a atuação da governança na identidade turística regional.

Processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul

O processo de regionalização do turismo, conduzido pelo Estado, consiste na estruturação espacial e na descentralização dos esforços, com a finalidade de planejar as atividades e destinos turísticos, aspectos de suma importância para o desenvolvimento territorial (Rodrigues; Souza, 2015).

Iniciativas de regionalização do turismo, tem como objetivo o desenvolvimento da atividade turística de forma integrada e participativa de todos os agentes sociais que promovem a atividade turística nas regiões. Tal estratégia busca estruturar produtos turísticos de qualidade que possam ser comercializados, de maneira sustentável, nos mercados nacional e internacional. No estado do Rio Grande do Sul os primeiros processos de estruturação do turismo utilizaram o município e suas características e capacidades como unidade para estabelecer as estratégias de atuação (Costa; Carvalho, 2012).

Deste modo, no processo de regionalização do turismo, no Rio Grande do Sul, destacam-se seis etapas: 1) estabelecimento das zonas turísticas (1976); 2) segmentação em áreas turísticas efetivas e potenciais (1983 a 1990); 3) implementação de programas de turismo no contexto da formação dos COREDES (1991 a 1994); 4) dissolução da Companhia Riograndense de Turismo e refundação da Secretaria de Estado de Turismo (1995 a 2003); 5) uso dos programas de turismo do Rio Grande do Sul como referência para o Ministério do Turismo brasileiro (2003 a 2004); e 6) atualização do mapa e alteração de zonas para regiões turísticas (Machado; Tomazzoni, 2011).

No entanto, desde as fases iniciais, não se compreendeu a verdadeira relevância da organização regional e dos critérios de institucionalização. As regiões eram estabelecidas com base em políticas governamentais frequentemente desvinculadas da realidade do turismo e da demanda por reconhecimento e investimentos no setor. Esse contexto começa a ser alterado a partir de 1985, quando começou a ser identificada uma categorização dos pólos turísticos com base em diferentes níveis de desenvolvimento turístico, o que justificou políticas de investimento

específicas. Desta forma, o critério de regionalização foi utilizado em programas de financiamento e promoção, conforme o grau de organização do turismo (Machado; Tomazzoni, 2011).

Em 1991, as áreas turísticas foram estabelecidas com base na estrutura desenvolvimentista dos COREDES, visando preservar características mais relacionadas à atividade. Esta foi a sugestão mais evidente de implementação do conceito de organização regional no estado do Rio Grande do Sul. No entanto, o modelo de COREDES não foi adequado para satisfazer as demandas turísticas, gerando discussões entre os atores municipais, que não se reconheciam como partícipes de uma região. Essas discussões mostram a relevância da participação da comunidade local, com base no conceito de governança do turismo regional e nos valores das identidades sociais e culturais (Machado; Tomazzoni, 2011).

Assim sendo, o processo de regionalização do turismo no estado Rio Grande do Sul é resultado de uma estratégia que busca integrar os municípios em regiões turísticas, respeitando suas especificidades culturais, históricas e naturais. Atualmente, o estado conta com 27 regiões turísticas, que abrangem 393 dos 497 municípios gaúchos, posicionando-o como o segundo estado brasileiro com maior número de municípios regionalizados (Rio Grande do Sul, 2025).

Cada região turística do Rio Grande do Sul apresenta características únicas que refletem a diversidade cultural e geográfica do estado. Por exemplo, a Rota das Águas, Culturas e Sabores, situada no Noroeste Colonial, evidencia a riqueza da cultura regional, da culinária típica e das paisagens naturais ligadas aos rios e às práticas rurais, valorizando os atrativos locais e promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades envolvidas (Rio Grande do Sul, 2025).

Nesse contexto, sendo a formação de Instâncias de Governança um dos pilares fundamentais do planejamento regional do turismo, é notável a importância de estudos que buscam analisar a estrutura desses espaços, principalmente para entender as interações intrínsecas ao setor atividade que pode se tornar insustentável a curto prazo, se não for adequadamente planejada e gerida por quem a impulsiona (Xavier; Totti, 2021).

Governança territorial

No ambiente acadêmico e entre os formuladores de políticas públicas, cresce a consciência da relevância de uma governança eficaz para

a criação de um desenvolvimento econômico, social e ambiental regional. Portanto, Governança é um conceito amplo, sendo frequentemente confundido. Pode ser utilizado em relação a estratégias de administração de empresas (governança empresarial), táticas de proteção ambiental (governança ambiental), ou ainda em relação a métodos de administração pública, combate à corrupção e suborno de servidores públicos (governança pública). Além de sua natureza difusa, a ideia de governança parte da busca pelo aprimoramento do comportamento humano e da administração das instituições (Marques; Alves, 2010; Alves, 2001).

A expressão governança surge de estudos sobre o universo empresarial. Ronald Coase, em 1937, publicou um artigo chamado “*The Nature of the Firm*”, o qual não gerou grandes discussões, mas foi retomado por Oliver Williamson nos anos 70. Desde então, o termo governança ganhou destaque e passou a ser usado para se referir aos mecanismos operacionais da empresa para realizar coordenações efetivas. Isso inclui os protocolos internos, quando a empresa cria suas redes, e questiona as hierarquias internas, contratos e normas quando ela aceita a terceirização. Posteriormente, o termo foi transposto do universo empresarial para o universo do poder e das instituições (Dallabrida; Becker, 2003).

Assim sendo, uma das definições mais empregadas do termo governança foi concebida pelo Banco Mundial, em sua cartilha intitulada *Governance and Development* (1992). Neste documento, a governança é referida como o poder exercido na administração de recursos sociais e econômicos visando construir estratégias para o desenvolvimento de um país (*World Bank Group*, 1992).

Ostrom (1990) considera a governança como uma dimensão de normas e regras determinadas em conjunto, destinadas a regular o comportamento individual e de grupo. Seus estudos são representativos, especialmente no âmbito da governança de recursos de propriedade comum (*commons*). Já para Torfing et al. (2012) o termo governança é utilizado para nos referirmos a tentativas coletivas de orientar a sociedade e a economia de acordo com objetivos e normas comuns sujeitos a negociação contínua.

No entendimento de Coppedge (1995), o termo *governance* (governança) versa sobre as relações entre os atores sociais. Essas relações entre tais atores são geridas por normas e procedimentos que necessitam ser institucionalizados, ou seja, serem aceitos e reconhecidos por todos. Assim sendo, a governança se encontra ligada à governabilidade.

No campo do desenvolvimento regional, o conceito de governança se aplica na escala geográfica referente ao território em que os atores se articulam para construir estratégias de desenvolvimento. De acordo com Pecqueur (2001) a governança territorial caracteriza-se como um processo essencialmente dinâmico que visa a formulação e resolução de problemas inéditos. Segundo este pesquisador, essa coordenação, que une os atores, permite revelar recursos latentes e levar a uma criação em rede de valor materializado pela Renda de Qualidade Territorial.

No Brasil, a primeira menção explícita ao assunto da governança territorial ocorreu de maneira introdutória em Dallabrida e Becker (2003). Dallabrida (2003) também relaciona o tema à prática do planejamento do desenvolvimento, sob a ótica da institucionalização de um processo de colaboração entre o setor público e privado, no contexto do debate acerca da dinâmica do desenvolvimento territorial.

A governança pode ser entendida como o exercício do poder e autoridade para gerenciar um país ou região, compreendendo os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses a partir de consensos mínimos. O exercício da governança territorial acontece pela atuação dos diferentes atores/agentes nas instituições e organizações da sociedade civil, em redes de poder socioterritoriais (Dallabrida; Becker, 2003, p. 73).

Portanto, a governança desempenha um papel crucial no progresso dos territórios locais, podendo ser considerada um recurso específico. Isso ocorre porque é através dela que se estabelece a aproximação e a formação de redes de atores que os caracterizam, por meio de seus compromissos, acordos e convenções. Portanto, pode-se dizer que, à medida que o grau de compartilhamento das decisões em uma estrutura de governança territorial pública, que inclui diversos atores com interesses convergentes, aumenta a satisfação dos membros da governança ao contemplarem seus objetivos (Pires et al., 2017).

Os processos de integração territorial, envolvendo o Estado e a sociedade, requerem a aplicação de práticas pedagógicas capazes de estimular processos de aprendizado coletivo. Essas práticas são fundamentadas em métodos democráticos e sistemas participativos que caracterizam mecanismos de planejamento e administração sustentáveis, com o envolvimento e a identificação dos seus cidadãos. A criação e o aprimoramento de estruturas institucionalizadas de governança nos territórios-rede são fundamentais para a construção de um capital

social coletivo que assegure a autogestão e o autocontrole da sociedade, em parceria com o Estado, para a preservação de práticas inovadoras e sustentáveis de gestão territorial (Dallabrida et al., 2022).

Desta forma, a relevância crescente dos mecanismos de governança no âmbito das políticas de ordenamento territorial demonstra tanto uma perspectiva mais estratégica e colaborativa dessas políticas, quanto a afirmação da governança territorial como um componente crucial de modelos de governança que exigem uma maior colaboração entre partes interessadas e uma maior coordenação entre políticas, seja de âmbito territorial ou setorial (Ferrão, 2010).

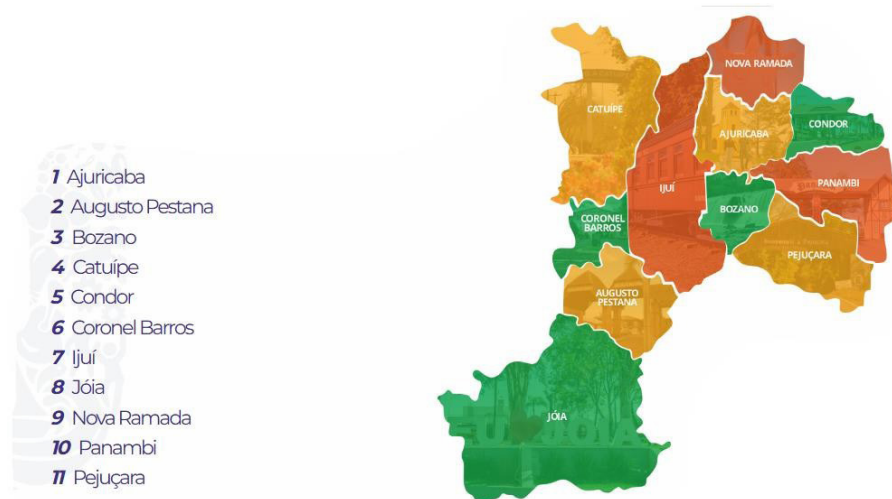
Assim sendo, a governança torna-se elemento estratégico na política Nacional do Turismo, sendo colaborativa na mediação de ações, validação de processo de regionalização turística, bem como na avaliação dos trabalhos articulados em prol do fortalecimento regional (Rodrigues; Souza, 2015).

Papel da governança territorial na construção da identidade turística da região noroeste colonial gaúcha

A construção da identidade turística de uma região está intrinsecamente ligada aos processos de organização, planejamento e participação coletiva, ou seja, a governança territorial. No contexto da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, a Rota das Águas, Culturas & Sabores (ACS) emerge como exemplo de uma proposta turística que articula cultura, natureza e gastronomia por meio de uma governança territorial ativa e colaborativa. A mobilização de diferentes atores locais tem sido essencial para estruturar uma oferta turística autêntica, conectada com os valores e as potencialidades regionais (ROTA ACS, 2025).

A Rota das Águas, Culturas & Sabores (ACS) é uma região turística localizada no Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, composta por onze municípios que compartilham traços históricos, culturais e geográficos marcantes, conforme ilustrado na Figura 1. A região destaca-se pela forte presença da agricultura familiar, culinária típica, manifestações culturais e abundância de recursos naturais (ROTA ACS, 2025).

Figura 1 - Municípios que integram a rota das águas, culturas e sabores



Fonte: ROTA ACS, 2025. Disponível em: <https://rotaacs.com.br/municipios/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

A criação da Rota de Turismo das Águas, Culturas e Sabores busca promover o turismo regional de forma sustentável, aliando lazer, cultura, história e gastronomia ao fortalecimento do desenvolvimento regional, com a geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. De acordo com a interlocutora regional da Rota ACS, o papel dos turismólogos que atuam na região foi fundamental para o mapeamento da identidade turística e o fortalecimento das capacidades e qualidades de cada município que integra este projeto.

O conhecimento técnico dos turismólogos, aliado ao entendimento compartilhado entre os diferentes atores territoriais, foi essencial na construção da identidade turística da Região Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul. A referência a “Rota das Águas” se refere ao potencial turístico relacionado ao patrimônio natural da região, com destaque para cachoeiras e paisagens naturais. Em relação a “Rota das Culturas”, esta expressão se relaciona com o diverso patrimônio histórico e cultural da região Noroeste Colonial, a exemplo de sua arquitetura, festas e eventos tradicionais desta região. No que se refere a “Rota das Culturas”, está relacionada a gastronomia típica da região, com pratos reconhecidamente vinculados às etnias que a colonizaram e que mantêm vivas as receitas passadas de geração em geração.

Durante o processo de regionalização do turismo, a governança regional desempenhou um papel singular, definida como uma entidade que envolve o poder público e os agentes privados dos municípios que compõem as regiões turísticas, com a função de coordenar o Programa em nível regional (BRASIL, 2007).

Em se tratando dos órgãos públicos envolvidos na elaboração da Rota ACS, podem ser citadas as Prefeituras Municipais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal. Se apresentam como organizações parceiras o Corede Noroeste Colonial, Instituições de Ensino Superior da região, Sistema S e Órgãos Regionais de Representação de Classe. As fontes de financiamento do projeto são a Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer do RS e Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo do RS, Secretaria de Desenvolvimento Econômico do RS e Ministério do Turismo.

Em uma fase inicial da Rota turística, o engajamento em mapear o comportamento dos turistas daquela região, com a criação de uma ambiente propício torna-se essencial, destacando o que é mais importante no desenvolvimento de cada município integrante, destaca o Secretário de Turismo do RS (Pejuçara, 2022) .

O papel da governança territorial ligada à identidade turística da Rota ACS tem possibilitado a articulação entre diferentes atores locais, promovida pela AMUPLAM (Associação dos Municípios da Região do Planalto Médio) e o COREDE NorC (Conselho Regional de Desenvolvimento Noroeste Colonial), viabilizando ações coordenadas de planejamento turístico, capacitação de agentes locais e promoção da região enquanto destino integrado. Tal constatação vai ao encontro dos achados de Rodrigues e Souza (2015) sobre a importância da articulação de ações visando o alinhamento e fortalecimento regional. Além disso, Pires et al. (2017) defendem que a governança pode ser considerada um recurso específico do território, uma vez que desempenha um papel crucial no desenvolvimento regional.

Entre as ferramentas de governança, um dos fatores centrais que contribui para a formação da identidade turística da Região Noroeste Colonial é a realização sistemática das reuniões de planejamento, que configuram espaços institucionais de articulação e deliberação entre os municípios que integram a Rota das Águas, Culturas e Sabores (ACS). Essas reuniões, que contam com a participação ativa dos secretários municipais de turismo, funcionam como arenas colaborativas de governança, onde

são discutidas e alinhadas estratégias comuns, eventos regionais, ações de promoção turística e outras iniciativas.

Trata-se de momentos-chave para o fortalecimento da coesão regional e para a construção simbólica e prática de uma identidade turística compartilhada. Segundo relato da interlocutora regional da Rota ACS, a escolha de um coordenador entre os próprios secretários de turismo evidencia a adoção de uma lógica horizontal e participativa na gestão da rota, refletindo princípios democráticos de governança territorial. Essa autogestão entre os agentes municipais representa um avanço no sentido da autonomia e do protagonismo local, contribuindo para a legitimação das decisões e o comprometimento coletivo com os objetivos da rota. Além disso, esse processo favorece o desenvolvimento de uma cultura de cooperação intermunicipal, elemento essencial para consolidar a identidade regional como diferencial competitivo no cenário turístico estadual e nacional.

Outro ponto a ser destacado, e que contribui para a construção da imagem territorial da Região Noroeste Colonial, são os eventos em regiões já consolidadas em termos de identidade turística. Como exemplo, podem ser citados os casos da região missioneira e da serra gaúcha. Essas regiões, por sua trajetória histórica de promoção turística e reconhecimento simbólico, funcionam como referências no imaginário coletivo do turismo no Rio Grande do Sul. Eventos inspirados em formatos exitosos dessas regiões mais consolidadas permitem a troca de experiências, a adaptação de boas práticas e o fortalecimento da atratividade turística. Nesse sentido, os eventos atuam como dispositivos de ativação simbólica do território, fundamentais para posicioná-lo como destino emergente no cenário turístico estadual.

Considerações finais

Esta pesquisa objetivou analisar o processo de regionalização do turismo no Rio Grande do Sul, com foco na região turística “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada no Noroeste Colonial do estado, investigando o papel da governança territorial na construção de sua identidade turística.

Em relação ao processo de regionalização do turismo no estado do Rio Grande do Sul, evidenciou-se que o mesmo evoluiu ao longo das

últimas décadas, estruturando-se em torno da valorização das identidades culturais, históricas e naturais dos territórios.

Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 27 regiões turísticas. Entre elas está a região da “Rota das Águas, Culturas e Sabores - ACS”, localizada na região Noroeste Colonial do estado, objeto de análise deste estudo. A trajetória da Rota ACS exemplifica como a governança territorial pode atuar como um catalisador para a promoção do desenvolvimento regional sustentável, articulando múltiplos atores e promovendo uma oferta turística coerente com as potencialidades de cada local.

A análise demonstrou que a construção da identidade turística da região não se dá apenas pela catalogação de atrativos, mas pela mobilização colaborativa entre agentes públicos, privados e da sociedade civil organizada. A atuação de instituições como a AMUPLAM e o COREDE Noroeste Colonial, aliada ao protagonismo dos municípios e seus gestores, revela a importância de estruturas de governança sólidas e participativas. Tais arranjos institucionais permitem o fortalecimento da coesão regional, a qualificação da experiência turística e o estímulo à geração de renda de maneira alinhada com os princípios do turismo sustentável.

As limitações deste estudo residem na abrangência da coleta de dados empíricos, que, embora adequado ao objetivo proposto, não permite generalizações para outras regiões turísticas do estado ou do país, além de limitar a compreensão dos impactos práticos da governança sobre o desenvolvimento socioeconômico local, carecendo de dados quantitativos ou indicadores de desempenho turístico.

Portanto, como desdobramentos futuros, sugere-se o aprofundamento de pesquisas que analisem os impactos socioeconômicos diretos da Rota ACS nos municípios integrantes, bem como a avaliação de boas práticas que possam ser replicadas em outras regiões turísticas do estado. A continuidade e o aprimoramento das ações de governança territorial, com foco em planejamento integrado e capacitação de agentes locais, serão determinantes para consolidar a região Noroeste Colonial como um destino turístico de referência no cenário gaúcho e nacional.

Referências

ALVES, L. E. S. Governança e cidadania empresarial. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, p. 78-86, 2001.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo - **Roteiros do Brasil**: Módulo Operacional 3: Institucionalização da Instância de Governança Regional. Brasília, 2007a. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/programa-de-regionalizacao-do-turismo/modulos-operacionais-do-programa-de-regionalizacao/modulo_operacional_3_institucionalizacao_da_instancia_de_governanca_regional.pdf.

COPPEDGE, M. **Instituciones y gobernabilidad democrática en América Latina**. Madrid: Síntesis, 1995.

COSTA, S. R.; CARVALHO, C. M. B. Gestão descentralizada do turismo no Brasil: a regionalização como estratégia para o desenvolvimento nacional. In: IX SEGeT 2012, Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. Resende, RJ, out. 2012. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/53816742.pdf>.

DALLABRIDA, V. R.; BÜTTENBENDER, P. L.; COVAS, A. M. A.; COVAS, M. M. C. M.;

COSTAMAGNA, P.; MENEZES, E. C. O. Estado e Sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 24, n. e202219pt, p. 1-25, Ed. Esp., 2022.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, p. 304-328, 2015.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Governança Territorial um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em questão**, v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003.

DALLABRIDA, V. R. Gobernanza y planificación territorial: para la institucionalización de una práctica de concentración público-privada. **Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal**, n. 4, p. 1-34, 2003.

FERRÃO, J. Governança e ordenamento do território: reflexões para uma governança territorial eficiente, justa e democrática. **Prospectiva e planejamento**, v. 17, p. 129-139, 2010.

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turis-**

mo, v.5, n.2, p.226-247, ago. 2011.

MARQUES, T. S.; ALVES, P. O desafio da governança policêntrica. **Prospecção e Planejamento**, vol. 17, 2010, p. 141-164, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução de Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168p.

OSTROM, E. **Governing the Commons**: The Evolution of Institutions for Collective Action. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1990.

PECQUEUR, B. Qualité e développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. *Économie Rurale*, n° 261, p. 37-49, 2001.

PEJUÇARA. Rota das águas, culturas e sabores. *Prefeitura Municipal de Pejuçara*, 16 setembro 2022. Disponível em: <https://www.pejucara.rs.gov.br/noticia/5342/rota-das-aguas-culturas-e-sabores/>. Acesso em: 27 maio 2025.

PIRES, E. L. S; FUINI, L.L.; FIGUEIREDO FILHO, W. B.; MENDES, E. L. A Governança

territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação.

Geographia, v.19, n.41, p.24-38, 2017.

RABAHY, W. A. Análise e perspectivas do turismo no Brasil. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 14, p. 1-13, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Turismo. *Regiões Turísticas*. Disponível em: <https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/regiao>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RODRIGUES, S.L.; SOUZA, M. O papel das Governanças na regionalização do turismo.

Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.8, n.2, mai/ago2015, pp.234-250.

ROTA ACS (ROTA DAS ÁGUAS, CULTURAS & SABORES). *Municípios*. Disponível em: <https://rotaacs.com.br/municipios/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

TORFING, J.; PETERS, B.G.; PIERRE, J.; SORENSEN, E. **Interactive governance**: Advancing the paradigm. Oxford: Oxford University Press, 2012.

XAVIER, T. R.; TOTTI, K. A. S.; RADDATZ, S. M. F. Aplicação do programa de regionalização do turismo em uma instância de governança regional no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. **Turismo: Visão e Ação**, v. 23, p. 86-109, 2021.

WORLD BANK GROUP. Governance and Development. 1992. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/604951468739447676/Governance-and-development>. Acesso em 02 fev de 2025.

GOVERNANÇA CORPORATIVA EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE CORONEL BICACO

Cleiton Jardel Carneiro
Nelson José Thesing

Introdução

Entende-se que as organizações ocupam um espaço especial, um papel fundamental no desenvolvimento da sociedade, um processo que oportuniza uma consciência e a construção de referenciais teóricos-metodológicos para a compreensão das práticas em diferentes organizações. Um caminhar que necessita da distribuição de responsabilidade a ser efetivada por colaboradores, empresários, instituições de ensino e pesquisa, pelas políticas públicas.

Portanto, investigar as organizações indicam um campo de complexidade, de um volume de operações que se multiplicam com o crescimento e desenvolvimento das organizações, uma manifestação de um fenômeno que levou o surgimento da chamada Teoria da Agência, que teve como primeiros pesquisadores, Adolph Berle e Gardiner Means que documentaram o estudo em sua obra *The Modern Corporations and Private Property*, publicado em 1932 (BERLE; MEANS, 1984). Essa matriz de pesquisa foi seguida mais tarde, em 1937 por (COASE, 1937), que segundo (NASCIMENTO; BIANCHI, 2005), abordou de forma pioneira a natureza da firma, no que se refere à consideração dos aspectos internos da empresa, enfatizando a imagem do empreendedor como a figura-chave para a alocação correta de recursos no processo de tomada de decisões.

Neste sentido, estabelecer uma articulação, da Teoria de Agência, com um campo de estudo voltado para a agricultor familiar, onde o agricultor assume um papel em sua propriedade de agente, tanto de produção, quanto de gestão, onde observa-se a agricultura de natureza familiar, com uma integração no processo de agroindustrialização da produção, ou seja, a industrialização da produção, oriunda da agricultura familiar, que

representa um papel fundamental na manutenção da qualidade de vida das famílias do campo (NASCIMENTO; BIANCHI, 2005).

Lima e Cunha (2011), destacam a importância da agregação de valor da produção agrícola familiar através do processo de agroindustrialização, como uma forma de manter o homem ao campo e gerar alternativas de incremento de renda para os mesmos, desta forma evidencia-se a importância do processo de agroindustrialização na geração de trabalho e renda, contemplando incorporação da mão de obra familiar

Portanto, ao tratar das agroindústrias e a Teoria de Agência, tendo presente o crescimento das organizações, verifica-se a necessidade do estudo da governança corporativa em agroindústrias. Atenta-se para as diversas definições de governança corporativa, em geral trata-se de mecanismos de gestão e participação dos agentes envolvidos na organização. O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) define Governança Corporativa como o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle (IBGC, 2009).

Por conseguinte, verificar a governança na agricultura familiar, de forma pontual no processo de agroindustrialização, em um ambiente de produção de alimentos, significa um olhar para a padronização e aumento da eficiência desses empreendimentos, para incorporar a Teoria da Agência, a governança corporativa em agroindústrias familiares. Assim, a Teoria da Agência poderá contribuir na compreensão dos conflitos, os custos, o movimento entre a propriedade e o controle de capital, o que origina as assimetrias informacionais, os riscos e outros problemas pertinentes à relação principal-agente (JENSEN; MECKLING, 1976). Ainda, governança corporativa corresponde à fixação pelos conselhos mecanismos, estruturas e incentivos que compõem o sistema de controle de gestão e que devem direcionar o comportamento dos administradores para o cumprimento dos objetivos estipulados pelos acionistas, além de assegurar que os executivos não se afastem deles (IBGC, 2007).

Diante do exposto tem-se a seguinte questão de investigação: Como se estrutura a Governança Corporativa nas agroindústrias familiares? Para dar resposta a questão de pesquisa proposta, o objetivo é analisar os mecanismos de governança presente na agroindústria da

agricultura familiar no município de Coronel Bicaco/RS e analisar como a mesma está organizada, para além de compreender como ocorre a participação dos agentes envolvidos na produção e gestão da agroindústria.

Assim, o presente estudo busca analisar uma agroindústria de massas localizada no município de Coronel Bicaco, que é administrada de forma comunitária/compartilhada por um grupo de mulheres. Observa-se que estudos com certo grau de semelhança já foram desenvolvidos, como por Silveira (2017), tendo como objetivo analisar as estruturas de governança e os mecanismos de coordenação adotados pelas agroindústrias familiares no Corede Médio Alto Uruguai. Ainda, Felipe *et al.* (2020), realizaram um estudo multicaso no Paraná para compreender os mecanismos de governança na compra de mandioca pelas fecularias e como elas estão adotando coordenações plurais nesse negócio. Assim, o presente estudo, apresenta uma particularidade, uma agroindústria administrada e operada exclusivamente por mulheres, no município de Coronel Bicaco.

Teoria da agência

A Teoria da Agência visa o entendimento e a percepção da relação entre dois atores ou mais, em determinadas organizações, tendo seu ponto de partida nos estudos realizado por (BERLE; MEANS 1932). Os autores pesquisaram empresas norte americanas de grande porte durante os anos de 1930, os quais constataram que as empresas típicas do século XIX, pertenciam a um proprietário ou em alguns casos a um pequeno grupo de proprietários e que o sistema de gestão presente era restrito a estes proprietários. Um processo que era gestado pelo patrimônio pessoal dos proprietários. A nova concepção busca separação entre patrimônio e gestão para consolidar em um novo formato de organização, onde os proprietários assumem as grandes estratégias e delegam as funções de gestão, a um administrador que posteriormente passou a ser classificado como agente.

Para Jensen e Meckling (1976), o relacionamento de Agência ocorre a partir de uma relação contratual, de um ou mais indivíduos (proprietários/acionistas), que contratam um ou mais indivíduos (agentes/gerentes), para desempenhar algum trabalho em seu favor, o que envolve delegação de autoridade e representatividade para a tomada de decisão pelo agente/gerente em nome do proprietário/acionista. A Teoria da Agência divide os agentes de duas formas: o chamado principal que na relação estabelece papel de liderança e o chamado agente que dá origem ao nome

da teoria, o agente é o indivíduo recrutado pelo principal para ocupar determinada posição dentro de uma organização.

Para Hendriksen e Breda (1999), um desses dois indivíduos é um agente do outro, chamado de principal – daí o nome de teoria de agency. O agente compromete-se a realizar certas tarefas para o principal; o principal compromete-se a remunerar o “agente”. Dentro desta relação espera-se que o agente desenvolva atividades e tarefas que sejam de interesse do principal, o qual deve remunerar o agente de acordo com a atividade desenvolvida, esta relação é regulamentada em sua maioria por um termo contratual onde ambas as partes entram em acordo sobre os termos do contrato.

Daily, *et. al.*, (2003, p. 371- 372), destaca que os estudos sobre governança com base na teoria da agencia ganharam maior visibilidade a partir de dois fatores, o primeiro é referente a uma teoria bastante simples, onde grandes corporações são reduzidas a dois participantes, gestores e acionistas, onde cada um assume de forma clara e consistente os seus interesses. Já em segundo, a noção de que o ser humano ao apresentar interesses próprios, geralmente não apresentara disposição para sacrificar seus interesses pelos de outro indivíduo.

Já Bronstein (2021) destaca que cabe ao proprietário/acionista delimitar o campo de atuação dos agentes/gerentes, determinando incentivos adequados e arcar com os custos do monitoramento visando impedir atividades anômalas e limitar extravagâncias do agente/gerente. O problema da agência se encontra na possibilidade do agente em tomar decisões que favoreçam a sua função/utilidade e não a maximização de lucros do principal.

Agroindústrias familiares

A agroindústria familiar “é um empreendimento que agrega valor aos produtos primários produzidos pela família e ao longo do tempo se transformou em alternativa de complementação de renda dos pequenos produtores rurais” (ANES *et al.*, 2018, p.110).

É evidente a contribuição e de fundamental importância a agricultura familiar na produção de alimentos e segurança alimentar nacional, destaca Gomes e Schmidt (2014), Ainda, ressaltam os autores que a implantação de pequenas agroindústrias familiares no meio rural, vem caracterizando-se, cada vez mais, como uma importante alternativa de geração de renda no campo, abrindo novos postos de trabalho e motivando

os jovens a permanecerem em suas propriedades, reduzindo parcialmente o quadro de êxodo rural e, em alguns casos, oportunizando o retorno de jovens ao meio rural. Sendo assim a agroindustrialização apresenta-se como uma importante ferramenta de valorização e incentivo à agricultura de base familiar.

Assim, o processo da agroindustrialização busca valorizar a produção local, mediante produtos agroindustrializados que mantêm as características de determinado local, costume e cultura. Desta forma a agroindústria atua também na valorização cultural do local. Para Mior (2005, p 191), a agroindústria familiar precisa ter “sua localização no meio rural, utilizar máquinas e equipamentos de menores escalas, onde a procedência de sua matéria prima é própria ou dos vizinhos, assim como a mão-de-obra, remetendo geralmente a um produto artesanal”.

Segundo Niederle e Júnior (2009), diferentemente das multinacionais, as agroindústrias familiares articulam-se firmemente com os espaços locais mobilizando ativos de capital social presentes nas diversas redes de comercialização, onde se destacam os laços de parentesco, amizade e confiança. Essas funcionam reativando vínculos sociais e construindo mercados. Desta forma além de contribuir para melhoria da qualidade de vida da família envolvida com a produção e de estimular o comércio local, a agroindústria estimula ainda as relações sociais e o aumento da confiança nas relações comerciais locais.

Governança corporativa

A governança corporativa pode ser considerada como mecanismos de gestão, controle e direção adotados na organização para que esta atenda aos interesses dos seus *stakeholders*, principalmente os de interesses financeiros. Segundo Child e Rodrigues (2003), a preocupação da governança centra-se nos mecanismos que fazem com que os agentes se empenhem em atingir os objetivos organizacionais, ou seja, em assegurar um retorno aceitável para os proprietários da empresa. Na mesma linha de pensamento, Fiorini *et al.*, (2016) descreve que a governança corporativa trata de um meio de estabelecer e manter a harmonia entre os acionistas e os altos executivos das empresas. Através dela, busca-se identificar maneiras de garantir que as decisões sejam tomadas de forma eficaz, sem perder o foco na eficiência operacional e maximização dos resultados.

Oliveira Bertucci *et. al.* (2006), identificam quatro modelos de governança corporativa: modelo financeiro, focado no retorno financeiro dos investidores; modelo dos públicos relevantes (*stakeholders*), que preconiza a responsabilidade social; modelo político, cuja ênfase é a questão institucional; modelo de procuradoria, que valoriza o poder de os gerentes gerarem valores tangíveis e intangíveis. Dentre os quatro modelos observa-se maior abrangência e disseminação nos modelos financeiros e no modelo dos públicos relevantes, por estarem ligados diretamente ao retorno financeiro dos seus acionistas.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, (IBGC, 2009), ressalta que existem quatro princípios da governança corporativa: 1) Transparência (*disclosure*), está ligado à transparência das informações e do acesso a essas informações pelos stakeholders. 2) Equidade (*fairness*, ou senso de justiça), buscar tratamento justo e igualitário a todos os envolvidos de diferentes esferas, sejam eles acionistas ou stakeholders. 3) Prestação de contas (*accountability*), sabendo que cada agente tem sua parcela de responsabilidade dentro da organização e que os mesmos devem satisfação das atitudes tomadas e até mesmo dos objetivos não alcançados. 4) Responsabilidade corporativa social e ambiental, está direcionado a responsabilidade da empresa com a sustentabilidade a médio e longo prazo.

No âmbito das organizações familiares, Troccoli e Lisboa (2018), destacam que a governança em empresa familiar é o conjunto de instâncias, de práticas e de princípios, formais ou informais, disseminados no âmbito da organização familiar, que consolidam a estrutura de poder e que orientam o sistema de relações estabelecido entre os indivíduos pertencentes às esferas da família, da propriedade e da gestão. Desta forma a governança corporativa mesmo em uma unidade familiar de produção é de fundamental importância para a organização e para o bom desenvolvimento das operações a serem desenvolvidas.

Vale salientar que por tratar-se de organizações de cunho familiar, questões afetivas podem estar intrínsecas nas atividades produtivas e administrativas da unidade, dificultando em alguns casos a separação entre profissional e familiar. Para Melin e Nordqvist (2000), as empresas familiares tendem a utilizar mecanismos da governança corporativa como, por exemplo, o estabelecimento de conselhos. Entretanto, a efetividade do conselho limita-se a sua estruturação, sendo que o processo de tomada de decisões acaba sendo conduzido em ambiente informal, como em reuniões de família.

Destaca-se que ao longo tempo de interação entre os membros da família, esse processo torna menos propensos a adoção de mecanismos formais na condução do negócio, tanto que, quando a empresa é gerenciada por membros de uma única família, é menor a dependência de estruturas de governança (LEAPTROTT, 2005). Desta forma fica difícil o estabelecimento de um mecanismo de governança específico, sendo assim a existência dos conselhos tornam-se mais efetivos e de fácil implantação. Dentre as práticas recomendadas para esse tipo de organização, destaca-se a adoção de um Conselho de Administração e de um Conselho de Família, bem como a utilização de mecanismos que oportunizam um espaço para os sócios e protocolos familiares, a fim de assegurar uma melhor gestão (SCHNEIDER, et al., 2019).

Portanto, o Conselho de Administração tem como função o monitoramento dos gestores, em nome dos acionistas, na tomada de decisões quanto à venda de ativos, investimentos, desinvestimentos ou aquisições, ofertas de compra por outras empresas, remuneração dos executivos, gestão de riscos auditoria (TIROLE, 2006). Por fim, o Conselho de Família visa definir limites entre familiares e empresariais, preservar valores da família, tratar a organização como fator de união e continuidade da família, definir critérios proteção patrimonial, entre outras atribuições (IBGC, 2015).

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa conta inicialmente com um arcabouço teórico a fim de buscar maior interação com a temática de pesquisa, que poderá servir de lente para a interpretação da agroindústria familiar, no município de Coronel Bicaco. Assim, para responder aos desafios, o estudo conta com a pesquisa descritiva.

No entender Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Neste caso a pesquisa busca descrever a relação entre os agentes envolvidos com a agroindústria a ser analisada, buscando identificar o padrão de governança existente.

Quanto aos procedimentos, a pesquisa apresenta-se na forma de estudo de caso, por se tratar da análise de uma agroindústria localizada no município de Coronel Bicaco. Para Minayo (2014), o estudo de caso contribui na compreensão do fenômeno que não está claramente definido.

Portanto, a pesquisa busca verificar os procedimentos e padrões de governança corporativa adotados pela agroindústria em questão. Quanto aos instrumentos de coleta de dados foi utilizada uma entrevista com os membros da agroindústria.

Por fim, a pesquisa opera em uma abordagem qualitativa, que para Godoy (1995), os estudos qualitativos têm como preocupação fundamental a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. Assim, a pesquisa qualitativa permite maior liberdade de diálogo com os entrevistados, a fim de proporcionar maior segurança para a coleta de informações.

A presente pesquisa buscou analisar os mecanismos de governança dentro de uma agroindústria de cunho familiar, para tanto, utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário em formato de escala *likert* de 5 pontos, com 10 questões referentes a existência ou não de mecanismos de governança e o quão importante este mecanismo é para os membros da agroindústria, as respostas possíveis foram (tem) se é adotada a pratica de governança e (não tem) se a pratica de governança não é adotada na agroindústria, a escala de importância varia de 1 a 5, sendo respectivamente, 1- irrelevante, 2- pouco importante, 3- indiferente, 4-importante, 5- muito importante. A escala *likert* foi criada por *Rensis Likert* em 1932, que em sua tese, Likert realizou um levantamento usando uma escala de um a cinco pontos, tendo resultado numa escala de pesquisa (Escala de Likert) como um meio de medir atitudes.

O objeto de estudo da pesquisa é uma agroindústria familiar de caráter comunitária, gerida e operada exclusivamente por mulheres, localizada no município de Coronel Bicaco, Rio Grande do Sul, a agroindústria atua de forma informal no município com a produção de massas em geral, observa-se que a mesma possui uma estrutura administrativa definida porem a mesma também é informal, a agroindústria atua a aproximadamente 16 anos no município, conta com sede fixa e planta de produção própria, (EMATER, 2021).

Resultados e discussão

O questionário fora aplicado a uma representante da agroindústria no mês de agosto de 2021, durante uma visita realizada a agroindústria

em estudo, a qual teve o acompanhamento de um técnico do escritório municipal da Emater.

Questão 1: A agroindústria tem algum mecanismo de governança, como: conselhos e comitês? Tem, grau de importância 5. Questão 2: Existe algum mecanismo de distribuição de informação dentro da agroindústria, que gere transparência nas decisões tomadas, como assembleia geral? Tem, grau de importância 5. Questão 3: A agroindústria possui uma estrutura administrativa definida, como a existência de um conselho de administração? Tem, grau de importância 5. Questão 4: É realizada assembleias e ou reuniões para tomada de decisões e discussão de projetos futuros? Tem, grau de importância 5. Questão 5: Em sua opinião é importante a existência de um órgão gestor dentro da agroindústria, como um conselho de administração? Tem, grau de importância 5. Questão 6: Em sua opinião a forma de gestão da agroindústria é transparente e igualitária? Tem, grau de importância 5. Questão 7: Existe proximidade afetiva (grau de parentesco) entre os membros da agroindústria, isso é importante no processo de tomada de decisões? Tem, grau de importância 2. Questão 8: A agroindústria está organizada no formato de associação e/ou cooperativa, qual a importância disso para os membros da agroindústria? Tem, grau de importância 5. Questão 9: A agroindústria apresenta metas definidas, qual a importância do estabelecimento de metas? Tem, grau de importância 5. Questão 10: É oportunizado o direito de opinião e voz ativa dentro da agroindústria a todos os membros? Tem, grau de importância 5.

Nota-se a partir dos resultados que, apesar da agroindústria atuar de forma informal, apresenta uma estrutura administrativa definida com a existência de um grupo responsável pela gestão e transferência de informações dentro da agroindústria. Segundo a literatura utilizada na pesquisa, essa forma de organização caracteriza a existência de um conselho de administração citado por Schneider et.al, 2019; Tirole, 2006. Como um mecanismo de governança utilizado em organizações de cunho familiar, as agroindústrias buscam realizar assembleias e reuniões periódicas afim de manter o diálogo e a transparência dentro da organização. Salienta-se que a realização dessas reuniões gerais vai de encontro com o primeiro princípio de governança corporativa, o princípio da “transparência” estabelecido pelo IBGC, 2009, além das atividades coletivas serem utilizadas na discussão de metas e decisões a serem tomadas referente ao grupo e a agroindústria.

Foi possível observar a existência de grau de parentesco e proximidade afetiva dentro do grupo, como citado no trabalho de Melin e Nordqvist

(2000), que sugerem a existência de grau de parentesco como um fator que pode gerar dificuldade nas relações administrativas da organização, porém verificou-se que a existência de grau de parentesco não prejudica ou influência nas decisões tomadas, ou seja, não sendo evidenciado conflito de agência nas relações.

Referente ao estabelecimento de metas, observa-se que o grupo busca classificar com grau de importância as questões a serem atendidas, como a aquisição de máquinas ou melhorias no espaço físico. Observou-se ainda que a agroindústria busca seguir o modelo de associativismo com seus membros, afim de todos terem o direito a voz e a exposição de ideias e opiniões, fato este que representa o segundo princípio de governança corporativa estabelecido pelo IBGC, 2009 o princípio da “equidade” que busca o tratamento de forma justa e igualitária a todos os membros da organização, este ponto em específico fora salientado pela entrevistada, que ressaltou a importância do direito a voz a todos os membros, ressaltando que o direito a voz proporciona a inclusão e a unificação de todo o grupo envolvido com a agroindústria.

Destaca-se ainda, que na percepção da respondente a agroindústria é considerada como transparente de forma que todas as envolvidas compartilham as informações, alinhando se ao terceiro princípio de governança corporativa estabelecido pelo IBGC, 2009 “prestação de contas” que busca garantir a todos os membros a plena consciência das transações realizadas pela agroindústria, o tempo de existência da agroindústria também é considerado importante, pois a mesma está em atividade a aproximadamente 16 anos e busca manter o grupo de envolvidas unido e forte, para garantir a sobrevivência da agroindústria a médio e longo prazo, contemplando assim o quarto princípio de governança corporativa estabelecido pelo IBGC, 2009 “responsabilidade corporativa social e ambiental” que está relacionado a capacidade de manutenção e sustentabilidade a médio e longo prazo da organização.

A pesquisa desenvolvida apresentou a estrutura de governança corporativa da agroindústria baseada principalmente na confiança entre os membros, como destaca Silveira, 2017 em seu estudo “Estruturas de governança e mecanismos de coordenação em agroindústrias familiares no corede médio alto uruguaí, rs” a confiança criada entre os membros da organização em muitos casos acaba dificultando a existência de mecanismos de governança bem definidos, esse fator ocorre principalmente em virtude da inexistência de oportunismo por parte dos agentes envolvidos nas

transações da organização, sendo baseados e amparados pela moralidade existente entre os mesmos.

Considerações finais

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou o aprofundamento ao conhecimento referente as agroindústrias familiares, a experiência pratica desenvolvida através da visita e aplicação do questionário possibilitou o entendimento da relação existente entre o grupo de envolvidas, vale salientar que a agroindústria estudada atua informalmente dentro do município e que este fator dificulta a existência de padrões de governança bem definidos, outro ponto a salientar é a baixa escolaridade do grupo em questão, fator este que também dificulta o estabelecimento de uma estrutura de governança.

Verificou-se sobre tudo que a agroindústria apresenta uma estrutura de gestão compartilhada entre as envolvidas, sendo assim, mesmo que informalmente, existe padrões de governança que são seguidos e que puderam ser identificados, como a existência de um órgão gestor responsável pela administração (conselho de administração) e a realização de reuniões gerais periódicas para a discussão de objetivos, metas e apresentação dos resultados da agroindústria.

Destaca-se que a pesquisa atendeu ao objetivo proposto, ao identificar que existe mesmo que informalmente, estruturas definidas e que seguem padrões de governança como já citado no artigo, desta forma considera-se que a pesquisa fora relevante no âmbito de estudo dos acadêmicos e que agregou informações fundamentais referente ao processo de governança em agroindústrias de caráter familiar. Salienta-se que estudos futuros poderão ser desenvolvidos na área, afim de aprofundar o conhecimento e detalhar os mecanismos utilizados.

Nesse sentido destaca-se, na organização objeto de estudo, a presença de uma diretoria a qual aproxima-se ao conselho de administração, o qual é indicado pela literatura a respeito do tema como mecanismo de governança. Observa-se também que a participação dos agentes envolvidos na produção e gestão da agroindústria ocorre de forma efetiva e participativa, através do diálogo mantido nos momentos de produção e em reuniões gerais desenvolvidas pelo conselho de administração.

Com isso, as limitações deste estudo estão em identificar de forma clara a estrutura de governança estabelecida na agroindústria, tendo

como ponto de partida o fato da mesma trabalhar de forma informal e não apresentar estrutura administrativa documentada, dificultando a organização da estrutura gestora da agroindústria e da estrutura fiscalizadora.

Sendo assim, sugere-se para estudos seguintes, considerar a forma de organização informal estabelecida pela relação de confiança entre os membros, criada ao longo do tempo de atuação da agroindústria. É possível ainda, buscar alternativas para organizar e documentar a relação de confiança existente dentro do grupo envolvido com a organização.

Referências

ANES, C.E.R.; DEPONTI, C. M.; AREND, S.C. As racionalidades instrumental e substantiva na dinâmica produtiva das agroindústrias familiares na região das Missões Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR • v. 14, n. 2, p. 107-132, jan/2018. Apud: BESEN, Fabíola Graciele et al. AGRICULTURA FAMILIAR E REPRODUÇÃO SOCIAL: ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DE UM GRUPO DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS DO OESTE DO PARANÁ. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 52, n. 1, p. 163-183, 2021.

BERMUDES, Wanderson Lyrio et al. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Revista Vértices**, v. 18, n. 2, p. 7-20, 2016.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C.A **Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada**. São Paulo: Abril Cultural, 1984 apud: NASCIMENTO, Auster Moreira; BIANCHI, Marcia. Um estudo sobre o papel da controladoria no processo de redução de conflitos de agência e de governança corporativa. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**. 2005. p. 2005.

BERLE, Adolf Jr; MEANS, Gardner. The Modern Corporation and private property. New York: MacMillan publishing company, 1932. Apud: BRONSTEIN, Michelle Muniz. Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 1, n. 1, 2021.

BRONSTEIN, Michelle Muniz. Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 1, n. 1, 2021.

CHILD, J.; RODRIGUES, S. B. Corporate governance and new organizational forms: the problem of double and multiple agency. University of Birmingham, 2002. Working Paper. . Repairing the breach

of trust in corporate governance. University of Birmingham, 2003. Working Paper. Apud: CORREIA, Laíse

Ferraz; AMARAL, Hudson Fernandes. Reflexão sobre as funções da governança corporativa. **REGE Revista de Gestão**, v. 13, n. 1, p. 43-55, 2006.

COASE, Ronald. The Nature of the Firm. In: **Econômica**, 4. 1937. p. 386 - 405. Apud: NASCIMENTO, Auster Moreira; BIANCHI, Marcia. Um estudo sobre o papel da controladoria no processo de redução de conflitos de agência e de governança corporativa. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**. 2005. p. 2005.

DAILY, C., DALTON, D. R., CANNELLA Jr., A. A. Corporate governance: decades of dialogue and data. *Academy of Management Review*, v. 28, p. 371-382, 2003. Apud: BRONSTEIN, Michelle Muniz. Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 1, n. 1, 2021.

EMATER. Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS. Escritório Municipal. Coronel Bicaco, 2021.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa - tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo: RAE, v.35, maio/jun. 1995.

OLIVEIRA BERTUCCI, Janete Lara; BERNARDES, Patrícia; BRANDÃO, Mônica Mansur. Políticas e práticas de governança corporativa em empresas brasileiras de capital aberto. **Revista de Administração**, v. 41, n. 2, p. 183-196, 2006.

FELIPE, Fábio Isaias et al. Formas de coordenação das feculárias na compra de mandioca no Paraná. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 1, p. 59, 2020.

FIORINI, Filipe Antônio; JUNIOR, Nelson Alonso; ALONSO, Vera Lucia Chaves. Governança Corporativa: Conceitos e Aplicações. **Proceedings of the XIII Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia (SEGet)**, **Rezende, Brazil**, p. 30-31, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, p. 44-45, 2002.

GOMES, Ezio José; SCHMIDT, Carmen Elizabeth Finkler. **A Importância das Redes Cooperativas de Agroindústrias Familiares para a Permanência dos Jovens no Meio Rural**. *Reflexão Cooperativista*, n.3, p.77-82,

Porto Alegre, ago. 2014.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDÁ, Michael F. Van. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999. Apud: DALMÁCIO, Flávia Zóboli; NOSSA, Valcerino. A teoria de agência aplicada aos fundos de investimento. **Brazilian Business Review**, v. 1, n. 1, p. 31-44, 2004.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia de Orientação para o Conselho Fiscal**. (2ª edição). 2007.

IBGC- Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (2015). **Código das melhores práticas de governança corporativa** (5ª ed.). São Paulo, IBGC. Recuperado em 16, maio, 2018, de http://www.ibgc.org.br/userfiles/2014/files/codigoMP_5edicao_web.pdf. Apud: SCHNEIDER, Leandro; DA ROSA, Caroline; BAGGIO, Daniel Knebel. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS FAMILIARES. **Revista de Governança Corporativa**, v. 6, n. 1, 2019.

IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa. 4ª ed. 2009. Apud: DO CARVALHAL, Raquel Lourenço; BORDEAUX-RÊGO, Ricardo. Teoria do agente, teoria da firma e os mecanismos de governança corporativa no Brasil. **Relatórios de Pesquisa em Engenharia de Produção**, Niterói: UFF, v. 10, n. 13, 2010.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. **Journal of financial economics**, v. 3, n. 4, p. 305-360, 1976. Apud: BRONSTEIN, Michelle Muniz. Levantamento Bibliométrico: Governança Corporativa, Teoria da Agência e Teoria dos Stakeholders no Campo da Administração. **Revista Cadernos de Negócios**, v. 1, n. 1, 2021.

LEAPTROTT, J. **An Institutional Theory View of the Family Business**. **Family Business Review**. San Francisco. 2005. Setembro, vol. 18, 215-228p. Apud: MIZUMOTO, Fabio Matuoka; MACHADO FILHO, Claudio Pinheiro. **Práticas de governança corporativa em empresa familiar de capital fechado: um estudo de caso**. **Revista de Negócios**, v. 12, n. 2, p. 3-17, 2007.

LIMA, K. P.; CUNHA, M. A. Gestão ambiental em agroindústrias familiares do município de Francisco Beltrão. **Revista Synergismus Scientifica**. Pato Branco, v. 6, 2011.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**.

Chapecó: Argos, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 14º ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.

MELIN, L. e NORDQVIST, M. **Corporate Governance Processes in Family Firms: The Role of Influential Actors and the Strategic Arena**. ICSB World Conference, 2000. Apud: MIZUMOTO, Fabio Matuoka; MACHADO FILHO, Claudio Pinheiro. **Práticas de governança corporativa em empresa familiar de capital fechado: um estudo de caso. Revista de Negócios**, v. 12, n. 2, p. 3-17, 2007.

NASCIMENTO, Auster Moreira; BIANCHI, Marcia. Um estudo sobre o papel da controladoria no processo de redução de conflitos de agência e de governança corporativa. In: **CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE**. 2005. p. 2005.

NIEDERLE, Paulo André; JUNIOR, Valdemar João Wesz. A agroindústria familiar na região Missões: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 3, p. 75-102, 2009.

SCHNEIDER, Leandro; DA ROSA, Caroline; BAGGIO, Daniel Knebel. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS FAMILIARES. **Revista de Governança Corporativa**, v. 6, n. 1, 2019.

SILVEIRA, Jaqueline Patricia. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E MECANISMOS DE COORDENAÇÃO EM AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES NO COREDE MÉDIO ALTO URUGUAI, RS, Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

TIROLE, J. (2006). The theory of corporate. Princeton University Press. Apud: SCHNEIDER, Leandro; DA ROSA, Caroline; BAGGIO, Daniel Knebel. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA EM EMPRESAS FAMILIARES. **Revista de Governança Corporativa**, v. 6, n. 1, 2019.

TROCCOLI, I. R., & LISBOA, F. (2018). Governança corporativa na empresa familiar: uma conciliação possível? *Revista Vianna Sapiens*, 9(1), 32. <https://doi.org/10.31994/rvs.v9i1.291>.

COOPERATIVISMO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA AGRICULTURA FAMILIAR: O CASO DA COOPERATIVA NATUAGRO, NO NOROESTE DO RS

Darlan Ariel Prochnow
Nelson José Thesiong

Introdução

Entre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o segundo possui como tema “Fome Zero e Agricultura Sustentável”. Em contraste com as metas deste objetivo, a agricultura familiar ainda segue um modelo de desenvolvimento representado pelo uso intensivo de recursos naturais e agroquímicos. Para Silva *et al.* (2019) o uso intenso da agricultura convencional resultou em muitos desastres ambientais, ocasionados principalmente pela aplicação de agrotóxicos, utilizados indiscriminadamente. Segundo estes autores, existe hoje a conscientização de que tais fatores podem comprometer a saúde humana, bem como o meio ambiente e a produção de alimentos no futuro, principalmente para agricultores familiares.

Deste modo, é notório que a ausência de práticas sustentáveis, no âmbito da agricultura familiar, enfraquece o simbolismo ambiental da ruralidade e o crescimento social local, abrindo ainda mais espaços para as disparidades econômicas do setor, privando a agricultura familiar de promover o desenvolvimento sustentável (SILVA; TORRES, 2020). Diante deste cenário, algumas alternativas são apontadas quando o assunto se refere ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar, destacando-se o cooperativismo.

Os empreendimentos cooperativos, comprometidos com a agricultura familiar, já são e podem ser cada vez mais meios de construção de uma economia e de uma sociedade sustentável, por exercerem

importante papel na transmissão da responsabilidade social, bem como na conscientização para o uso eficiente dos recursos naturais às várias gerações. Assim, a relevância do cooperativismo na agricultura familiar se justifica, pela sua capacidade de gerar oportunidades de trabalho e renda, pela produção de alimentos, pela manutenção das famílias no campo e pela construção de alternativas de desenvolvimento, com menores danos ambientais, impulsionando o crescimento socioeconômico local (SCHNEIDER, 2015; GIAGNOCAVO; GALDEANO-GÓMEZ; PÉREZ-MESA, 2018).

Para que uma prática sustentável se torne instituída dentro de uma cooperativa, ela deve passar pelo processo de institucionalização, o qual pode ser mensurado em níveis de escala. Durante esse período, as organizações sofrem pressões do processo, conforme o interesse material ou simbólico, que pode dificultar ou facilitar a assimilação das práticas (TOLBERT; ZUCKER, 1998). A institucionalização de práticas sustentáveis apresenta notáveis benefícios, tanto para as cooperativas, quanto para a sociedade em geral, pois colabora para a formação da identidade organizacional, e também por deixar transparecer seus princípios, valores, ações e padrões, os quais são construídos e comprovados pelos atores sociais, ao mesmo tempo em que são reconhecidos pela sociedade (LIMA *et al.*, 2011).

Mesmo que as cooperativas apresentem papel relevante na institucionalização de práticas sustentáveis, são poucos os estudos que se referem ao seu papel na sustentabilidade social. Também devem ser mais investigados os conflitos que envolvem a sustentabilidade econômica e a ambiental (CANDEMIR; DUVALEIX; LATRUFFE, 2021). Considerando tais apontamentos, este estudo pretende avançar nas discussões que englobam o cooperativismo enquanto ferramenta de sustentabilidade econômica, social e ambiental, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. Por isso, o objetivo da pesquisa é interpretar como ocorre o processo de institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

Fundamentação teórica

Teoria institucional e o processo de institucionalização

Por fornecer maneiras de compreender padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações, a teoria institucional vem recebendo

espaço nos estudos organizacionais (PEREIRA, 2012). Do mesmo modo, Machado da Silva e Fonseca (2010, p. 13) indicam que “uma revisão da literatura especializada revela a utilização crescente dos princípios da teoria institucional contemporânea para explicar a delimitação da estrutura e das ações organizacionais”.

A teoria institucional teve origem em algumas formulações teóricas das últimas décadas do século XIX, em meio aos debates, na Alemanha, sobre o método científico. Assim, nas contribuições teóricas ou empíricas da escola institucional podem se identificar as sementes conceituais de precursores institucionalistas, como os economistas Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, e sociólogos como Emile Durkheim e Max Weber, que aprofundam e concretizam as bases da teoria institucional. As marcas dessas contribuições podem ser vistas nos trabalhos dos modernos institucionalistas, em manifestações tais como a ênfase na mudança e na valorização da pesquisa empírica (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

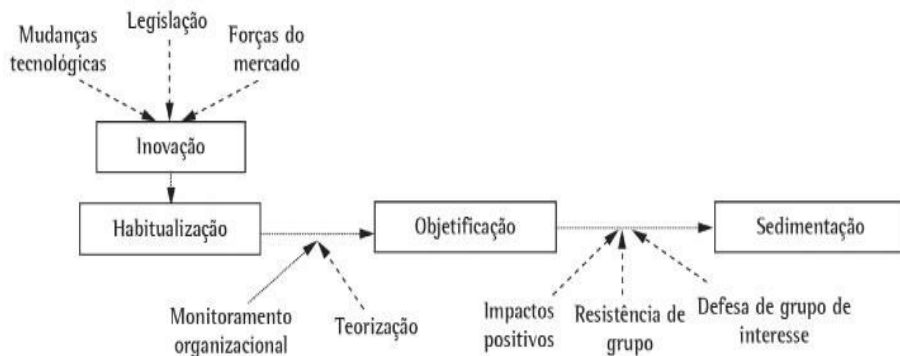
Apoiado em conceitos como a institucionalização, as normas, os mitos e a legitimidade, a escola institucional desenvolveu-se, conforme Chanlat (1989), em três vertentes distintas, quais sejam a econômica, a política e a sociológica. Cada uma das três vertentes oferece subsídios para o entendimento de fenômenos sociais, em seus respectivos âmbitos do conhecimento (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005).

Desta forma, a teoria institucional abandona a compreensão de um ambiente formado exclusivamente por recursos humanos, materiais e econômicos, para destacar a presença de elementos culturais, valores, símbolos, mitos, sistema de crenças e programas profissionais. A consequência deste novo marco na interpretação organizacional revela-se quando a concorrência por recursos e clientes entre as organizações deixa lugar, na perspectiva institucional, à concorrência para alcançar legitimidade institucional e aceitação do ambiente (CARVALHO; VIEIRA, 2003).

Portanto, segundo a teoria institucional, uma organização é vista como um componente de um sistema de relações de um campo específico, a qual é afetada não apenas por questões técnicas e financeiras, mas também por fatores normativos de legitimidade (MACHADO DA SILVA; FONSECA, 2010). A institucionalização, segundo Meyer e Rowan (1977), pode ser entendida como o processo pelo qual comportamentos sociais, obrigações ou realidades assumem status de regra no pensamento social e na ação. Para fins deste estudo, considera-se o processo de institucionalização conforme entendimento de Tolbert e Zucker (1998).

Inspiradas em Berger e Luckmann (1967), Tolbert e Zucker (1998) propõem que, para uma prática tornar-se instituída em uma organização, necessariamente deve passar pelo processo de institucionalização. De acordo com as autoras, o processo de institucionalização é dividido em três fases: a habitualização, a objetificação e a sedimentação. A figura 1 demonstra este processo.

Figura 1 - Processos inerentes à institucionalização



Fonte: Tolbert e Zucker (1998, p. 207).

A habitualização consiste no processo de mudança organizacional, quando se almeja desenvolver hábitos na empresa. O resultado é o desenvolvimento de padrões de comportamento para resolução de problemas em questão. A objetificação é o próximo passo rumo à institucionalização, uma vez que alguns princípios já estão sendo incorporados na empresa com certo grau de consenso sobre mudanças. É uma etapa mais permanente e disseminada de incorporação das mudanças organizacionais. A sedimentação é a última fase do processo. Nesse nível, a institucionalização é total, ou seja, as práticas já foram incorporadas nas atividades operacionais das organizações e têm caráter de continuidade, inclusive para as futuras gerações (TOLBERT; ZUCKER, 1998).

Desenvolvimento sustentável e cooperativismo

Nas reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992) nasce a ideia de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nesta, está contida a noção de que a pobreza é geradora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a igualdade social e a qualidade de vida dessa geração e também das próximas.

A solidariedade com as próximas gerações introduz a dimensão ética. O relatório Brundtland (1987) abriu uma imensa discussão na academia sobre o significado de desenvolvimento sustentável (NASCIMENTO, 2012).

O desenvolvimento sustentável, segundo o relatório Brundtland, pode ser atingido com um conjunto de políticas capazes de, concomitantemente, assegurar o aumento da renda nacional, o acesso a direitos sociais básicos (como segurança econômica, acesso a saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente. A partir dessa data, a expressão “desenvolvimento sustentável” surgiu para substituir quase que completamente a de “ecodesenvolvimento”, embora expresse o mesmo conceito normativo (ROMEIRO, 2012).

A abordagem de sustentabilidade, apoiada sobre três dimensões, foi inicialmente proposta por Elkington, em um conceito conhecido por “*Triple Bottom Line*” ou tripé da sustentabilidade (ELKINGTON, 1997). Ignacy Sachs, considerado o criador do termo desenvolvimento sustentável, também faz referência aos três pilares da sustentabilidade. Para Sachs (2002, p.42), “atender simultaneamente os critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica” são os três pilares do desenvolvimento sustentável.

Com o passar dos anos, a intensificação e a velocidade da globalização, junto às preocupações sobre os impactos causados por esse crescimento, dentre outros fatores, contribuíram para o crescimento da noção de desenvolvimento apoiado sobre as dimensões econômica, social e ambiental. Assim, nota-se que é imprescindível pensar o desenvolvimento de forma mais ampla e menos unilateral, visto que não há mais sentido pensá-lo longe das dimensões ambientais, sociais, econômicas, institucionais e demais critérios e fatores que envolvem a pluralidade das atuais organizações (LIMA *et al.*, 2021).

Entre as organizações com potencial de atender os critérios de sustentabilidade, são destacadas as organizações cooperativas, surgidas no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970 com duas características: servir ao agronegócio para fins organizacionais, e para a agricultura familiar, como forma de ascensão socioeconômica (BOTTI CAPELLARI; CATANEO DREI, 2020).

Amparados pelo quinto princípio cooperativista, os associados recebem formação e educação cooperativa, são educados e motivados para não desperdiçar os recursos que lhes são disponíveis, não destroem o

potencial natural e produtivo do seu patrimônio, em atenção a si próprios e em prol das gerações futuras. Isso atende a perspectiva do conceito de desenvolvimento sustentável, quando este estabelece que é preciso suprir às necessidades das gerações presentes, sem comprometer a possibilidade de que as gerações futuras satisfaçam as suas próprias necessidades (SCHNEIDER, 2015).

Especialmente na agricultura familiar, o empreendimento cooperativo representa uma importante alternativa de inserção no mercado para estes agricultores, os quais foram excluídos do modelo de produção centrado na exportação de commodities. As origens das cooperativas rurais e agrícolas encontram-se, em parte, relacionadas às experiências coletivistas de ajuda mútua no campo e, em parte, às condições da agricultura moderna, tendo se desenvolvido desde que a economia rural passou a estar relacionada ao mercado – seja pela necessidade de crédito, da aquisição de adubos, sementes, entre outros, seja pela necessidade de comercialização da produção (WEBERLING, 2020).

Metodologia

A pesquisa possui natureza aplicada e abordagem qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, por possuir como objetivo principal a descrição das características que envolvem o processo de institucionalização de práticas sustentáveis na agricultura familiar, investigando as opiniões, atitudes e crenças de dirigente da cooperativa objeto de estudo (GIL, 2014).

Como estratégia de pesquisa foi adotado o estudo de caso. Para Yin (2001, p. 32) o estudo de caso “é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Como técnicas de coleta de dados, utilizou-se questionário, entrevista em profundidade e observação não participante.

O questionário foi respondido pelo presidente da cooperativa objeto de estudo. O mesmo continha questões para caracterização da cooperativa, tais como data de fundação, número de associados ativos, abrangência de atuação e tipos de produtos comercializados.

A entrevista em profundidade é uma entrevista não estruturada, direta, pessoal, em que um respondente de cada vez é sondado por um entrevistador altamente qualificado a revelar motivações, crenças, atitudes

e sentimentos sobre um determinado assunto (MALHOTRA, 2019). O sujeito entrevistado foi o tesoureiro da cooperativa. Para a realização da entrevista foram tomadas as precauções referentes à pandemia de Covid-19, com o uso de máscara pelo entrevistado e entrevistador, e mantida distância de dois metros entre ambos. O áudio da entrevista foi transcrito para, posteriormente, ser feita a análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

As categorias de análise foram extraídas de Alves, Castro e Souto (2014), sendo que para este estudo foram excluídas as categorias legitimação e isomorfismo, restando as categorias que envolvem efetivamente o processo de institucionalização, quais sejam a habitualização, a objetificação e a sedimentação.

A observação adotada é do tipo não participante, onde o pesquisador permanece alheio à comunidade ou processo ao qual está pesquisando, tendo um papel de espectador do objeto observado (GIL, 2014). A observação foi realizada no prédio da cooperativa, em dias úteis onde a rotina de trabalho era efetuada normalmente. Foram tiradas fotos no ambiente interno e externo da cooperativa, como meio de registro das observações. Deste modo, foi possível compreender quais práticas sustentáveis estão institucionalizadas na cooperativa, ou seja, são adotadas de maneira frequente e existe o compromisso de mantê-las nos próximos anos.

Resultados

Características da Cooperativa Natuagro e práticas sustentáveis institucionalizadas

Fundada no ano de 2005, a cooperativa de Agricultores Familiares de Produtos Agroecológicos e Coloniais do Noroeste do Rio Grande do Sul LTDA - NATUAGRO, do Município de Ijuí/RS, possui 32 associados ativos. Atua no comércio local de alimentos, destacadamente no ramo de panificados e hortigranjeiros. A figura 2 apresenta o ambiente interno da Natuagro.

Figura 2 - Vista interna do prédio sede da cooperativa Natuagro



Fonte: Autores, 2021.

Em entrevista, um dos dirigentes da cooperativa informou as práticas sustentáveis realizadas com frequência. Para fins deste estudo, as práticas foram divididas segundo as três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental.

Na dimensão econômica, as práticas que a Natuagro sempre realiza são: Controle de qualidade sobre seus produtos e serviços; Promoção de ações que ampliem a lucratividade por unidade produzida; Soluções aos problemas operacionais ou administrativos; Instalações e equipamentos atendem as necessidades de trabalho; Preço de venda estipulado de acordo com critérios que assegurem margem de lucro.

Com a observação no prédio sede da cooperativa, ficou evidenciado que a cooperativa preza pela qualidade dos produtos, bem como possui instalações adequadas, preço de venda com margem de lucro (elaborado pelo associado que entrega o produto). A entrevista apontou que são geradas soluções aos problemas de ordem operacional ou administrativa. No entanto, a promoção de ações que ampliem a lucratividade não pode ser classificada como uma prática institucionalizada, pois a cooperativa não faz nenhum tipo de campanha promocional, onde, segundo dirigente, os

clientes conhecem a cooperativa apenas quando outras pessoas falam a seu respeito, o chamado “boca-a-boca”.

Na dimensão social, as práticas sempre realizadas são: Alinhamento entre interesses dos associados e da cooperativa; Aceitação de grupos sociais minoritários (mulheres, afrodescendentes, etc.) no quadro social. Estas práticas podem ser consideradas institucionalizadas, pois foram observados associados de diferentes origens étnicas, bem como jovens e mulheres no quadro social. O alinhamento entre interesses dos associados e da cooperativa também existe, visto que a cooperativa realiza reuniões para discutir os interesses comuns dos associados.

Na dimensão ambiental, as práticas sempre realizadas são: Respeito às normas e regulamentos internos relacionados às questões ambientais; Utilização de forma racional de agrotóxicos e demais produtos nocivos ao meio ambiente. Os agrotóxicos são utilizados de maneira controlada, a cooperativa chegou a produzir alimentos de forma totalmente orgânica.

Este tipo de produção só não foi continuado pela dificuldade em manter os padrões necessários. Segundo dirigente da cooperativa, não basta o associado produzir de forma orgânica, se o vizinho pulveriza a plantação com produtos químicos existe a contaminação pela deriva. Este cuidado com as questões ambientais indica que a cooperativa segue as normas e regulamentos da área.

Portanto, entende-se que esse conjunto de práticas mencionadas, as quais foram observadas na cooperativa e relatadas através de entrevista, estão institucionalizadas. Para interpretar como ocorreu o processo de institucionalização destas práticas, foi entrevistado um dirigente e realizada observação não participante. Os resultados são apresentados a seguir.

Habitualização

O primeiro estágio do processo de institucionalização é a habitualização (TOLBERT; ZUCKER, 1998). Para fins deste estudo, essa categoria foi dividida em subcategorias, que são inovação, estrutura, monitoramento organizacional e políticas e procedimentos.

Quanto a subcategoria inovação, a entrevista revelou que, quanto aos produtos comercializados pela cooperativa, não existem grandes mudanças ou inovações ao longo do

tempo de atuação da cooperativa. A grande inovação, relativa aos produtos, era a comercialização de hortigranjeiros orgânicos, entretanto, esta prática foi inviabilizada ao longo do tempo, devido à dificuldade de produção. A inovação, segundo dirigente da cooperativa, está no processo de produção dos hortigranjeiros e panificados, pois “antigamente era só na terra”, referindo-se à produção de verduras e legumes.

Outro ponto abordado, que interferiu positivamente na inovação para adoção de práticas sustentáveis, foram os cursos de qualificação em tecnologia para os associados que, desta forma, puderam aprender novas formas de produção, mais eficientes e menos agressivas ao meio ambiente, gerando produtos de mais qualidade que chegam aos consumidores. E, entretanto, mesmo com inovações no processo produtivo, foi destacado pelo dirigente que a cooperativa busca sempre preservar as características “coloniais” dos produtos, como forma de manter a identidade e agregar valor.

A subcategoria seguinte no estágio de habitualização é a estrutura. A cooperativa não necessitou fazer grandes alterações em sua estrutura física. Entretanto, a adoção de práticas sustentáveis alterou a forma de produção pelos associados. Como visto na subcategoria inovação, foram realizados cursos de aperfeiçoamento pelos associados, o que acarretou novas formas de produzir, que, conseqüentemente, geraram mudanças na estrutura física das unidades de produção. Algumas das mudanças citadas foram a substituição de mesas de madeira por mesas de inox e a instalação de lajotas no piso e azulejo nas paredes.

Na sequência, a terceira subcategoria no estágio de habitualização de práticas sustentáveis é o monitoramento organizacional. Neste sentido, a cooperativa Natuagro acompanhou as práticas de outras cooperativas, porém isso não interferiu na adoção de suas próprias práticas. Segundo dirigente, a Natuagro adotou suas práticas sustentáveis por iniciativa própria, ou ainda por pressões de entidades reguladoras, como a vigilância sanitária e a Emater.

As políticas e procedimentos são a quarta e última subcategoria do estágio de habitualização de práticas sustentáveis. A cooperativa informou que busca manter o padrão de qualidade no que se refere aos produtos comercializados, o processo produtivo e a participação dos associados de forma democrática. Cada associado produz de forma independente, porém todos possuem conhecimento das práticas de cuidado com o meio ambiente.

Objetificação

A objetificação é o segundo estágio do processo de institucionalização. Está dividida em três subcategorias, que são consenso social, difusão da estrutura e presença de *Champions*. De acordo com dirigente da Natuagro, o consenso para realização de práticas sustentáveis se faz presente na cooperativa. As decisões, para implantação de uma prática, são definidas em reunião, sendo essa a forma mais democrática de decisão, a qual contempla o princípio cooperativista.

Quanto a subcategoria difusão da estrutura, o dirigente da cooperativa foi questionado se haviam recursos (financeiros, humanos, etc.) para a adoção das práticas sustentáveis, uma vez que já havia o consenso pela adoção entre os associados. Deste modo, o dirigente explicou que o trabalho para ajustar a estrutura da cooperativa iniciou mesmo antes de sua fundação, visto que a parceria de outras entidades, como Emater, Universidade local e prefeitura municipal foram importantes na incorporação de recursos financeiros e orientação técnica.

Entretanto, mesmo com o apoio de outras entidades, a Natuagro não dispunha de recursos financeiros abundantes para realização de práticas sustentáveis. Segundo o dirigente, existe a dificuldade em captar recursos para, por exemplo, instalar painéis de energia solar, uma meta que faz parte dos planos da cooperativa.

A última subcategoria, do estágio de habitualização, é a presença de *champions*, que são grupos de pessoas que podem influenciar uma organização a institucionalizar uma devida prática. No caso da Natuagro, a presença de *champions* poderia estar entre os associados, porém o dirigente entrevistado afirmou não haver pressão por parte de nenhum grupo para a adoção de práticas sustentáveis. O que ocorre na cooperativa é a proposição de ideias por parte dos associados, as quais, se julgadas pertinentes por parte da diretoria, passam por votação e assim se define a adoção ou não de determinada prática.

Sedimentação

O estágio de sedimentação, o último do processo de institucionalização, foi dividido entre as subcategorias resultados positivos, continuidade da estrutura e baixa resistência.

Quanto a subcategoria resultados positivos, a Natuagro percebe que isso aconteceu com a adoção de práticas sustentáveis. O maior ponto positivo, segundo o dirigente, é a imagem da cooperativa perante seus clientes e a sociedade em geral. Tal imagem positiva é derivada do modo de produção sustentável, mantendo a qualidade dos produtos que chegam à mesa dos consumidores.

A subcategoria seguinte é a continuidade da estrutura. O dirigente da cooperativa foi questionado se existem recursos suficientes para a continuidade das práticas sustentáveis. Segundo o mesmo, a continuidade do que está sendo feito hoje é assegurada, apenas existem poucos recursos para investimento em novas práticas sustentáveis, como a instalação de energia solar, ressaltada anteriormente.

Sobre os recursos financeiros, embora não abundantes na cooperativa, chamou a atenção um ponto levantado pelo dirigente entrevistado. Segundo ele, o advento da pandemia de Covid-19, o qual gerou problemas em inúmeros setores da economia, gerou resultados de venda positivos para a Natuagro. Isso ocorreu porque, segundo ele, o movimento de clientes aumentou a partir de março de 2020, quando a procura por alimentos mais baratos e acessíveis foi uma das demandas mais importantes no cenário da pandemia, em compensação ao consumo em bares e restaurantes, que foi restrito.

A última subcategoria, do estágio de sedimentação, é a baixa resistência. No caso da cooperativa Natuagro, existe pouca ou nenhuma resistência por parte dos associados e comunidade em geral, quando o assunto são as práticas sustentáveis, visto que estas práticas geram retornos positivos para a cooperativa, seus associados e a sociedade como um todo. Os associados da Natuagro são agricultores familiares, que encontram na cooperativa uma forma de inserção no mercado de hortifrutigranjeiros e panificados, obtendo retorno econômico e, mais do que isso, um espaço de socialização que envolve as famílias de associados e a comunidade ijuiense.

Considerações finais

O cooperativismo é apontado como meio de sustentabilidade para agricultores familiares. Assim, o objetivo deste estudo foi interpretar como ocorre o processo de institucionalização de práticas sustentáveis em uma cooperativa de agricultura familiar, localizada na região Noroeste do Rio Grande do Sul.

O primeiro estágio do processo de institucionalização é a habitualização, que consiste na introdução de práticas sustentáveis na cooperativa. A vontade e a necessidade de produzir alimentos de maneira ecológica e sustentável promoveu a capacitação do quadro social, bem como mudanças na estrutura física da cooperativa. Quanto ao segundo estágio de institucionalização, a objetificação, ocorreu graças ao consenso do quadro social em adotar as práticas sustentáveis. A sedimentação, o último estágio do processo de institucionalização, mostrou que a adoção de práticas sustentáveis é bem vista pela comunidade local, ao passo que a cooperativa apresenta recursos para manter a estrutura, embora não disponha de recursos para introduzir novas práticas sustentáveis.

O retorno econômico representado pela comercialização dos produtos, via cooperativa, representa uma alternativa eficiente aos agricultores familiares, que buscam uma opção de inserção no mercado de alimentos naturais e agroindustrializados. Tal opção traz outros benefícios além do ganho financeiro. É uma alternativa para enfrentar o êxodo rural, fenômeno que afeta a agricultura familiar. Foi observada a presença de associados jovens e seus filhos (as) atuando na cooperativa estudada. Essa constatação reafirma o potencial da organização cooperativa, em fortalecer o vínculo do agricultor com sua propriedade, extraindo dela o sustento da família.

Esta pesquisa constatou ainda que, a cooperativa objeto de estudo, depende de verbas públicas para fazer investimentos que demandem maior aporte financeiro. Deste modo, novos estudos podem analisar o papel das políticas públicas no desenvolvimento das cooperativas de agricultura familiar, bem como a dependência destes empreendimentos dos recursos de origem pública. Ainda, novos estudos podem analisar, através de levantamento com associados, a frequência de realização de práticas sustentáveis.

Referências

AGENDA 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/17/>. Acesso em: 05 jan. 2025.

ALVES, Rosália Rodrigues; CASTRO, Cleber Carvalho de; SOUTO, Cleverton Luiz. Processo de institucionalização do curso de administração pública a distância em uma Universidade Federal. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 20-36, fev. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **Social Construction of Reality**. New York: Anchor books, 1967.

BOTTI CAPELLARI, Marta; CATANEO DREI, Gêssica Taís. Direito & Cooperativismo: discutindo a realidade brasileira. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 2302-2319, dez. 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14267>>. Acesso em: 14 jun. 2021. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v25i0.14267>.

CANDEMIR, A.; DUVALEIX, S.; LATRUFFE, L. Agricultural Cooperatives And Farm Sustainability – A Literature Review. **Journal of Economic Surveys**, v. 00, n. 0, p. 1–27, 2021.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; GOU-LART, Sueli. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 4, p. 849 a 874, jan. 2005.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão (org.). **Organizações, cultura e desenvolvimento local**: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional / organizadores. Recife: EDU-FEPE, 2003, 366p.

CHANLAT, J. F. L'analyse sociologique des organisations: un regard sur la production anglo-saxonne contemporaine (1970-1988). **Sociologie du Travail**, n. 3, 1989.

ELKINGTON, John. **Cannibals with forks**: the triple bottom line of 21st Century Business. Capstone: Oxford, 1997.

GIAGNOCAVO, C; GALDEANO-GÓMEZ, E; PÉREZ-MESA, J.C. Cooperative Longevity

and Sustainable Development in a Family Farming System. **Sustainability**, 10(7), 2198, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2014. 6. ed.

LIMA, Mirelle Tainá Vieira; SILVA, Maria Inácio da; OLIVEIRA, Carlos Wagner; FIRMINO, Paulo Renato Alves; SOUZA, Joice dos Santos. Índice de Desenvolvimento Regional Sustentável Aplicado aos Municípios da Região Metropolitana do Cariri. **Revista Brasileira de Gestão e De-**

senvolvimento Regional, [S.l.], v. 17, n. 1, mar. 2021.

LIMA, T. C. A.; CABRAL, A. C. DE A.; PESSOA, M. N. M.; MARIA DOS SANTOS, S.;

CARDOSO DO NASCIMENTO, D. A Institucionalização das Práticas de Responsabilidade Social: Um estudo da Companhia de Água e Esgoto do Ceará. **Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 1, p. 79-95, 30 jun. 2011.

MACHADO DA SILVA, Clovis L.; FONSECA, Valéria Silva da. **Estruturação da Estrutura Organizacional**: o Caso de uma Empresa Familiar. RAC, Curitiba, Edição Especial, art. 1, pp. 11-32, 2010.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

MEYER, John W. **The effects of education as an institution**. American Journal of Sociology, v. 83, p. 53-77, 1977.

NASCIMENTO, Elimar. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 1 jan. 2012.

PEREIRA, Fernando Antonio de Melo. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Revista Organizações em Contexto**, vol. 8, núm. 16, p. 275-295, jul.-dez. 2012.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, v. 26 (74), 2012.

SCHNEIDER, José Odelso. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, 9(16): p. 94-104, janeiro-junho 2015.

SILVA, R. A.; TORRES, M. B. R. Sustentabilidade e educação ambiental na agricultura familiar: o caso de uma cooperativa no semiárido potiguar. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 55, Edição especial - Sociedade e ambiente no Semiárido: controvérsias e abordagens, p. 300-313, dez. 2020.

SILVA, Elizabete Maria da et al. Práticas Produtivas Agroecológicas em Cooperativas Agrícolas Familiares na Província de Alicante (Espanha): Uma discussão sobre sustentabilidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 15, n. 1, fev. 2019.

TOLBERT, Pámela S.; ZUCKER, Lynne G. A Institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD

Walter R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998. v.1. Organizadores da edição brasileira: CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto Costa; FISHER, Tânia.

WEBERING, Susana Iglesias. Cooperação Cooperativa: o Ser, o Fazer e o Devir. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 24, n. 6, p. 567-581, 2020.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A GASTRONOMIA NO PRIMEIRO ACAMPAMENTO FARROUPILHA DE SÃO BORJA (RS): PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E TURISMO

Leandro Santos de Deus

Aline Prestes Roque

Camila Nemitz de Oliveira Saraiva

Introdução

A gastronomia brasileira constitui uma expressão relevante da diversidade cultural do país, manifestando-se por meio dos alimentos e das múltiplas influências que contribuíram para a formação da identidade nacional. Nesse contexto, a culinária gaúcha consolidou-se, no Rio Grande do Sul (RS), como um elemento fundamental da identidade regional, estando associada aos valores do tradicionalismo e às práticas campeiras historicamente presentes na região Sul.

Entre as manifestações dessa cultura, destaca-se o Acampamento Farroupilha, evento anual realizado em Porto Alegre desde 1987, que se tornou uma das principais celebrações da cultura gaúcha no país, reunindo Centros de Tradições Gaúchas (CTGs), piquetes e milhares de participantes durante o mês de setembro (ClicRBS, 2008). A consolidação desse formato de incentivo à cultura estabeleceu uma referência para a realização de outros eventos tradicionalistas, inspirando diferentes municípios a desenvolverem suas próprias celebrações farroupilhas de acordo com suas especificidades regionais.

É nesse cenário que se insere São Borja, município localizado na região das Missões e na fronteira com a Argentina, que realizou, entre os dias 6 e 10 de agosto de 2025, seu primeiro Acampamento Farroupilha. Reconhecida oficialmente como Capital Gaúcha do Fandango (Lei Estadual nº 15.093/2018), a cidade apresenta características culturais singulares, particularmente em razão de sua localização fronteiriça e de sua identidade missioneira.

O evento reuniu aproximadamente 20 mil pessoas ao longo de cinco dias de atividades, constituindo-se como um marco na história cultural do município. Diferentemente do evento de Porto Alegre, cuja programação ocorre tradicionalmente em setembro, o município de São Borja estabeleceu o mês de agosto para a realização de seu acampamento, possibilitando a criação de um calendário próprio de celebrações tradicionalistas.

No conjunto das atividades realizadas, a gastronomia destacou-se não apenas como serviço de apoio, mas como atrativo cultural. Os concursos culinários, a feira de produtores locais, os piquetes e os CTGs integraram-se à programação oficial. Nesse processo, esses diferentes atores locais atuaram na mobilização e valorização dos saberes gastronômicos, conferindo à culinária um papel de destaque na composição e na identidade do evento.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de registrar, analisar e compreender os aspectos socioculturais, turísticos e econômicos relacionados ao evento, com foco na gastronomia como elemento de destaque. A alimentação, conforme aponta Maciel (2001), está profundamente ligada à identidade cultural de um grupo, sendo simultaneamente um elemento de preservação da memória e um vetor para a construção de novas práticas. Essa perspectiva permite compreender como o Acampamento Farroupilha pode, ao mesmo tempo, salvaguardar tradições culinárias locais e incorporar inovações no território.

A partir dessa abordagem, a gastronomia atua como elemento de articulação entre cultura e turismo, expressando saberes e identidades locais. A presença da alimentação tradicional em eventos culturais assume, assim, papel relevante na dinamização das atividades turísticas e econômicas, estabelecendo conexões diretas com o Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS).

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo analisar o papel da gastronomia no Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja, considerando suas contribuições para o DTS, especialmente nas dimensões cultural, turística e econômica, bem como sua relação com a valorização da tradição e da identidade regional.

Para alcançar esse objetivo, realiza-se um estudo qualitativo, de caráter descritivo e exploratório. A coleta de dados foi estruturada por meio de entrevistas semiestruturadas com organizadores e agentes gastronômicos, análise documental e observação participante retrospectiva. A análise dos dados orienta-se pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), articulada à

triangulação das fontes de informação para conferir maior consistência e profundidade à interpretação dos resultados.

REFERENCIAL TEÓRICO

Gastronomia, cultura e saber-fazer

A compreensão da gastronomia como elemento cultural relacionado à identidade brasileira encontra em Câmara Cascudo uma importante referência. Em *História da Alimentação no Brasil*, o autor ultrapassa a dimensão nutricional da alimentação ao compreendê-la como um sistema simbólico que envolve práticas, costumes, rituais e diferentes formas de relação social. Cascudo (1983), dessa forma, amplia a compreensão da alimentação ao inseri-la no conjunto das práticas culturais que caracterizam os grupos sociais.

Essa perspectiva permite compreender que os alimentos não possuem significado apenas por suas características materiais, mas também pelos conhecimentos e práticas associados à sua produção, preparação e consumo. Nesse sentido, Gonçalves (2004, p. 42) afirma que “a alimentação constitui um sistema simbólico complexo que expressa relações sociais, hierarquias culturais e processos identitários”. A alimentação, portanto, participa da construção de vínculos sociais e culturais, contribuindo para a produção e reprodução de identidades.

A dimensão identitária das práticas alimentares também é destacada por Maciel (2001), para quem a comida está profundamente relacionada à identidade social e cultural de um grupo. A autora ressalta a permanência das práticas alimentares e sua capacidade de estabelecer relações entre diferentes gerações. Nessa mesma perspectiva, Lody (2008) compreende a comida brasileira como um conjunto de saberes, técnicas e rituais que ultrapassam o ato de alimentar-se, constituindo formas de transmissão de conhecimentos e práticas culturais.

A partir dessas contribuições, o saber-fazer gastronômico pode ser compreendido como parte das práticas culturais que articulam conhecimento, experiência e identidade. Sua transmissão entre gerações contribui para a permanência de determinadas práticas alimentares, ao mesmo tempo em que permite transformações e adaptações ao longo do tempo. Dessa maneira, tradição e mudança não precisam ser entendidas

como dimensões opostas, mas como elementos que participam da continuidade das práticas gastronômicas.

Essa compreensão é particularmente importante quando a gastronomia é analisada em sua relação com o território. Se os saberes, técnicas e práticas alimentares são construídos socialmente e associados às experiências de determinados grupos, sua expressão também se relaciona às características históricas e culturais dos lugares onde são produzidos e reproduzidos.

Território e recursos territoriais

A discussão sobre território permite avançar da compreensão da gastronomia como manifestação cultural para sua articulação com os processos de desenvolvimento. Segundo Pecqueur (2024), o território não se reduz a um simples espaço físico ou suporte inerte para atividades econômicas; trata-se de uma entidade socialmente construída, conformada pelas especificidades históricas, culturais e sociais de cada lugar. Nessa perspectiva, o desenvolvimento resulta da interação entre diferentes categorias de atores que, em dinâmicas de cooperação, alianças e disputas, identificam e implementam soluções para desafios comuns.

É nesse contexto relacional que ganha relevância a noção de recurso territorial. O autor o distingue de um mero fator de produção, conceituando-o como o resultado de uma construção coletiva decorrente da ação humana. A especificidade desse recurso vincula-se diretamente aos atributos singulares do lugar, englobando elementos como história, cultura, patrimônio, reputação e saber-fazer local (Pecqueur, 2024).

Por possuir caráter prioritariamente potencial, o recurso territorial não constitui automaticamente um ativo econômico ou social. Antes de ser valorizado, ele precisa ser revelado, reconhecido e organizado pelos atores locais. Dessa forma, o território passa a ser compreendido não apenas pelo que possui materialmente, mas pela capacidade articuladora de sua comunidade em transformar potencialidades latentes em ativos específicos de desenvolvimento.

Gastronomia como recurso territorial

A aproximação entre a gastronomia e os recursos territoriais ocorre justamente no momento em que as práticas alimentares são reveladas

e mobilizadas pelos atores, deixando de ser vistas meramente como mercadorias ou serviços para serem compreendidas como vetores culturais e identitários. Nesse contexto, a especificidade do recurso gastronômico reside na sua capacidade de agregar valor aos bens e serviços locais por meio do patrimônio, da história, da reputação e do saber-fazer acumulados no lugar.

A gastronomia traduz essa dinâmica ao articular dimensões materiais (produtos e ingredientes) e imateriais (técnicas, modos de preparo, rituais e transmissão intergeracional). Desse modo, o valor territorial não se restringe ao alimento finalizado, mas abrange todo o sistema de significados que o vincula à sua origem. Sob essa ótica, Gimenes (2014) sinaliza que os atrativos gastronômicos operam como vetores de diferenciação territorial, projetando identidades singulares para municípios e regiões.

Essa diferenciação ganha contornos próprios em territórios de fronteira. Conforme Maciel (2001), as fronteiras geográficas nem sempre coincidem com as simbólicas; nelas, a alimentação atua simultaneamente na distinção e no entrelaçamento de grupos sociais. Trata-se de uma perspectiva que compreende a culinária como fruto de processos históricos contínuos e dinâmicos, que ultrapassam limites cartográficos rígidos.

No cenário de São Borja, essa abordagem ganha densidade empírica devido à sua condição fronteira e à sua herança missioneira. Como apontam Marquette, Casarin e Bergmann (2016), a culinária local reflete as particularidades da Região das Missões, consolidando a gastronomia como um recurso chave na manifestação, preservação e dinamização da identidade e da memória do território.

Gastronomia e sua relação com o turismo e o DTS

Uma vez consolidada a gastronomia como recurso territorial, a sua mobilização consciente pelos atores locais abre caminhos para a articulação direta entre a atividade turística e o DTS. Quando as práticas alimentares do lugar são reconhecidas em sua dimensão simbólica, elas deixam de atuar como meros insumos de consumo e convertem-se em vetores de atratividade turística, dinamização econômica e preservação cultural.

No âmbito do turismo, a culinária atua como elemento central de diferenciação dos destinos. Richards (2002) e Schülter (2006) apontam que o patrimônio culinário proporciona experiências autênticas ao visitante, conectando-o diretamente às singularidades da cultura local.

Complementarmente, Gimenes (2006) e Fagliari (2005) ressaltam que o valor turístico da gastronomia se concretiza quando a atividade possibilita ao visitante apreender não apenas os sabores, mas todo o contexto socio-histórico que envolve o saber-fazer regional.

A sinergia entre recurso territorial, gastronomia e turismo converge, assim, para os preceitos do DTS. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento transcende o crescimento estritamente econômico, envolvendo a capacidade endógena da comunidade de gerir, preservar e projetar suas especificidades. Dessa forma, ao integrar as dimensões cultural, social, econômica e ambiental, a valorização da gastronomia fortalece a sustentabilidade do território, assegurando a continuidade dos atributos materiais e imateriais que conferem identidade e relevância ao lugar.

Metodologia

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória. Conforme preconiza Gil (2008), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema investigado, tornando-o mais explícito. Complementarmente, Bogdan e Biklen (2003) salientam que a pesquisa qualitativa se debruça sobre dados descritivos, apreendidos por meio do contato direto e contextualizado do pesquisador com o fenômeno estudado.

O campo de investigação compreendeu as dinâmicas do Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja, evento realizado entre os dias 6 e 10 de agosto de 2025, nas dependências do Parque de Exposições Serafim Dornelles Vargas. Tendo em vista que a coleta de dados ocorreu após a realização do evento, adotou-se um delineamento retrospectivo estruturado em três eixos de coleta:

Entrevistas semiestruturadas: aplicadas a atores-chave divididos entre organizadores/gestores (representantes da Prefeitura Municipal, do Sindicato Rural e da Comissão Organizadora), agentes gastronômicos (*chefs* e cozinheiros atuantes nos piquetes e CTGs) e produtores rurais locais;

Pesquisa documental: focada na análise de materiais oficiais (projeto institucional do evento, regulamentos de concursos culinários e relatórios oficiais de público) e materiais midiáticos (cobertura jornalística, publicações em redes sociais e peças de divulgação promocional);

Observação participante retrospectiva: operacionalizada a partir do exame e da interpretação de registros fotográficos e audiovisuais produzidos durante a execução do evento, fundamentando-se nos pressupostos metodológicos de Minayo (2014).

Para o tratamento do corpus empírico reunido, aplicou-se a Análise de Conteúdo sob a perspectiva conceitual de Bardin (2016). Trata-se de um conjunto de técnicas de análise das comunicações que emprega procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, viabilizando inferências sobre suas condições de produção e recepção. A operacionalização analítica seguiu as três etapas fundamentais propostas pela autora: Pré-análise: fase de leitura flutuante, escolha dos documentos e organização sistemática do material; Exploração do material: etapa de codificação e categorização temática, da qual emergiram seis categorias de análise (patrimônio gastronômico imaterial, identidade cultural missioneira, tradição e inovação, potencial turístico, impacto socioeconômico e sustentabilidade do evento); Tratamento dos resultados, inferência e interpretação: momento em que os dados brutos foram validados e relacionados à fundamentação teórica.

Resultados e discussão

Caracterização do Evento

O Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja realizou-se no Parque de Exposições Serafim Dornelles Vargas entre os dias 6 e 10 de agosto de 2025, reunindo público estimado em aproximadamente 20 mil participantes. A concepção e a execução do evento resultaram da articulação entre a Prefeitura Municipal, com o apoio institucional do Sindicato Rural (responsável pela cessão do espaço), da Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Agropecuária de São Borja (ACISB), que integrou o evento “Sabores da Região” à programação oficial, e da Câmara de Vereadores, que auxiliou na divulgação institucional. Segundo dados oficiais, o acampamento ofereceu uma programação cultural tradicionalista gratuita de forma antecipada aos Festejos Farroupilhas estaduais, comumente celebrados em setembro em alusão ao Dia do Gaúcho e à identidade cultural da região (São Borja, 2025b).

A escolha do período de realização demonstrou intencionalidade estratégica. Enquanto a capital do Estado, Porto Alegre, concentra as

atenções no mês de setembro conforme o calendário oficial dos festejos farroupilhas do RS (Rio Grande do Sul, 2025), São Borja constituiu um momento próprio de celebração no mês antecedente. Essa autonomia temporal permitiu a afirmação do município como polo cultural singular no mapa tradicionalista gaúcho, evitando a concorrência direta com grandes eventos estaduais e consolidando uma identidade própria para a celebração são-borjense.

A cooperação entre o poder público, o setor produtivo rural e a representação política local evidenciou o reconhecimento do potencial estratégico do evento. A estimativa de 20 mil circulantes ao longo dos cinco dias de programação, em um município de aproximadamente 60 mil habitantes, indica a atratividade do acampamento não apenas para a comunidade local, mas para visitantes de municípios limítrofes e regionais. Registraram-se a presença e a participação de autoridades e delegações oriundas de Itaqui (CTG Cristóvão Pereira de Abreu), Maçambará, Uruguaiana, Quaraí (com a presença do prefeito e vereadores), Alegrete (CTG Farroupilha), Santiago (Piquete Irmãos Sagrilos), Santo Antônio das Missões (Piquete Nego Betão), São Luís Gonzaga, Santo Ângelo (CTG 20 de Setembro) e Porto Alegre, entre outras localidades.

Gastronomia como Recurso Territorial Integrado ao Evento

A análise empírica evidenciou que a gastronomia transcendeu a função de mero serviço de apoio ao evento, constituindo-se como um recurso territorial de relevante papel integrador na estrutura do Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja. Tal dimensão manifestou-se na valorização dos saberes locais, exemplificada pelos concursos gastronômicos, com ênfase na preparação do arroz de carreteiro, e pela incorporação da terceira edição do evento “Sabores da Região”, promovido pela ACISB, à programação oficial.

Conforme salientado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico em entrevista, essas iniciativas viabilizaram momentos de expressiva mobilização e engajamento comunitário. A elaboração dos pratos assumiu contornos demonstrativos e participativos, nos quais o público acompanhou os processos desde a seleção dos ingredientes até a finalização, interagindo com os preparadores a respeito de técnicas e receitas tradicionais.

A feira de produtores rurais atuou como elo de articulação entre o patrimônio alimentar e a economia local. Agricultores familiares comercializaram hortaliças orgânicas, queijos artesanais, mel, erva-mate e carne de cordeiro oriunda de sistemas pastoris tradicionais. Em depoimento, um dos produtores entrevistados relatou a comercialização integral do estoque de hortaliças e produtos coloniais nos dois primeiros dias de evento, demandando o reabastecimento a partir de sua propriedade. Tal dinâmica reflete a demanda por gêneros alimentícios locais de qualidade e demonstra o potencial de dinamização socioeconômica decorrente da articulação entre a cultura regional e as cadeias produtivo-alimentares do território.

A dimensão sociocultural da gastronomia foi igualmente dinamizada pelas entidades tradicionalistas. O evento contou com a participação de quatro Centros de Tradições Gaúchas (CTGs): Centro Nativista Boitátá, CTG Farroupilha, CTG Tropilha Crioula e CTG Revivendo a Tradição, este último premiado como vencedor no concurso de Melhor Arroz de Carreteiro e no prêmio de Melhor Galpão Temático. Somados aos CTGs, os diversos piquetes tradicionalistas constituíram-se como espaços fundamentais de sociabilidade articulados às práticas alimentares. Nessas estruturas temporários, ergueram-se “bolichos¹ temáticos” (Figura 1) que reproduziram a estética e o ambiente dos antigos bolichos de campanha ainda existentes na zona rural do município.

Nesses espaços, priorizou-se a oferta de gêneros alimentícios e preparações típicas da culinária regional, caracterizados pela diversidade de cardápios. Destacaram-se as iguarias campeiras elaboradas em trempes ou fogões campeiros, os assados na *parrilla* — de influência fronteiriça platina (argentina e uruguaia), o tradicional churrasco em fogo de chão e o café de cambona² acompanhado de bolo frito. Adicionalmente, disponibilizou-se ao público uma variedade de produtos coloniais, tais como queijos, salames, copas, doces secos e em compota, além de pastéis, empanadas, lanches diversos e bebidas artesanais e comerciais. A Figura 2 ilustra o

1 Conforme Braun (2004), o termo bolicho designa um pequeno comércio rural, equivalente a uma venda, armazém ou bodega de pouco sortimento. É um estabelecimento típico das zonas rurais do Rio Grande do Sul, onde os campeiros e moradores das redondezas adquiriam mantimentos básicos, utensílios e realizavam trocas comerciais, um centro de encontros e servia de ponto de referência de uma determinada região.

2 Bebida típica do Rio Grande do Sul originada no cotidiano de mascates e campeiros. Preparado em uma lata com alça (*cambona* ou *chiculeteira*), o café tem como marca registrada a adição de um pedaço de madeira em brasa diretamente ao líquido fervente, técnica utilizada para assentar a borra e acelerar a ebulição antes de servir.

preparo dos assados e de carnes e legumes em fogo de chão, evidenciando as técnicas tradicionais empregadas durante o evento.

Figura 1 - Bolicho de Campanha montado no 1º Acampamento Farroupilha na Capital Gaúcha do Fandango



Fonte: Imagem cedida por Rodnei Caetano (2025).

Figura 2: Demonstração da gastronomia Fronteiriça e Missioneira



Fonte: imagem cedida por Gabrielle Lago Pereira (2025).

Identidade gastronômica fronteiriça

A investigação identificou como característica distintiva fundamental da gastronomia são-borjense o seu hibridismo cultural fronteiriço. Essa particularidade contrapõe-se à dinâmica observada no Acampamento Farroupilha de Porto Alegre, o qual, ao longo de suas 43 edições, consolidou uma identidade gastronômica relativamente homogênea, centrada no churrasco, no chimarrão e em pratos campeiros clássicos que evocam o passado histórico. Em contraste, o Acampamento Farroupilha de São Borja emerge marcado por condicionantes e elementos que expressam a vivência e a dinâmica do cotidiano fronteiriço e missioneiro.

Embora o churrasco e o chimarrão reafirmem a autenticidade do pertencimento gaúcho, preparações como empanadas, *alfajores* e *dulce de leche* revelam influências platinas organicamente incorporadas ao repertório alimentar local. O cozinheiro vencedor do concurso de arroz de carreteiro sintetizou essa condição de forma expressiva em entrevista: *“Aqui na fronteira, a gente não sabe onde termina o Brasil e começa a Argentina no nosso prato”*. A declaração traduz a essência da identidade gastronômica são-borjense, cuja marca central não reside na busca por pureza ou rigidez normativa, mas na capacidade de acolher, mesclar e ressignificar influências territoriais diversas.

A análise das preparações inscritas nos concursos culinários evidenciou essa pluralidade. No concurso de arroz de carreteiro (prato emblemático da culinária regional), observaram-se variações que agregavam ingredientes não convencionais à receita clássica, tais como pimentão vermelho, ervas finas e cominho, este último condimento característico da gastronomia platina. Segundo relataram os participantes, tais adaptações refletem costumes familiares consolidados ao longo de gerações na faixa de fronteira, muitas vezes entrelaçados a heranças da culinária de matrizes italiana, alemã e portuguesa.

A feira gastronômica, por sua vez, materializou tais trocas culturais por meio dos produtos comercializados, a exemplo do queijo colonial temperado com *chimichurri*, de pães caseiros elaborados com insumos da região missioneira, como o pão de milho, do pão de ló, do bolo de mandioca e de doces que articulam técnicas portuguesas a ingredientes locais, como a ambrosia e o doce de leite artesanal (Figura 3). Essa diversidade não constitui uma ruptura ou desvio em relação à tradição gaúcha, mas sim a

manifestação singular dessa mesma tradição, moldada pelas especificidades históricas e geográficas do território são-borjense.

Figura 3: Produtos oferecidos aos visitantes



Fonte: Imagem cedida por Rodnei Caetano (2025).

Transmissão intergeracional de saberes

Gonçalves (2004) argumenta que a dimensão imaterial do patrimônio reside não apenas em suportes materiais ou objetos culturais, mas em saberes, técnicas e significados associativos. No Acampamento Farroupilha de São Borja, observou-se um expressivo processo de transmissão intergeracional de conhecimentos gastronômicos: avós ensinando netos a atingir o ponto de tempero do arroz de carreteiro, mestres churrasqueiros orientando jovens aprendizes na condução e no controle do fogo, bem como mulheres compartilhando segredos de receitas familiares preservadas ao longo de décadas. Tais dinâmicas, registradas fotograficamente e relatadas nas entrevistas, evidenciam que o evento funcionou como um espaço pedagógico informal, no qual saberes tradicionais foram repassados de geração em geração.

Em depoimento, uma das organizadoras salientou a preocupação deliberada em fomentar oportunidades para essas trocas intergeracionais, incentivando a participação de jovens em reuniões, fóruns e espaços de debate

cultural. Paralelamente, organizaram-se oficinas de culinária tradicional nas quais cozinheiros de maior vivência instruíram os participantes no preparo de pratos típicos. Relatos dos participantes indicam, por exemplo, o aprendizado de técnicas de feitura de pão caseiro em forno de barro ministradas por uma participante de 78 anos, a qual reproduzia o saber-fazer assimilado desde a sua infância.

Essa dimensão educativa conecta-se diretamente à preservação do patrimônio cultural imaterial. Conforme enfatiza Maciel (2001, p. 152), “a comida caseira, preparada segundo receitas tradicionais, opera como elo entre passado e presente, conectando indivíduos a suas raízes culturais”. Nesse sentido, os concursos gastronômicos promovidos no evento atuaram simultaneamente como dinâmicas de competição e como rituais de celebração e salvaguarda desse patrimônio.

Potencial turístico e desafios de gestão

Richards (2002) sugere que o desenvolvimento do turismo gastronômico em destinos regionais demanda investimentos articulados em três dimensões fundamentais: qualificação dos atores envolvidos, infraestrutura adequada e estratégias eficazes de comunicação. A análise da primeira edição do Acampamento Farroupilha de São Borja evidenciou avanços e desafios em cada um desses eixos. No tocante à qualificação dos atores, identificou-se acentuada heterogeneidade: enquanto determinados piquetes apresentaram organização profissional, com cozinhas bem estruturadas e processos padronizados, outros atuaram sob arranjos mais improvisados. O gestor público entrevistado reconheceu a necessidade de promover capacitações específicas para as edições futuras, focando especialmente nas boas práticas de manipulação de alimentos e no atendimento qualificado ao público visitante.

Em relação à infraestrutura dos espaços destinados à comercialização de gêneros alimentícios, a avaliação geral considerou a estrutura razoável para um evento inaugural, haja vista que muitas entidades demandaram a montagem integral de suas instalações a partir do zero. As percepções dos entrevistados revelaram-se mistas: entre os aspectos positivos, destacaram-se a amplitude e o caráter acolhedor das áreas de atendimento, a disponibilidade de sanitários e a adequação da área de estacionamento.

Por outro lado, as fragilidades concentraram-se na sinalização insuficiente dos setores gastronômicos, na ausência de um mapa indicativo

da localização dos pavilhões e bolichos, bem como na iluminação precária em pontos específicos durante o período noturno. Fatores que prejudicaram a fluidez da circulação dos visitantes. Em decorrência dessas demandas, membros da comissão organizadora sinalizaram a intenção de desenvolver um aplicativo móvel para as edições subsequentes, visando otimizar a localização das estruturas e a difusão da programação oficial.

As estratégias de comunicação constituíram outra limitação relevante. Embora o evento tenha obtido cobertura contínua pela mídia local durante sua realização, o alcance de divulgação em âmbito regional mostrou-se restrito. Em entrevista, o Prefeito Municipal ponderou que as ações promocionais se concentraram excessivamente nas semanas que antecederam a abertura do acampamento, dificultando o planejamento prévio por parte de potenciais visitantes de outros municípios.

Impacto socioeconômico e perspectivas futuras

Schlüter (2006, p. 92) ressalta que “eventos gastronômicos regionais representam oportunidades privilegiadas para valorização de produtos locais e o fortalecimento de cadeias produtivas”. Durante a realização do acampamento, registrou-se a participação ativa de produtores rurais de São Borja e de municípios vizinhos, além de comerciantes, expositores de vestuário, artesãos, brechós e empreendimentos do setor alimentício.

Dados empíricos preliminares indicaram uma movimentação econômica expressiva no comércio local. Um feirante atuante no setor gastronômico reportou um volume de vendas 300% superior à média semanal habitual de seu negócio. No setor hoteleiro, um empresário entrevistado registrou taxa de ocupação de 85% durante os dias do evento, patamar consideravelmente superior à média do mês de agosto registrada em anos anteriores. Do mesmo modo, estabelecimentos gastronômicos da cidade reportaram incremento substancial na demanda, especialmente no período noturno, ao receberem o público que deixava as atividades do parque.

Para além dos impactos econômicos diretos, o evento proporcionou a geração de ocupação e renda temporária para trabalhadores informais e prestadores de serviço. Aproximadamente 50 pessoas foram contratadas para serviços de montagem, limpeza e segurança do recinto. Jovens vinculados às entidades tradicionalistas também atuaram como monitores

nas oficinas culinárias, obtendo remuneração e qualificação prática de trabalho.

Essa articulação entre evento cultural e economia local exemplifica a dinâmica conceitual denominada por Schlüter (2006) como o “círculo virtuoso do turismo gastronômico”: a atratividade do evento gera demanda por gêneros alimentícios regionais, fortalecendo agricultores familiares e criadores locais que, encorajados pelo retorno financeiro, investem na melhoria de seus processos e produtos, ampliando continuamente o valor do destino.

A análise do corpus de entrevistas evidenciou a convergência de opiniões entre os organizadores acerca da necessidade de planejar a sustentabilidade financeira do evento para as próximas edições. O aporte financeiro exigido para a execução da primeira edição situou-se na ordem de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) em investimentos públicos, destacando-se o repasse de R\$ 55.500,00 para a contratação do Serviço Social do Comércio (Sesc), visando à realização de apresentações artísticas, culturais e musicais e a quantia de R\$ 44.400,00 viabilizada mediante a Dispensa de Licitação nº 60/2025/SMPOP/DCL (São Borja, 2025a) para a locação de equipamentos, banheiros químicos, segurança privada e premiações dos concursos, conforme dados extraídos do Portal da Transparência do Município (São Borja, 2025c).

Embora a edição inaugural tenha sido custeada predominantemente com recursos do orçamento municipal, reconhece-se que a dependência exclusiva de verbas públicas limita a sustentabilidade de longo prazo, sobretudo diante da perspectiva de expansão da infraestrutura e do fluxo de visitantes. Nesse sentido, o gestor municipal mencionou a viabilidade de instituir a cobrança de uma taxa de adesão para os piquetes e expositores comerciais nas edições futuras, revertendo a arrecadação para a manutenção da infraestrutura, mantendo-se o acesso gratuito aos visitantes. Modelo já consolidado no Acampamento Farroupilha de Porto Alegre.

Ademais, apontou-se a necessidade de institucionalização do evento. Encontra-se em discussão a proposta de criação de um comitê organizador permanente com representação paritária do poder público, entidades tradicionalistas, setor comercial, produtores rurais e autarquias locais, estrutura apta a assegurar a continuidade técnica e cultural do projeto independentemente de transições na gestão municipal.

Considerações finais

O Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja constituiu um marco na história cultural do município, demonstrando expressivo potencial para a valorização do patrimônio gastronômico, o fortalecimento da identidade missioneira e fronteiriça e o desenvolvimento do turismo regional. A pesquisa evidenciou que a gastronomia atuou como um recurso territorial e um elemento de articulação transversal, em torno do qual se organizaram as demais dimensões do evento. A análise revelou como característica distintiva central o hibridismo cultural que marca a culinária são-borjense. Diferentemente do modelo porto-alegrense, consolidado desde 1987, a iniciativa de São Borja emergiu condicionada por sua localização de fronteira, incorporando organicamente influências platinas à tradição gaúcha. Essa especificidade não representa perda de autenticidade, mas sim a expressão viva da identidade cultural missioneira e fronteiriça, moldada por determinantes históricos e geográficos próprios.

O evento demonstrou capacidade de articular múltiplas dimensões: a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial mediante a transmissão intergeracional de saberes culinários; a geração de impactos socioeconômicos positivos com a valorização dos produtores locais; a oferta de experiências turísticas autênticas e o fortalecimento do pertencimento territorial. Essa integração entre cultura, economia e turismo reforça o papel da gastronomia como instrumento de DTS.

Os desafios mapeados na primeira edição englobam a necessidade de qualificação contínua dos atores envolvidos, melhorias na infraestrutura física, expansão das estratégias de comunicação e marketing e, prioritariamente, a estruturação de um modelo financeiro sustentável. Tais limitações operacionais não diminuem a relevância do evento, mas sinalizam vetores de aprimoramento para a consolidação de edições futuras.

A comparação com o Acampamento Farroupilha de Porto Alegre indicou que São Borja não buscou replicar uma estrutura preexistente, mas construir sua própria narrativa identitária. Essa autonomia manifestou-se na intencionalidade da escolha temporal (agosto em contraposição a setembro), na centralidade atribuída à gastronomia regional, no hibridismo cultural e na escala de convivência que favoreceu a interação entre os participantes. O êxito de público da edição inaugural validou a aposta na diferenciação territorial.

Cabe registrar que, em 2026, o evento teve sua segunda edição realizada entre os dias 5 e 10 de agosto, apresentando avanços organizacionais e reunindo mais de uma centena de feirantes. Contudo, para fins do escopo do presente artigo, a edição de 2026 não foi objeto de acompanhamento empírico aprofundado, mantendo-se o foco analítico centrado no evento fundador de 2025.

Entre as limitações deste estudo, destaca-se o caráter retrospectivo da coleta de dados. Para pesquisas futuras, recomenda-se o acompanhamento do acampamento ao longo de suas edições subsequentes, avaliando desdobramentos como os observados em 2026, a realização de estudos comparativos com eventos tradicionalistas em outros municípios de fronteira e o aprofundamento da mensuração quantitativa dos impactos econômicos.

Em síntese, o Primeiro Acampamento Farroupilha de São Borja demonstrou ser possível construir uma celebração tradicionalista com identidade própria, na qual a gastronomia opera como patrimônio imaterial e vetor de DTS.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 2003.

BRAUN, Jaime Caetano. **Vocabulário pampeano**. Porto Alegre: Age, 2004.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

CLICRBS. História. **Semana Farroupilha**: história, programação, notícias, fotos e vídeos. Porto Alegre: Grupo RBS, 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20160121170050/http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/semanafarroupilha/conteudo,0,1387,Historia.html>. Acesso em: 27 nov. 2025.

Lei n. 15.093, de 12 de dezembro de 2018. Declara o Município de São Borja Capital Gaúcha do Fandango. **Diário Oficial do Estado do Rio**

Grande do Sul, Porto Alegre, 13 dez. 2018.

FAGLIARI, Gabriela Scuta. **Turismo e alimentação**: análises introdutórias. São Paulo: Roca, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Patrimônio Gastronômico, Patrimônio turístico: uma reflexão introdutória sobre a valorização das comidas tradicionais pelo IPHAN e a atividade turística no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 4., 2006, Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2006.

GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Atrativos gastronômicos da cidade de São Paulo (SP): análise preliminar. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 11., 2014, Fortaleza. Fortaleza: ANPTUR, 2014.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A fome e o paladar: a antropologia nativa de Luís da Câmara Cascudo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 33, p. 40-55, jan./jun. 2004.

LODY, Raul. **Brasil bom de boca**: temas da antropologia da alimentação. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

MACIEL, Maria Eunice. Cultura e alimentação ou o que têm a ver os macaquinhos de Koshima com Brillat-Savarin? **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 7, n. 16, p.145-156, dez. 2001.

MARQUETTO, Rut Maria Friedrich; CASARIN, Vanusa Andrea; BERGMANN, Magna Liane (org.). Turismo, gastronomia e desenvolvimento na região das Missões - Brasil. Santo Ângelo: FuRI, 2016. v. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PECQUEUR, B. As abordagens do desenvolvimento territorial: origem e perspectivas recentes. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 22, n. 61, 2024. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16213>.

RICHARDS, Greg. Gastronomy: an essential ingredient in tourism production and consumption? In: HJALAGER, Anne-Mette; RICHARDS, Greg (org.). **Tourism and gastronomy**. London: Routledge, p. 3-20, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado: **Governo lança Festejos**

Farroupilhas 2025 com programa inédito de fomento ao tradicionalismo. Porto Alegre, 15 de julho de 2025. Disponível em: <https://cultura.rs.gov.br/governo-lanca-festejos-farroupilhas-2025-com-programa-inedito-de-fomento-ao-tradicionalismo>. Acesso em: 27 nov. 2025.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado. **Café de Cambona resgata história e sabor das Missões.** Porto Alegre, 24 de maio de 2013. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/cafe-de-cambona-resgata-historia-e-sabor-das-missoes#:~:text=Caf%C3%A9%20de%20Cambona%20resgata%20hist%C3%B3ria%20e%20sabor,do%20Estado%20do%20Rio%20Grande%20do%20Sul>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO BORJA. Prefeitura Municipal. Licitações e contratos. Dispensa de licitação. **Dispensa de Licitação nº 60/2025/SMPOP/DCL.** São Borja, 2025a. Disponível em: <https://www.saoborja.rs.gov.br/index.php/licitacoes-e-contratos/item/5730-dispensa-de-licitacao-n-60-2025-smpop-dcl>. Acesso em: 26 nov. 2025.

SÃO BORJA. Prefeitura Municipal. **Acampamento Farroupilha na Capital do Fandango.** São Borja, 2025b. Disponível em: <https://acampamento.saoborja.rs.gov.br/>. Acesso em: 30 set. 2025.

SÃO BORJA. Prefeitura Municipal. Portal da Transparência. São Borja, 2025c. Disponível em: <https://transparencia.saoborja.rs.gov.br/consultas/pesquisar?parametros=acampamento&tipobusca=despesa&token=https://transparencia.saoborja.rs.gov.br/>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SCHLÜTER, Regina G. **Gastronomia e turismo.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2006.

Esta obra reúne estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ). A partir de diferentes perspectivas teóricas e experiências de pesquisa, os capítulos analisam desafios e possibilidades relacionados ao desenvolvimento dos territórios rurais, reconhecendo a agricultura familiar como elemento fundamental para a produção de alimentos, a geração de renda e a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Os estudos abordam a formação de profissionais da Agronomia diante da necessidade de modelos produtivos mais sustentáveis; a gestão nutricional da pecuária leiteira; o turismo rural e a valorização dos recursos territoriais; a governança e a construção de identidades turísticas; a organização das agroindústrias familiares; e a institucionalização de práticas sustentáveis em cooperativas. A obra também contempla a gastronomia como expressão cultural e instrumento de fortalecimento da identidade regional, do turismo e do desenvolvimento local. Ao articular ensino, território, cooperativismo, turismo, gestão e sustentabilidade, o livro oferece reflexões relevantes para pesquisadores, estudantes, profissionais e agentes envolvidos com o meio rural. Seus capítulos contribuem para a formulação de estratégias capazes de valorizar os recursos locais, fortalecer a agricultura familiar e promover formas de produção e de vida no campo socialmente inclusivas, ambientalmente responsáveis e economicamente viáveis.

